

Lucas Bittencourt Neves

**O CONCÍLIO VATICANO II NA HERMENÊUTICA DA
CONTINUIDADE EM JOSEPH RATZINGER-BENTO XVI**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Curso de Teologia da
Faculdade Católica de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Bacharel
em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Galdino
Feller

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada com o auxílio da
Biblioteca Dom Afonso Nihues da FACASC

NEVES, Lucas Bittencourt.

O Concílio Vaticano II na hermenêutica da continuidade em Joseph Ratzinger-Bento XVI / Lucas Bittencourt Neves; orientador, Vitor Galdino Feller – Florianópolis, SC, 2019.

116 p.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Católica de Santa Catarina. Curso Superior de Teologia.

Inclui referências:

1. Vaticano II 2. Reforma. 3. Continuidade. 4. Ratzinger. 5. Bento XVI.

Lucas Bittencourt Neves

O CONCÍLIO VATICANO II NA HERMENÊUTICA DA CONTINUIDADE EM JOSEPH RATZINGER-BENTO XVI

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de **Bacharel em Teologia** e aprovado em sua forma final pelo Curso de Teologia da FACASC.

Florianópolis, 22 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Rafael Aléz de Lima
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Vitor Galdino Feller
Faculdade Católica de Santa Catarina
Orientador

Prof. Msc. Siro Manoel de Oliveira
Faculdade Católica de Santa Catarina
Avaliador

Prof. Dr. Vilmar Adelino Vicente
Faculdade Católica de Santa Catarina
Avaliador

Dedico este trabalho às três pessoas que me fizeram amar profundamente a Igreja: minha avó Ester Benedet Bittencourt (*in memoriam*), minha mãe Emiliana Benedet Bittencourt e Joseph Aloisius Ratzinger-Bento XVI.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo ao Deus-comunhão, por ter Se revelado e congregado uma assembleia de filhos e filhas.

À Igreja, Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo, que foi o que melhor me aconteceu na vida.

Aos meus pais, por me gerarem e por pedirem o batismo em meu nome.

Aos meus avós, de um modo especial à minha avó materna Ester Benedet Bittencourt (*in memoriam*), por ter sido testemunho de um profundo amor à Igreja e à Eucaristia.

À Joseph Ratzinger-Bento XVI, por seu exemplo de amor à Igreja de Cristo e à teologia, e seus esforços para ser um “colaborador da verdade” (3Jo 8).

À Catedral Diocesana de Tubarão, lugar onde fui batizado e onde me senti atraído à vocação sacerdotal.

À Paróquia São José Operário de Oficinas, por ter sido o limiar do meu encontro com as forças vivas da Igreja, sobretudo por meio da sagrada liturgia.

À Diocese de Tubarão, querência que tanto amo, por ter confiado em mim nessa década que estou em seus seminários.

Ao senhor bispo João Francisco Salm, por ter sido para mim modelo de comunhão com toda a Igreja e de entrega à missão.

À Arquidiocese de Florianópolis, por me acolher nos últimos seis anos e conceder a mim, sem distinções, uma formação equilibrada. De um modo particular, ao Convívio Emaús e ao seu reitor, Pe. Vânio da Silva, os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao professor Dr. Vitor Galdino Feller, por ter aceitado orientar esta pesquisa e por tê-lo feito com esmero.

Ao Dr. Rudy Albino de Assunção, por seu exemplo e sua dedicação em propagar o pensamento ratzingeriano-beneditino na língua de Camões.

À irmã Clea Fuck, por sua generosa correção do texto.

“Todo Concílio nasce da Igreja e para ela torna.”
(Bento XVI)

“Eu disse até ao Papa Bento XVI em uma de
minhas visitas *ad limina*, eu o agradeci por nos ter
dado um discurso. Porque depois do Concílio não
havia um discurso e o Papa Bento XVI deu esse
discurso para Igreja.”
(Dom Wilson Tadeu Jönck)

RESUMO

A presente pesquisa tem como intenção principal apresentar a hermenêutica do teólogo Joseph Ratzinger (mais tarde, papa Bento XVI) sobre o Concílio Vaticano II, contrapondo a argumentação daqueles que afirmam ser o Concílio ruptura com a Igreja de então. De fato, sua compreensão como reforma e continuidade é exigente, visto que as mudanças por ele produzidas se assemelham ao que foi Trento para seu contexto. O primeiro capítulo faz um resgate histórico do período entre o Vaticano I e o Vaticano II, na busca por apresentar um panorama de uma Igreja que amadurece com o decorrer das experiências enfrentadas. O segundo capítulo é, de modo geral, uma rememoração do que foi o Vaticano II, a riqueza da redescoberta da Patrística e o período pós-conciliar. O terceiro, apresenta a hermenêutica da continuidade em Ratzinger, como contraposição à hermenêutica da ruptura, reforçando a indissolubilidade do *depositum fidei* e as verdadeiras intenções dos papas e padres conciliares.

Palavras-chave: Vaticano II. Reforma. Continuidade. Ratzinger. Bento XVI.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG – *Ad Gentes*

At – Atos dos Apóstolos

CIC – Catecismo da Igreja Católica

DH – Denzinger-Hünnermman

DV – *Dei Verbum*

EN – *Evangelii Nuntiandi*

GME – Discurso *Gaudete Mater Ecclesia*

GS – *Gaudium et Spes*

HS – Constituição Apostólica *Humanae Salutis*

LG – *Lumen Gentium*

OT – *Optatam Totius*

PF – *Porta Fidei*

PO – *Presbyterorum Ordinis*

SC – *Sacrosanctum Concilium*

UR – *Unitatis Redintegratio*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OS ANTECEDENTES DO CONCÍLIO VATICANO II.....	19
1.1 O VATICANO I.....	19
1.1.1 A constituição dogmática <i>Dei Filius</i>	22
1.1.2 A constituição dogmática <i>Pastor Aeternus</i>	24
1.1.3 A suspensão do Concílio e sua repercussão	26
1.1.4 O significado do Vaticano I	27
1.2 A IGREJA NOS PONTÍFICES ENTRE O VATICANO I E O VATICANO II.....	29
1.2.1 Leão XIII	29
1.2.1.1 O social no pontificado de Leão XIII.....	31
1.2.1.2 A <i>Rerum Novarum</i>	32
1.2.2 Pio X.....	33
1.2.3 Bento XV	37
1.2.4 Pio XI	38
1.2.4.1 A Ação Católica	39
1.2.4.2 A Questão Romana e os regimes totalitários	40
1.2.5 Pio XII.....	41
1.2.6 Às portas do Vaticano II.....	43
2 O CONCÍLIO VATICANO II: PREPARAÇÃO, REALIZAÇÃO, RECEPÇÃO.....	45
2.1 JOÃO XXIII E A CONVOCAÇÃO DO CONCÍLIO	49
2.2 O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II	52
2.2.1 O desenvolvimento do Concílio.....	55
2.2.2 O encerramento do Concílio Vaticano II.....	60
2.2.3 A redescoberta dos Santos Padres.....	61
2.3 O PÓS-CONCÍLIO	63
3 O CONCÍLIO VATICANO II COMO CONTINUIDADE	69
3.1 QUESTÃO PRELIMINAR: <i>VERUM QUIA FACIENDUM</i>	71
3.2 HERMENÊUTICA CONCILIAR	74
3.2.1 Os grupos de ruptura.....	75
3.2.2 O <i>depositum fidei</i>.....	78
3.2.3 Crise na identidade.....	80
3.2.4 Uma Igreja do alto.....	82
3.2.5 A compreensão de <i>reforma</i>	84
3.3 SINAIS DE CONTINUIDADE	86
3.3.1 João XXIII.....	86
3.3.2 Acenos nos documentos conciliares	87
3.4 A <i>GAUDIUM ET SPES</i>	91

3.4.1 A antropologia da constituição	92
3.4.2 A compreensão de <i>mundo</i>	93
3.4.3 A compreensão de <i>diálogo</i>	95
3.4.4 Compreensões acerca da <i>Gaudium et Spes</i>	96
3.4.4.1 O <i>Antisyllabus</i>	97
3.5 BENTO XVI	99
3.5.1 O discurso à Cúria Romana	99
3.5.2 O Ano da Fé	102
3.5.3 O discurso ao clero de Roma	104
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Em sua obra magna *Introdução ao Cristianismo*, Ratzinger traz ao leitor o famoso conto sobre o palhaço, de Kierkegaard. O enredo conta que um circo ambulante na Dinamarca pegou fogo. E por este estar próximo à uma aldeia, esta corria o risco de incendiar-se também. O diretor circense manda o palhaço ao povoado para avisar que, se nada for feito, as chamas chegarão às casas e tais serão consumidas pelo fogo. No entanto, o palhaço já estava caracterizado para a apresentação. Ao chegar na aldeia, o palhaço começa a gritar, desesperado, implorando por ajuda dos habitantes, visto que as chamas se aproximavam. Porém, quanto mais o palhaço gritava e pulava, mais as pessoas, que entendiam aquilo como um truque de publicidade, riam. Por fim, o fogo alcança a aldeia e tudo é consumido, circo e aldeia.

O Concílio Vaticano II foi um marco profundo na história da Igreja, seja por suas motivações, suas inspirações, sua organização, seus trabalhos e resultados. Entretanto, como todo Concílio, ele também passa por um processo de recepção e assimilação. Um processo que pode ser lento e doloroso. Em relação ao Vaticano II, alguns grupos efervesceram debates hermenêuticos já durante o Concílio. Os que mais se destacam são os conhecidos por “tradicionalistas” e os “progressistas”, que afirmam ser o Concílio Vaticano II um Concílio de ruptura da Igreja com sua história e sua Tradição recente. O primeiro grupo acusa o Concílio de herético, pois rompendo com a Igreja, rompe com a Tradição apostólica. O segundo acusa o Concílio de redentor em relação ao seu imediato passado, ou seja, a Igreja estava errada até então e agora, com a inteligência e coragem que outros não tiveram, cria-se uma nova Igreja, mais “parecida” com aquela dos tempos primevos, mas a partir dos gostos de hoje.

Pode se dizer que, tanto um como o outro grupo, vê nos padres conciliares o palhaço de Kierkegaard. Por vieses diferentes, ambos entendem que a “Igreja-circo” pegou fogo: para os tradicionalistas, o fogo tem origem numa heresia de ruptura com o passado, e assim, tudo é consumido pelo fogo, mesmo que o palhaço arrisque reverter; para os progressistas, o fato de o palhaço não ter mudado a roupagem, ou seja, não ter provocado uma plena ruptura com sua identidade, fez com que tudo fosse devorado pelas chamas e agora seria necessária a construção de um novo circo. Mas será que o Concílio Vaticano II mesmo teria provocado tais labaredas?

Joseph Ratzinger, mais tarde papa Bento XVI, provoca uma interessante reflexão acerca da hermenêutica conciliar. É o maior

defensor da chamada “hermenêutica da reforma” ou da continuidade. Para ele, que trabalhara como perito no Concílio, não houve rompimento com a Sagrada Tradição. O fio de ouro que liga o *depositum fidei* aos tempos é irrompível. O que pode e deve sofrer mutações são as estruturas humanas, criadas para o anúncio do conteúdo da fé. Essas, sim, caducam e precisam ser reformadas, visto que trazemos o tesouro da fé “em vasos de argila” (2Cor 4,7). Para isso, é preciso compreender bem o conceito de reforma, que é o coração da hermenêutica conciliar ratzingeriana-beneditina.

Para apresentar o Concílio Vaticano II como fruto da própria Igreja para a Igreja, o primeiro capítulo desta pesquisa busca realizar um resgate histórico entre o Vaticano I, como uma realidade impulsionadora para a reforma do século XX, até o Vaticano II, passando por todos os papas desse período e suas iniciativas que ajudaram a culminar na reforma do Vaticano II. São acenos desse período histórico, visto que detalhes não são o escopo dessa pesquisa.

O segundo capítulo procura também fazer um resgate histórico, mas do período conciliar, desde as intenções de João XXIII, a sucessão por Paulo VI, o desenvolvimento do Concílio e o processo de aprovação dos documentos conciliares, e também do período pós-conciliar e suas dificuldades.

O terceiro capítulo expõe a reflexão hermenêutica de Joseph Ratzinger-Bento XVI, sobre a lógica da reforma e continuidade. Suas linhas gerais estão pautadas pela continuidade do *depositum fidei*, visto que é sempre a mesma Igreja. Não existiria, assim, uma Igreja pré e outra Igreja pós-concílio, mas sempre a mesma Igreja. A reforma se concentra nas estruturas humanas da Igreja, não no conteúdo da Revelação.

Essa organização lógica do trabalho quer instigar o leitor à reflexão sobre o processo dinâmico de continuidade/descontinuidade no Concílio Vaticano II. Um tema muito exigente e que exige um esforço de constante investigação e reflexão. A presente pesquisa quer ser um contributo na esfera hermenêutica do Vaticano II.

1 OS ANTECEDENTES DO CONCÍLIO VATICANO II

Um contexto histórico sempre deve ser levado em consideração diante da análise de eventos do passado. Sem o aprofundamento da conjuntura, cai-se facilmente num julgamento negativo acerca de determinadas decisões daqueles que precederam a humanidade atual no decurso dos tempos, gerando empáfia e um sentimento de superioridade em relação aos que antecederam e ofuscando a capacidade de avaliar as direções tomadas hoje.

O Concílio Vaticano II (e todos os demais), como evento histórico, precisa passar também pelo crivo contextual para uma mais refinada compreensão de suas decisões e esperanças. Faz-se mister colocá-lo dentro do percurso histórico da Igreja, como resultado do seu amadurecimento frente ao mundo e a si mesma: seu contexto é diverso do Vaticano I, muito mais do de Trento e assim por diante.

Diante da necessidade de se entender as inspirações, disposições e resultados, o primeiro capítulo desta pesquisa busca entender o contexto que levou a Igreja a convocar o Concílio Vaticano II, não como continuação do primeiro, mas como algo novo, com as rupturas necessárias na dinâmica histórica da Igreja para o processo de continuidade com sua essência. Será realizada uma contextualização a partir do Vaticano I, já que constitui fator importante no processo que levou à convocação do Vaticano II, não abrangendo minúcias, mas abarcando uma visão mais panorâmica do contexto.

1.1 O VATICANO I

Em nenhum outro momento da história da Igreja houve um período tão longo entre um Concílio e outro: um pouco mais de três séculos separaram o Concílio Tridentino do Vaticano I, indicando o peso que o primeiro teve para a Igreja em todo esse tempo, fornecendo matéria suficiente para ampla reforma eclesiástica na era moderna; concomitantemente, com o passar dos anos, agravou-se a relação da Igreja com a cultura moderna e os Estados próprios dessa fase.¹

Na segunda metade do século XIX, o catolicismo segue apresentando características fortemente europeias, embora o mundo conhecido já tenha se expandido tão largamente em relação ao século

¹ ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 367.

XVI. Porém, a estrutura da Igreja ainda não era como a futura metade do século XX, e a modernidade assolava os princípios sobrenaturais de valor da religião, donde se entende, em parte, o centralismo romano, fruto de aguçada preocupação. Mesmo com esses infortúnios, não se esperava a ideia de um Concílio, já sugerido pelo então cardeal Lambruschini a Pio IX.²

Embora houvesse certa resistência por parte de alguns, o papa Pio IX decide convocar o Concílio, mesmo em um contexto verdadeiramente difícil.

A questão romana, suscitada pela erosão do poder temporal, era aguda; a saudade de uma

² Giovanni Maria Mastai-Ferreti nasceu em Senigallia (Itália), em 13 de maio de 1792. Desde 1809 estudou em Roma. Em 1815 passou a fazer parte da Guarda Pontifícia, mas teve que deixá-la por motivos de saúde. Em 1816 participou, como catequista, numa missão em Senigallia e, em seguida, optou pelo estudo eclesiástico. Recebeu as Ordens Menores em 1817, o subdiaconado em 1818 e o diaconado em 1819. Nesse mesmo ano, por concessão especial, foi ordenado sacerdote. Entre 1820 e 1825, acompanhou o Núncio Apostólico, D. Giovanni Muzzi, no Chile. Aos 36 anos de idade, foi nomeado Bispo. Em 1840, com apenas quarenta e oito anos, foi nomeado cardeal. Na tarde do dia 16 de junho de 1846, o cardeal Mastai foi eleito papa e quis chamar-se Pio IX. O seu pontificado, devido às circunstâncias políticas derivadas da unificação da Itália e da perda dos Estados pontifícios, tornou-se sumamente difícil. Começou seu pontificado com um ato de generosidade, concedendo uma anistia para delitos políticos. A sua primeira Encíclica foi uma visão programática e, ao mesmo tempo, uma antecipação do *Syllabus*, condenando as sociedades secretas, a maçonaria e o comunismo. Em 1847, promulgou um decreto de ampla liberdade de imprensa. Entre as realizações de seu pontificado, podem-se destacar: o restabelecimento da hierarquia católica na Inglaterra, Holanda e Escócia; a condenação de doutrinas galicanas; a definição solene, a 8 de dezembro de 1854, do dogma da Imaculada Conceição; o envio de missionários ao Polo Norte, à Índia, à Birmânia, à China e ao Japão; a criação de um Dicastério para as questões relativas aos orientais; a publicação do “*Syllabus errorum*”, no qual condenou os erros do modernismo; a celebração, com particular solenidade, do XVIII centenário do martírio dos Apóstolos Pedro e Paulo; a celebração do Concílio Ecumênico Vaticano I – ápice do seu pontificado – que teve início em 1869 e se concluiu a 18 de julho de 1870. Depois da queda de Roma (20/09/1870) e do fim do poder temporal, Pio IX encerrou-se no Vaticano, considerando-se prisioneiro. No dia 07 de fevereiro de 1878, com a sua morte, chegou ao fim o pontificado mais longo da história. BIOGRAFIA DE PIO IX. **A Santa Sé.** Disponível em: <www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_200_00903_pius-ix_po.html>. Acesso em: 26 mar. 2019.

“cristandade” protetora da fé e da Igreja estava sempre viva; fortes conflitos doutrinários dividiam os teólogos, polarizados em torno da escola romana, de um lado, e a germânica, do outro, ao mesmo tempo que ainda era temido – talvez infundadamente – o galicanismo³ eclesiológico.⁴

Mesmo com uma certa desconfiança da durabilidade da reunião conciliar, Pio IX dá início ao processo de estruturação e preparação: primeiro, determina que os cardeais da cúria romana sejam interpelados acerca da ideia de um Concílio (costume epocal): quinze dos vinte e um responderam positivamente; no início de março de 1865, formou-se uma comissão cardinalícia que possuía o dever de preparar o Concílio, sendo essa iniciativa uma novidade; alguns poucos bispos foram questionados sobre quais assuntos o evento deveria tratar. No entanto, vale recordar que, em 1854, por ocasião da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, mais de 600 bispos tinham enviado seus pareceres, que continham também amplas informações sobre problemas pastorais. Ainda em 1867, na celebração do centenário dos santos Pedro e Paulo, um questionário com 17 questões sobre o estado disciplinar da Igreja fora distribuído aos bispos, obtendo 774 respostas. Essa variedade de documentos somou-se na preparação do Concílio. Em 26 de maio de 1867, Pio IX torna pública a intenção de convocar um Concílio, suscitando preocupação sobretudo na esfera política, pois temia-se que o evento levaria à reivindicação papal do poder temporal.⁵

Cinco comissões foram compostas para a preparação do Concílio: doutrinária, para a disciplina, para os religiosos, para as missões e o Oriente, para as questões político-eclesiásticas, embora muitas questões deixariam de ser discutidas devido à interrupção. Além destes, havia a preocupação de estabelecer qual o comportamento diante dos cristãos não-católicos. A orientação geral era a de buscar no Concílio aprovação

³ “Movimento que, surgido na França, tinha como princípio a independência da Igreja Católica romana de cada país, sem subordinação ao papa. (No início, o movimento defendia a interferência dos reis franceses nos negócios do papa; depois do séc. XVII, a autonomia dos bispos franceses. Deixou de se manifestar depois que o Concílio do Vaticano (1870) tornou dogma a infalibilidade papal)”. AULETE DIGITAL. **Galicanismo**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/galicanismo>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

⁴ ALBERIGO, 1995, p. 368.

⁵ ALBERIGO, 1995, p. 368.

aos ensinamentos papais e às orientações disciplinares das congregações romanas. Como feliz novidade, nenhuma autoridade política foi convidada, dadas sobretudo as circunstâncias de secularização.⁶ A Igreja caminhava para uma salutar independência em relação aos Estados.

Nos incílios de 1869, o periódico dos jesuítas italianos, *La Civiltà Cattolica*, publicou uma correspondência oriunda da França, que indicava com veemência que o Concílio deveria debruçar-se sobre o *Syllabus* e confirmar suas posições a partir da infalibilidade papal. Inesperadamente, os responsáveis pelos preparativos do Concílio passaram a se dedicar a esses temas e praticamente todo o Concílio orbitou em torno dessas premissas. A sensação de instabilidade diante da crise (perda do poder temporal do papa, secularização dos Estados modernos e um possível galicanismo) foi o que induziu a levarem a orientação da correspondência francesa tão a sério.⁷ Assim sendo, os trabalhos preparatórios deram origem a cinquenta esquemas, sendo apenas seis discutidos e dois promulgados.⁸ Vale recordar que, diferentemente de Trento que buscou unanimidade moral, o Vaticano I determinou que as aprovações deveriam dar-se pela metade dos votos mais um. Isso fez acentuar mais o aspecto jurídico da eclesiologia.⁹

1.1.1 A constituição dogmática *Dei Filius*

A primeira constituição, aprovada e promulgada durante a reunião conciliar, foi a denominada *Dei Filius*, em 24 de abril de 1870, na III sessão,¹⁰ por unanimidade, após longa discussão. Seu esquema inicialmente estava muito escolástico, gerando diversas críticas, mas as opiniões foram aceitas e, o esquema, refeito.¹¹ O bispo Strossmayer chegou a acusar o texto de possuir palavras que poderiam ofender os protestantes, alegando que a maioria dos erros doutrinários da modernidade não estavam necessariamente ligados a eles,¹² e a maior parte possuía boa-fé.¹³ Mesmo assim, o documento foi aprovado.

⁶ ALBERIGO, 1995, p. 369.

⁷ ALBERIGO, 1995, p. 370.

⁸ ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: curso de história da Igreja.** Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999. p. 148.

⁹ ZAGHENI, 1999, p. 153.

¹⁰ ALBERIGO, 1995, p. 379.

¹¹ ALBERIGO, 1995, p. 378.

¹² ZAGHENI, 1999, p. 154-155.

¹³ ALBERIGO, 1995, p. 378.

O documento compõe-se de quatro capítulos e diversos anátemas. O primeiro capítulo é dedicado a expor a fé católica como remédio contra os deslizos do século XIX, a saber, o materialismo, o panteísmo, o tradicionalismo, o racionalismo e o fideísmo, doutrinas que negam “a intervenção de um Deus pessoal e transcendente na história humana”.¹⁴ O texto defende um Deus pessoal, transcendente e livre. Além de apontar os erros do pensamento moderno, o documento expõe também, como um equívoco surgido após Trento, o protestantismo e sua degeneração em seitas.¹⁵

O segundo capítulo é reservado a ensinar que a reta razão humana pode conhecer a Deus. Essa razão tem necessidade total que Deus lhe revele as verdades sobrenaturais, porque por si só não as alcança. Esse trabalho combatia “o deísmo, o racionalismo absoluto e o tradicionalismo”.¹⁶ O documento resgata as principais afirmações de Trento sobre a Sagrada Escritura e sobre sua interpretação pela Igreja.¹⁷

O terceiro capítulo busca discorrer sobre a fé, que é dada como virtude sobrenatural. No entanto, ela precisa de adesão racional porque encontra base “em sinais externos de credibilidade, como milagres e profecias”.¹⁸ Com isso, o documento mergulhou no núcleo do problema com a cultura moderna, “sustentando que a fé é uma virtude sobrenatural, pela qual cremos verdadeiramente as coisas reveladas por Deus, pela autoridade do próprio Deus que as revela”.¹⁹

O quarto capítulo trata sobre a relação entre fé e razão que, na verdade, não se contrapõem. Uma sem a outra é incompleta. A ideia de que fé e razão não andam juntas não pode vir da sã doutrina cristã. Esse capítulo reconhece o valor do método científico e encara com positividade o progresso das ciências humanas.²⁰ Por essa posição, o Concílio contrariava uma das principais teses do positivismo, que afirmava a incompatibilidade entre fé e razão.²¹

A Dei Filius propunha-se, num mundo hostil à fé cristã, salvaguardar a caminhada do homem para

¹⁴ ZAGHENI, 1999, p. 155.

¹⁵ ALBERIGO, 1995, p. 379.

¹⁶ ZAGHENI, 1999, p. 155.

¹⁷ ALBERIGO, 1995, p. 379.

¹⁸ ZAGHENI, 1999, p. 155.

¹⁹ ALBERIGO, 1995, p. 379.

²⁰ ZAGHENI, 1999, p. 155.

²¹ ALBERIGO, 1995, p. 379.

Deus, respeitando todos os componentes dessa trajetória: a revelação de Deus, a confirmação dessa palavra revelada pela autoridade da Igreja, o espaço da consciência e da inteligência de cada homem. A constituição faz emergir um equilibrado paralelo entre dogma e pesquisa científica, entre fé e experiência pessoal.²²

A constituição em questão, portanto, foi pensada como equilíbrio entre os valores sobrenaturais (negados pela então modernidade e defendidos pela Igreja), a razão e o progresso científico, apresentados outrora pelo mundo civil como contraditórios. Mais um passo para o processo de diálogo que culminará no Vaticano II.

1.1.2 A constituição dogmática *Pastor Aeternus*

A constituição *Pastor Aeternus* foi amplamente discutida, primeiramente por meio do esquema *De Romano Pontifice*, depois para sua aprovação, visto que era este o documento que validaria a questão da infalibilidade papal. Durante o efervescer do debate sobre a inerrância do sucessor de Pedro, um capítulo fora inserido no esquema *De Ecclesia* pelo cardeal Bilio, clarificando que a infalibilidade do papa está reservada à matéria de fé e costumes, e que isso somente se daria quando o Santo Padre definisse “com autoridade de supremo doutor sobre todos os cristãos”.²³ Esse capítulo (XI) fora retirado do esquema *De Ecclesia* posteriormente e transformado em esquema próprio,²⁴ dando origem ao trabalho final. É importante recordar a posição de D. Zinelli, bispo de Treviso, que elucidou o poder do papa, afirmando ser esse episcopal, ordinário e imediato, ou seja, igual ao dos demais bispos, embora fosse sumo e supremo.²⁵ O prelado, com tal posicionamento, abre espaço para uma renovada compreensão do papado: igual aos outros bispos em dignidade. Décadas depois, o Vaticano II irá coroar essa posição.

O documento foi considerado como a primeira constituição dogmática sobre a Igreja de Cristo. Buscou-se no primeiro capítulo explicar que Pedro possui uma instituição real do seu primado apostólico, tendo por base o texto de Mc 16, 16-19. O capítulo seguinte procurou dar

²² ZAGHENI, 1999, p. 156.

²³ ALBERIGO, 1995, p. 377.

²⁴ ZAGHENI, 1999, p. 157.

²⁵ ZAGHENI, 1999, p. 159.

luz à perpetuidade desse primado nos sucessores de Pedro. Em seguida, como um terceiro capítulo, foi defendido o valor do primado do romano pontífice, bem como sua natureza. Para isso, o Vaticano I fez referência aos Concílios de Florença e Lião, apresentando a jurisdição ordinária, episcopal e imediata sobre todos os fiéis, que lhe devem obediência.²⁶ Toda a constituição caminhava para o inevitável: a proclamação da infalibilidade do papa.

Chega-se, enfim, ao “magistério infalível do pontífice romano”, como aspecto do primado apostólico. A esse propósito são citados os testemunhos do IV Concílio de Constantinopla, do II de Lião, e do de Florença, bem como a práxis dos bispos de dirigir-se a Roma “especialmente nos assuntos de fé” para proteger-se dos erros, e o costume dos papas de “definir os pontos da doutrina que deveriam ser observados”, depois de se informarem do parecer da Igreja espalhada pelo mundo inteiro.²⁷

A constituição viria a definir, mas também delimitar, a infalibilidade papal, alegando que, sobretudo, ela foi proclamada para a guarda e exposição fidelíssimas da fé e para que toda a Igreja se mantivesse una.²⁸ O documento deixou claro que o papa não é um soberano absoluto, nem ele mesmo, enquanto pessoa, é infalível, mas sua posição enquanto pontífice da Igreja de Cristo.

(...) o exercício da infalibilidade submetia-se a uma série orgânica de condições: a solenidade (*ex cathedra*) – que impede a atribuição de infalibilidade a todo pronunciamento papal; a plena consciência subjetiva de exercer a “suprema autoridade apostólica”; a delimitação do objetivo a assuntos relativos à fé e aos costumes e relevantes para toda a Igreja, excluídas, pois, as questões políticas e os problemas relativos ao poder temporal.²⁹

²⁶ ALBERIGO, 1995, p. 383-384.

²⁷ ALBERIGO, 1995, p. 384. [grifo do autor].

²⁸ ALBERIGO, 1995, p. 384.

²⁹ ALBERIGO, 1995, p. 384-385. [grifo do autor].

A aprovação e proclamação solene da infalibilidade papal, respeitando os termos de delimitação, punha o papa de Roma em uma posição de independência das opiniões de chefes de Estado e políticas modernas. Além disso, o documento buscava fugir de qualquer inclinação ao galicanismo, que estava ao limite de eclodir violentamente.

1.1.3 A suspensão do Concílio e sua repercussão

No dia 19 de julho de 1870, um dia após a aprovação da constituição *Pastor Aeternus*, estourava a guerra entre a França e a Prússia, pondo a Europa em sinal de alerta. A maior parte dos bispos deixou o Vaticano, mas alguns prelados ainda lá permaneceram, em torno de uma centena. Foram realizadas algumas sessões, mas sem o mesmo caráter anterior. No dia 20 de setembro, Roma acabou sendo ocupada pelas tropas italianas, e, um mês depois, o Concílio foi suspenso³⁰ de forma *sine die*.³¹

Diversas interpretações foram dadas acerca do Concílio, tanto na esfera política, quanto na eclesiástica. Na primeira, geralmente as interpretações eram negativas. A Prússia, por exemplo, afirmou que com as decisões do Vaticano I, os bispos foram relegados a meros representantes do papa. Já na segunda esfera, as reações eram normalmente positivas. Os bispos franceses, que em grande parte eram anti-infalibilistas, acabaram por aderir às decisões do Concílio, dando mais valor à unidade, diante de uma Europa fragilizada.³²

Interessante e digna de nota foi a reação dos bispos alemães. Não rechaçaram as decisões do Concílio, mas sublinharam que

o papa é, antes de tudo, bispo de Roma e de nenhuma outra diocese; que ele não tem poder de tipo monárquico absoluto, pois está “submetido ao direito divino e comprometido com as disposições dadas por Jesus Cristo à sua Igreja”. Essa instituição é o fundamento sobre o qual se assenta tanto o papado quanto o episcopado, e por isso os bispos, longe de serem instrumentos do papa e funcionários sem responsabilidade própria,

³⁰ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero aos nossos dias. III: a era do liberalismo. Trad. Orlando S. Moreira. São Paulo: Loyola, 1996. p. 275.

³¹ ALBERIGO, 1995, p. 385.

³² ALBERIGO, 1995, p. 386.

“instituídos pelo Espírito Santo e postos no lugar dos apóstolos, apascentam e dirigem como autênticos pastores os rebanhos a eles confiados”, como afirma a própria constituição conciliar.³³

Para a surpresa de muitos, a reação do papa Pio IX foi positiva e aprovou essa observação do episcopado alemão, chegando a afirmar que quem discordasse desse *nota bene*, não estaria em consonância com o Concílio e com a Tradição da Igreja. Isso fez com que o Concílio passasse a ter uma única interpretação oficial, além de uma compreensão mais equilibrada na relação entre o Santo Padre e os bispos e a promoção da liberdade da pesquisa teológica sobre a eclesiologia, embora não tenha conseguido transpor as barreiras do eurocentrismo.³⁴

1.1.4 O significado do Vaticano I

O Vaticano I se apresenta como ponte entre Trento e Vaticano II, de um modo mais específico no desenvolvimento da eclesiologia. Não pôde abrir caminhos novos naquele momento, sobretudo por sua interrupção, mas o fez em direção ao Vaticano II.³⁵ Num primeiro momento, ele é ponto de chegada de um processo, desde o Concílio de Florença, que defendeu a proeminência do papa em nome da unidade, passando por Trento e a submissão das decisões conciliares ao Santo Padre, até as discussões modernas sobre o lugar e função do sucessor de Pedro na Igreja. Entretanto, o Vaticano I também é ponto de partida para o processo que culminou com o Vaticano II. É interessante notar que o capítulo III da *Pastor Aeternus* deve ser comparado ao número 22 da *Lumen Gentium*; também o capítulo IV daquela, com o número 25 desta, que trata sobre a colegialidade. Portanto, entre os dois Concílios realizados junto de São Pedro há uma continuidade, pois o Vaticano II retoma e desenvolve questões do Vaticano I e, além disso, promove uma síntese de algumas posições entre Trento e Vaticano I.³⁶

A ideia inicial era a de reconstruir a cristandade, sendo a preocupação de fundo a relação da Igreja com a sociedade civil. Esse foi o eã que animou toda a preparação das comissões responsáveis. No

³³ ALBERIGO, 1995, p. 386.

³⁴ ALBERIGO, 1995, p. 387-388.

³⁵ ROXO, Roberto M. **O Concílio**: teologia e renovação. Petrópolis: Vozes, 1967. p. 11.

³⁶ ZAGHENI, 1999, p. 167-168.

entanto, por causa da discussão sobre a infalibilidade, o Concílio tomou outro rumo, e as questões políticas foram relegadas a segundo plano. A própria questão da infalibilidade, tão temida, era bem menos ampla do que se cria (contra o ultramontanismo³⁷). “O Concílio havia sofrido, pois, uma espécie de espiritualização e um progressivo afastamento do terreno político”.³⁸ A aprovação da infalibilidade papal posicionou sabiamente a Igreja contra o radicalismo galicano e o exagero ultramontanista: de um lado, o papa tem poder de voz na Igreja universal, conservando a unidade; do outro, o papa tem tal voz somente em matéria de fé e costumes, e dentro das devidas limitações, visto que a pessoa humana do papa não é infalível por si.

O Concílio Ecumênico Vaticano I (1869-1870) foi o que imediatamente antecedeu o Vaticano II (1962-1965). A Igreja não tinha a pretensão de negar o progresso da técnica e da moderna civilização, mas de coibir os abusos cometidos contra a religião e contra a Igreja em alguns países, com a desculpa de ser o passo para a liberdade.³⁹ Pode esse Concílio aparentar insignificância devido à sua abrupta interrupção, mas, na verdade, mostra-se muito importante para a história da Igreja,

porque se põe como um momento de síntese da eclesiologia precedente (...) e a etapa de evolução

³⁷ “Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando se elegia um papa não italiano (“além dos montes”). O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da “cabeça” da Igreja (o papa), que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende, portanto, o pleno poder papal. Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram. As idéias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, devido a frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado”. LAGE, Ana Cristina P. **Ultramontanismo**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

³⁸ ZAGHENI, 1999, p. 169.

³⁹ ZAGHENI, 1999, p. 142.

que gradualmente levará à eclesiologia expressa pelo Vaticano II.⁴⁰

Todavia, o Vaticano I não é importante apenas para a questão eclesiológica, mas porque no seu curto espaço de tempo contribuiu para confirmar os valores sobrenaturais negados pelos Estados liberais.⁴¹ Assim, dá-se início a um novo tempo na Igreja, tempo de redescoberta de si mesma e de uma acentuação da independência em relação aos Estados, agora secularizados.

1.2 A IGREJA NOS PONTÍFICES ENTRE O VATICANO I E O VATICANO II

De Leão XIII a Pio XII a Igreja passará por experiências complexas, como, por exemplo, a reta aplicação do Vaticano I, o problema da industrialização urbana, a falta de dignos salários e leis trabalhistas, a multiplicação dos miseráveis, as ideologias políticas, os novos Estados modernos europeus, a resolução da Questão Romana, os totalitarismos e as Grandes Guerras, entre outras. É importante perceber que, entre um Concílio e outro, houve um processo de desenvolvimento no pensar e agir da Igreja, sobretudo pelas situações sócio-políticas que desencadearam mudanças drásticas em poucos anos. Essa parte da pesquisa tem por intenção realizar uma apreciação desse período, na ótica de cada pontificado.

1.2.1 Leão XIII

O papa Leão XIII (1878-1903) foi personagem peculiar na história recente da Igreja devido à sua estima pelo diálogo com o mundo moderno e, simultaneamente, pela proposta de cristandade como resposta aos problemas modernos. Ele foi o pontífice responsável pela Igreja na passagem do século XIX para o XX, marcando esse trabalho com uma preocupação destacável com os que a sociedade industrial tinha tornado vulneráveis. Sua experiência de vida o levou a essas iniciativas. Em Bruxelas fora núncio e aí pôde ter contato com os problemas gerados pelo desenvolvimento industrial, além de ter mostrado sua excelente diplomacia na esfera política. Somada a essa experiência, o então cardeal Pecci também viveu algum tempo em Londres, onde novamente pôde ter

⁴⁰ ZAGHENI, 1999, p. 144.

⁴¹ ZAGHENI, 1999, p. 144.

contato mais profundo com os problemas da sociedade industrial. No tempo do seu bispado em Perugia, conheceu intelectuais que refinaram seu pensamento acerca dos problemas modernos. Sua biografia preparou sua pessoa para uma intensa sensibilidade social.⁴²

Eleito no dia 20 de fevereiro de 1878, num conclave surpreendentemente rápido, Leão não apareceu na sacada principal da basílica de São Pedro para a tradicional bênção, mas no balcão interno, primeiro como protesto ao Estado da Itália e como símbolo do seu sentimento de prisão ante o mundo. Entretanto, não seria um papado de resistências duras, mas de relação com o mundo moderno, embora protestasse sempre contra a usurpação dos Estados Pontifícios.⁴³ Sua primeira encíclica, *Inscrutabili Dei consilio*, que promovia a reconciliação entre Igreja e cultura, apontava os males da sociedade e apresentava a Igreja como tesoureira dos verdadeiros valores que libertam.⁴⁴

O projeto de Leão XIII, depois de um papado complicado como o de Pio IX, era inserir os católicos na sociedade contemporânea diante da crise de rejeição dos valores cristãos, repondo a validade desses valores. Para isso, Leão propôs a Igreja como única e verdadeira mãe da civilização, e os Estados deveriam reconhecer ao menos tal fato. Isso resultou no projeto histórico de papado firmado no tripé: cultura, ordenamento dos Estados e realidade social.⁴⁵ Dedicou-se com afinco a levar adiante o trabalho de reforma do Vaticano I.⁴⁶

Na linha cultural, em 1879 restaurou os estudos teológicos na linha tomista da harmonia entre fé e razão, através da encíclica *Aeterni Patris*; em 1881, autorizou a abertura dos Arquivos Vaticanos, impulsionando os estudos históricos; em 1893 deu impulso aos estudos bíblicos através da encíclica *Providentissimus Deus*, que incentivou a abertura da Escola Bíblica de Jerusalém. Concedeu, também, impulso à pesquisa científica.⁴⁷

Na questão política, Leão reafirma que toda autoridade vem de Deus, mediante a indicação do povo. Assim, o Estado deve se preocupar com o bem comum e a justiça, além de prestar culto a Deus. A partir disso,

⁴² ZAGHENI, 1999, p. 170-171.

⁴³ CÂMARA, Jaime de B. **Apontamentos de História Eclesiástica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1957. p. 345.

⁴⁴ ZAGHENI, 1999, p. 171.

⁴⁵ ZAGHENI, 1999, p. 173.

⁴⁶ CLEMENTE, Manuel. **Os papas do século XX**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 28-29.

⁴⁷ ZAGHENI, 1999, p. 174.

o papa dá impulso à ideia da tolerância religiosa, partindo do princípio de que todo Estado deve garanti-la.⁴⁸

1.2.1.1 O social no pontificado de Leão XIII

A questão social no fim do século XIX era desconcertante: a industrialização nascente vinha provocando mudanças na estrutura da sociedade europeia e, rapidamente, do mundo.

Com o advento e o aperfeiçoamento das máquinas, muitos artesãos se arruinaram e desceram ao nível dos assalariados; a fuga do campo para os centros industriais rompia as tradicionais estruturas da sociedade; a falta quase total de uma legislação que defendesse os trabalhadores e de um salário mínimo suficiente para garantir a satisfação das necessidades fundamentais tornavam fortemente instável a coesão social e determinavam uma situação de extrema miséria dos trabalhadores nos centros industriais.⁴⁹

A resposta da Igreja a essa época exigente foi motivar a ação social da base com intervenções doutrinárias por parte de Leão XIII, que estabeleceu os princípios básicos da compreensão cristã do social. A *Rerum Novarum*, obra-prima da reflexão social do papa, é o coroamento de seus esforços e o grande impulso para a reflexão social da Igreja nos decênios seguintes.⁵⁰

A Doutrina Social da Igreja começa a ser estruturada após a industrialização ser fixada. Os problemas desencadeados por essa mudança profunda na sociedade fizeram surgir diversas correntes de pensamento que propunham solução para a questão, como, por exemplo, o socialismo marxista, o comunismo, o niilismo e o anarquismo. A Igreja, por meio de seu Magistério, buscou também dar respostas. Nos seus inícios, a doutrina magisterial afirmava que era necessária a cristianização do Estado e das suas estruturas, para que a relação crentes-sociedade se tornasse sã. Tal reflexão deu ênfase à Igreja enquanto instituição, dando origem a duas linhas de interpretação, a liberal e a socialista, ou seja, a

⁴⁸ ZAGHENI, 1999, p. 175-176.

⁴⁹ ZAGHENI, 1999, p. 177.

⁵⁰ ZAGHENI, 1999, p. 178.

primeira compreendendo a Igreja como instituição autorreferencial, aliada do Estado e do capital, e a segunda entendendo-a como comunidade do proletariado que luta contra a divisão de classes; interpretações com as quais a própria Igreja teve que lutar posteriormente.⁵¹ Nesse contexto, surge a *Rerum Novarum*.

1.2.1.2 A *Rerum Novarum*

A encíclica mais conhecida de Leão XIII, a *Rerum Novarum*, que foi o ponto culminante de toda a preocupação da Igreja acerca da realidade social no século XIX, tornou-se pública em 15 de maio de 1891. Não só é importante para o seu contexto, mas para a história da Igreja, visto que ela inaugura a era da Doutrina Social da Igreja. Muito se deve ao papa por sua aguçada sensibilidade diante do caos urbano gerado pelo processo de industrialização; deveras interessante é sua profecia quanto ao socialismo, prevendo as consequências negativas do projeto social dessa ideologia, que, após alguns anos, a Europa confirmaria pela experiência.⁵² O papa tinha uma consciência clara da gravidade do problema em relação aos operários e da necessidade de uma resposta-ação por parte dos cristãos.⁵³

O objetivo da encíclica não era atingir só a questão social, mas a questão operária, visto que a maioria do proletariado vivia em condições sub-humanas. O eixo do pensamento, portanto, não é a luta de classes, pois essa era a ideia do socialismo, mas recordar a dignidade do homem.

O documento condena os socialistas por incitação ao ódio e pela negação da propriedade privada, o que vai contra o direito natural. Por meio da encíclica, a Igreja propõe uma colaboração entre as classes sociais, pois elas precisam umas das outras. O texto enfatiza também a necessidade da justiça e o salário digno para os trabalhadores. A luta de classes e as terríveis situações podem ser superadas, se o trabalho for digno, em todos os sentidos: por parte dos proprietários e dos proletários. O Estado deve intervir para que a questão operária seja resolvida com justiça, para tutelar os direitos dos cidadãos e da família, o direito à propriedade privada e ao trabalho. Em tudo deve se proteger a dignidade da pessoa humana, que é inviolável por natureza; nem a pessoa poderia

⁵¹ ZAGHENI, 1999, p. 189-190.

⁵² ZAGHENI, 1999, p. 192.

⁵³ ORLANDIS, José. **História breve do cristianismo**. 4. ed. Lisboa: Diel, 2008. p. 218.

renunciar a ser tratada como tal. O trabalhador não pode ser explorado, e o trabalho deve ser adequado às suas forças. A encíclica é concluída com o incentivo da Igreja para a organização sindical dos operários, para resguardar o bem-estar físico, econômico e moral dos trabalhadores.⁵⁴

Leão XIII, com a *Rerum Novarum*, foi um perspicaz profeta. O pontífice inaugurou uma era na Igreja, de uma maior abertura ao mundo e de diálogo com a cultura, com a ciência e com a política, depois de um pontificado difícil como o de Pio IX. Leão não perdera, porém, sua personalidade do século XIX: manteve o centralismo romano⁵⁵ e buscou estar sempre alinhado com o Vaticano I. Sua posição frente aos problemas sociais e a liberdade com que tratou os temas em relação aos Estados, pode ser contada também como fruto do Concílio, devido à sua atual liberdade frente aos Estados.

1.2.2 Pio X

O papa Leão XIII termina seu pontificado em 1903 e, como de costume, o colégio cardinalício se reúne para a eleição do sucessor. É eleito, no dia 04 de agosto do mesmo ano, o cardeal José Sarto, que adota o nome de Pio X. Repete o gesto de Leão XIII e abençoa o povo no balcão interno da basílica petrina.⁵⁶ Seria ele o primeiro pontífice no complexíssimo século XX.

Seu lema papal foi uma grande síntese de todo o seu pensamento e ação: restaurar todas as coisas em Cristo.⁵⁷ Não possuía o mesmo espírito de diálogo de seu antecessor e procurou combater a modernidade, embora tenha encorajado com afinco os cientistas a descobrirem resultados novos nas mais diversas áreas, para o bem da humanidade. Além disso, promoveu uma reforma da “Cúria Romana, criou o Instituto Bíblico, codificou o Direito Canônico, ordenou a revisão da Vulgata e reformou o breviário e o Missal”.⁵⁸

O papa Pio X conquistou simpatia popular pelo jeito cortês e singelo de ser. Possuía vasta experiência pastoral e administrativa, o que o animou a trabalhar para que a Igreja passasse por uma renovação a partir dos valores perenes da fé cristã, donde provém seu lema papal já

⁵⁴ ZAGHENI, 1999, p. 192-199.

⁵⁵ ZAGHENI, 1999, p. 204.

⁵⁶ ZAGHENI, 1999, p. 231.

⁵⁷ “Instaurare omnia in Christo”.

⁵⁸ CÂMARA, 1957, p. 346.

supracitado. Portanto, ele consagrou-se como um papa reformador de questões mais internas, buscando em tudo manter a unidade da Igreja. Quis, deste modo, fazer predominar os bens espirituais, tão fragilizados pelos ideais modernistas.⁵⁹

Para trazer Deus de volta à sociedade, era preciso, antes, reformar a Igreja internamente e purificá-la de tudo o que não se adequava à missão que Cristo lhe havia confiado. Restaurar tudo em Cristo significava tornar a Igreja mais espiritual, livrá-la das incrustações, preservá-la dos desvios doutrinários, favorecer sua unidade em torno do pontífice romano e dos bispos, fazer com que sua mensagem – numa época de confusão e violência – pudesse ser acolhida por todos.⁶⁰

Para isso, Pio X organiza uma grande reforma atingindo todos os níveis da Igreja: liturgia, disciplina, doutrina e relação com os Estados.

Frente às necessidades do tempo, o pontífice dá início à confecção do Código de Direito Canônico, que só será publicado por Bento XV, seu sucessor. A obra era um tanto centralizadora, devido à preocupação com a possibilidade de se perder cada vez mais a unidade. Com ela, criaram-se condições para a uniformidade da Igreja, mas também corria-se o risco de um demasiado jurisdiccionismo, embora não fosse a intenção. Mesmo com os riscos, o documento deu à Igreja ordem e unidade diante da situação instável do momento.⁶¹

Outra frente de trabalho dada como prioritária foi a reforma catequética, que há tempos exigia atenção devido à sua estrutura já arcaica. Antes de tudo, os catecismos eram diversos, promovendo o sentimento de desordem e falta de unidade. Em segundo lugar, os leigos estavam afastados do exercício catequético, mais reservado aos religiosos. Os catecismos estavam infantilizados e autoritários, além da ausência de matéria bíblica e com teor individualista. Movimentos catequéticos começaram a surgir na Europa (na Alemanha, por volta de 1899, começou-se a buscar novos métodos catequéticos; na Itália, em 1900, foram realizados congressos catequéticos). O continente europeu

⁵⁹ ZAGHENI, 1999, p. 234-236.

⁶⁰ ZAGHENI, 1999, p. 242.

⁶¹ ZAGHENI, 1999, p. 242.

passou a gritar pela necessidade de uma revisão do método catequético, o que levou Pio X a dedicar-se com afinco ao assunto.⁶²

O pontífice passa a debruçar-se sobre a confecção de um catecismo que fosse único, completo e eficaz. O primeiro volume fica demasiadamente denso e passa por uma revisão. Após o feito, enfim é publicado: um texto simples, em forma de perguntas e respostas, de fácil acesso aos ignorantes (que formavam grande parcela da sociedade); porém, faltava-lhe conteúdo bíblico e possuía pouca perspectiva sobre a ressurreição. No entanto, foi esse catecismo utilizado até o Concílio Vaticano II.⁶³

No âmbito litúrgico, Pio X dá início a uma reforma bem abrangente, sobretudo na música sacra, em relação ao Breviário e à Eucaristia. Combatendo tendências abusivas, o papa esclarece que a música está a serviço da liturgia e não o contrário. A música moderna pode ser aceita, desde que não tenha nada de profano. E mais: somente o celebrante poderia cantar e, no coro, somente homens comporiam os corais, além da proibição de outros instrumentos. Em relação ao Breviário, é reformado para buscar adaptar com maior esmero a oração da Igreja às exigências litúrgicas. A comunhão eucarística passava, também, por uma crise: havia um movimento que negava a necessidade da comunhão frequente, visto que o homem é pecador e que a dignidade do sacramento o ultrapassa. Pio X intervém, e com o decreto *Sacra tridentina synodus* estabelece a comunhão frequente, já desejada pelo Concílio de Trento,⁶⁴ buscando argumentação na prática da Igreja primitiva, e recordava que a Eucaristia não é prêmio para os fortes, mas remédio para os fracos. Porém, duas exigências eram recordadas: o estado de graça e a reta intenção.⁶⁵ Além disso, promoveu a comunhão para crianças. Pio X sonhava com a participação ativa dos fiéis nos santos mistérios: cria ele que isso era fonte indispensável de vida.⁶⁶

Na área social, Pio X não deu contribuições notáveis, no sentido de produção de material pontifício, até porque o problema dos operários havia amenizado e a *Rerum Novarum* era dada como doutrina completa. Alguns países, inclusive, já tinham inserido legislações trabalhistas e os

⁶² ZAGHENI, 1999. p. 245-246.

⁶³ ZAGHENI, 1999, p. 246-247.

⁶⁴ CLEMENTE, 2004, p. 30.

⁶⁵ ZAGHENI, 1999, p. 248-249.

⁶⁶ BOTTE, Bernard. **O movimento litúrgico**. Trad. Solange L. Nogueira. São Paulo: Paulinas, 1978. p. 21.

sindicatos estavam se formando e sendo aceitos. Todavia, novas dificuldades começavam a dar sinais de vida.

Novos problemas culturais e sociais atraíam a reflexão e a ação da Igreja: o nacionalismo; a cultura de massa, à qual estava ligada a cultura de guerra; as frequentes crises internacionais que, em seu desenvolvimento, acabaram levando à primeira grande guerra.⁶⁷

Pio X interveio diversas vezes nessas questões, mas sua contribuição mais notável foi na questão do sindicalismo cristão, que continuava fortemente ligado a ideais socialistas e não evangélicos. O papa autoriza a participação dos operários católicos nos sindicatos, desde que sejam associações somente de católicos, e que estes fossem formados na justiça e caridade da moral cristã, para que não caíssem nas armadilhas da ideologia socialista e praticassem o reto bem.⁶⁸

O modernismo, de caráter liberal, foi um movimento que sacudiu a Igreja de 1890 a 1914, tendo por principal intento abrir a Igreja à filosofia e à história do mundo moderno. Sendo fruto do positivismo, do racionalismo e do liberalismo, Pio X condenou veementemente tal corrente, pois esvaziava a fé cristã de seu caráter sobrenatural. Em 1907, é publicado um documento que condena proposições modernistas; no mesmo ano, Pio X publica a encíclica *Pascendi dominici gregis*, refutando as ideias modernistas.⁶⁹

No âmbito ecumênico, vale recordar que Pio X deu aprovação à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, o que era uma iniciativa um tanto revolucionária.⁷⁰

Pio X tinha como intenção preservar a sã doutrina cristã e manter a unidade frente a tempos tão exigentes, mesmo com punho de ferro. “De qualquer forma, abriu um caminho: a proeminência dos aspectos espirituais na vida e na ação da Igreja. Nesse sentido deve ser interpretado o conjunto de seus atos”.⁷¹

⁶⁷ ZAGHENI, 1999, p. 250.

⁶⁸ ZAGHENI, 1999, p. 251-254.

⁶⁹ ZAGHENI, 1999, p. 254-260.

⁷⁰ HORTAL, J. E **haverá um só rebanho**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 207.

⁷¹ ZAGHENI, 1999, p. 260.

1.2.3 Bento XV

Giacomo Della Chiesa, genovês, foi eleito o sucessor de Pio X em 03 de setembro de 1914, já durante a Primeira Grande Guerra, iniciada no mês de julho do mesmo ano. Em relação aos seus imediatos antecessores, seu pontificado foi curto (sete anos), mas radicalmente difícil por causa da situação instável de uma Europa em guerra. Ante a dolorosa guerra, propôs aos governos desarmamento simultâneo e recíproco; arbitragem internacional; liberdade dos mares, renúncia recíproca a indenizações de guerra; reexame conciliador das reivindicações territoriais.⁷² Suas iniciativas para restabelecer a paz não foram ouvidas, embora tivessem suscitado enérgicos debates. Sem sucesso na intermediação pela paz, Bento procurou com afincado abrandar as relações internacionais e os sofrimentos de guerra, tratando dos feridos, auxiliando os prisioneiros de guerra, destinando alimentos para as regiões de fome, entre outros feitos.⁷³

Em relação ao interno da Igreja, Bento XV foi quem publicou o Código de Direito Canônico, idealizado e iniciado por seu predecessor, Pio X. Foi tornado público em 1917 e perdurou até 1983, com a reforma de João Paulo II. Além dessa proeza, Bento deu muita atenção às missões, que haviam mergulhado numa crise devido à guerra. Dedicou muito tempo do final de seu pontificado a resolver o problema da fome na Rússia, que frequentemente fazia muitas vítimas. Por causa de suas iniciativas na busca por conciliação entre os estados em guerra, Bento XV é reconhecido como o papa da justiça e da paz.⁷⁴

Bento XV também deu uma significativa contribuição na área ecumênica, estabelecendo dois organismos romanos de grande significado na relação com as Igrejas do Oriente: a Congregação para a Igreja Oriental (atualmente para as Igrejas Orientais), numa atitude de respeito à identidade daquelas comunidades que não mais estariam sujeitas à *Propaganda Fidei*, e o Pontifício Instituto Oriental, de Roma, que valoriza a originalidade da teologia oriental e alcançou grande prestígio, formando católicos e ortodoxos provenientes daqueles países.⁷⁵

⁷² CLEMENTE, 2004, p. 32-33.

⁷³ WOLLPERT, Rudolf F. **Os Papas**. 5. ed. Trad. Antônio E. Allgayer. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159.

⁷⁴ WOLLPERT, 1999, p. 159-160.

⁷⁵ HORTAL, 1996, p. 207-208.

1.2.4 Pio XI

Em 1922 é eleito o sucessor de Bento XV, falecido após poucos anos de papado, mesmo ano da ascensão dos fascistas na Itália e do nascimento da URSS. Aquiles Ratti, amante da exegese, filosofia e história, hábil em diversos idiomas, retoma a era dos “Pios”, e passa a se chamar Pio XI. Diferentemente de seus imediatos predecessores, deu a bênção no balcão externo da Basílica de São Pedro, como um sinal de sua inclinação à resolução da Questão Romana. Possuía forte personalidade e tinha ímpeto pelo trabalho, sem nunca esquecer sua autoridade. Sua preocupação primordial durante o pontificado foi a de “salvaguardar e promover os interesses religiosos da Igreja”.⁷⁶ O contexto de sua eleição era verdadeiramente exigente.

Fascismo, nazismo, totalitarismo stalinista; a ideia de democracia é como que massacrada, pelo prestígio e pela força dos regimes; a própria Igreja foi profundamente marcada por eles.⁷⁷

Assim Pio XI inicia seu pontificado, buscando conciliação por todos os lados ante uma Europa frágil, mergulhada em um clima de medo e drama. Dá atenção à questão missionária, luta contra os sistemas totalitários e afirma a autoridade moral e religiosa da Igreja. Além disso, concede centralidade à Doutrina Social da Igreja, anima a Ação Católica e procura coesão eclesial interna.⁷⁸ Inclusive, é o primeiro a levar a sério a hipótese da retomada do Vaticano I, não sendo possível devido ao contexto intra e extraeclesial. Com a encíclica *Ubi arcano*, Pio XI faz surgir a ideia de um Concílio Ecumênico, a ponto de encarregar uma comissão de teólogos para estudar as Atas do último Concílio a fim de uma retomada.⁷⁹

Nesse ínterim, a Europa se depara com a origem dos totalitarismos: cria-se que somente um regime autoritário poria fim à crise pós-guerra. Há a confusão, inclusive, por causa do medo do comunismo, entre o regime totalitário com a concepção darwiniana de seleção das espécies, agora aplicado aos povos, ao ponto de Adolf Hitler, chefe do Estado alemão, almejar fazer do mundo a casa de uma única raça, a ariana, visto

⁷⁶ ZAGHENI, 1999, p. 261-262.

⁷⁷ ZAGHENI, 1999, p. 262.

⁷⁸ ZAGHENI, 1999, p. 263.

⁷⁹ KLOPPENBURG, Boaventura. **Às portas do XXI Concílio Ecumênico**. Petrópolis: [s.n.], 1961. p. 2-3.

que as demais são inferiores e, por isso, merecem ser exterminadas. Na Itália, o fascismo emerge, diante dos problemas da fome, desemprego, emigração, alfabetização e alto índice de desemprego. Assim, o governo fascista procurou dar soluções a esses problemas por meio do investimento na agricultura; controle do desenvolvimento demográfico; atenção à emigração com fundação de escolas para italianos que viviam no exterior. Reivindicaram o monopólio da educação da juventude, um exclusivo controle social e promoção de uma campanha antissemita, passando, aí, para o conflito com a Igreja. Porém, o Estado precisava do apoio católico, por causa de a maioria da população pertencer a essa instituição. A ideia era a de buscar o apoio da Igreja, mas não numa relação de sincera amizade; ao contrário, de abuso e puro interesse ideológico-partidário. Pio XI percebeu a manobra e entendeu que deveria fortalecer o catolicismo enquanto tal, afastando-se de tal política. O pontífice “reestrutura o mundo católico em torno de uma grande e articulada organização de apoio: a Ação Católica”.⁸⁰

1.2.4.1 A Ação Católica

Em uma Europa ameaçada pelos regimes totalitários e por cristãos desorientados, Pio XI organiza uma “propaganda religiosa e moralizadora, sob a orientação de autoridades eclesiásticas”,⁸¹ a chamada Ação Católica, que incentivava a participação do laicato no apostolado hierárquico, inaugurando um novo tempo na Igreja, onde o trabalho evangélico não se resumia ao clero. A partir dessa iniciativa, a Igreja não deixará mais de lado essa questão clero-laicato. A intenção primeira era cristianizar as importantes instituições, como a família, a sociedade, a imprensa, as artes, as classes humildes etc.⁸²

A Ação Católica se constituiu como um vasto organismo, onde a cúpula da Igreja e suas diretrizes chegavam à base, e a base tinha como forte representante a mesma cúpula. Isso atingiu centenas de milhares de pessoas, modificando o rosto da Igreja na Europa e promovendo a formação de fiéis, além de opor resistência frente aos regimes totalitários. A iniciativa visava a recuperar a imagem de Cristo Rei, procurando

⁸⁰ ZAGHENI, 1999, p. 264-274.

⁸¹ CÂMARA, 1957, p. 354.

⁸² CÂMARA, 1957, p. 354.

recuperar a história para Cristo e fazer desse Cristo o Rei, não ditador-totalitário, mas o verdadeiro soberano.⁸³

Por meio das experiências de então e a força da Ação Católica, a Igreja ia amadurecendo cada vez mais a ideia de uma plena separação do Estado, já iniciada no Vaticano I, mantendo-se autônoma.⁸⁴

1.2.4.2 A Questão Romana e os regimes totalitários

Pio XI não mediu esforços para resolver a Questão Romana que se arrastava há muitos anos. O Estado italiano concordou em negociar, e as negociações foram longas e difíceis, sobretudo por questões como o reconhecimento da Igreja Católica como religião de Estado, questões disciplinares do matrimônio, direito de educar a juventude, o ensino da fé cristã católica nas escolas, entre outras. No entanto, após longa discussão, em 11 de fevereiro de 1929, os Pactos Lateranenses são assinados: nascia, assim, o Estado da Cidade do Vaticano; o reconhecimento da Igreja Católica como religião do Estado; foram estabelecidas as diretrizes de relação entre Igreja e Estado; estabeleceu-se o ensino da religião nas escolas. Porém, o mais importante, era a resolução da Questão Romana.⁸⁵

Pio XI seguiu inabalável no trabalho contra os regimes totalitários: com a encíclica *Mit brennender Sorge* condena o nazismo; em 19 de março de 1937, publica a encíclica *Divini Redemptoris promissio*, condenando severamente o comunismo, pois este esconde em si uma falsa redenção, um falso ideal de justiça, igualdade e fraternidade.⁸⁶

Um dado muito significativo no pontificado de Pio XI é o fato de ele ter dado impulso à questão ecumênica. Merecem destaque as *conversações de Malines*, um esforço sério para a unidade entre anglicanos e católicos. Além disso, surgiram iniciativas de inspiração católica que contribuíram muito para o progresso do diálogo ecumênico: a Abadia de Chevetoggen, Bélgica, que publica, desde 1926, a revista *Irenikon*, que recolhe os frutos dos estudos ecumênicos dos monges e que se constitui um dos melhores órgãos de informação nesse campo; o Centro de Estudo *Istina*, dirigido pelos dominicanos franceses. Consagrado inicialmente ao estudo das questões orientais, ampliou posteriormente seu campo à problemática ecumênica; o Movimento *Una*

⁸³ ZAGHENI, 1999, p. 274-275.

⁸⁴ ZAGHENI, 1999, p. 275.

⁸⁵ ZAGHENI, 1999, p. 276-281.

⁸⁶ ZAGHENI, 1999, p. 296-297.

Sancta, fundado em 1930 pelo Pe. Max-Joseph Metzger, que morreria fuzilado, em 1944, pelos nazistas e que tentava congregar católicos e evangélicos num único esforço pela paz entre as nações e pela unidade entre os cristãos; a ação corajosa do padre secular francês Paul Couturier (1881-1953) e a sua promoção do ecumenismo espiritual, principalmente por meio da semana de oração pela unidade dos cristãos, à qual deu a forma e o significado que tem atualmente.⁸⁷

Em 31 de maio de 1931, o papa Pio XI publica a *Quadragesimo Anno*, comemorando os quarenta anos da *Rerum Novarum*, dando resposta aos problemas do fascismo e demais regimes totalitários. O papa destaca os conceitos de justiça social e bem comum, defende a propriedade privada e o justo salário. Além do mais, propõe reflexões equilibradas acerca dos sistemas econômicos. A encíclica reafirmou a posição da Igreja frente aos temas fundamentais do ser humano e da sociedade; defendeu o primado dos valores sobrenaturais, o verdadeiro papel do Estado e a dignidade do trabalho.⁸⁸

1.2.5 Pio XII

Em 02 de março de 1939, era eleito como sucessor de Pio XI, inimigo ferrenho dos totalitarismos, o cardeal Eugênio Pacelli, que escolheu o nome de Pio XII. O novo pontífice seguiu as linhas de seu antecessor. A escolha de seu nome já indicava essa iniciativa.⁸⁹ Ele levou em consideração, assim como Pio XI, a reabertura do Concílio Vaticano I, e com mais força que seu antecessor, mas não foi possível, sobretudo pela Grande Guerra que assolou a Europa uma segunda vez. Quem lhe sugeriu a retomada foi o cardeal Ruffini, e o papa se interessou pela ideia, tomou nota e chegou a comentar a possibilidade com outros prelados. No entanto, mais uma vez, não foi possível.⁹⁰

Pio XII recebeu a missão petrina no mesmo ano do início da sangrenta Segunda Guerra Mundial e canalizou muitos dos seus esforços na tentativa de sanar essa chaga aberta no coração da Europa. Tinha como certeza que a sociedade quis viver sem Deus, e “uma sociedade que pretende governar sem Deus é uma sociedade condenada a pôr alguém no lugar de Deus”.⁹¹

⁸⁷ HORTAL, 1996, p. 208-209.

⁸⁸ ZAGHENI, 1999, p. 299-304.

⁸⁹ ZAGHENI, 1999, p. 305-307.

⁹⁰ KLOPPENBURG, 1961, p. 3.

⁹¹ ZAGHENI, 1999, p. 310.

Essa é a chave que permite compreender o magistério de Pio XII, magistério que não apresentou nenhuma encíclica social, e sim uma série de mensagens e discursos, com os quais o papa lança as bases para a construção dessa nova sociedade. Publicou grandes encíclicas, que revelam uma preocupação altamente religiosa e que deixaram profundas marcas na Igreja, antecipando – em não poucos aspectos – algumas linhas do Vaticano II.⁹²

Suas grandes encíclicas mostram sua teologia mais avançada em relação aos anos: *Mystici Corporis* (1943) apresenta a Igreja como corpo místico, fazendo inúmeras referências aos leigos e iniciando reflexão sobre o laicato, que culminará no Vaticano II; a *Divino afflante Spiritu* (1943), incentivando a busca por melhores maneiras de se promover os estudos bíblicos; a *Mediator Dei* (1947), na qual Pio XII trabalha a questão da liturgia, recordando o valor da Tradição e o respeito por tal, e estimula a uma maior participação dos fiéis nos ritos e em todo o processo de renovação, mais uma vez abrindo caminhos para o Vaticano II; a *Evangelii Praecones* (1951) e a *Fidei Donum* (1957), sobre as missões e sua facilitação, além de incentivar a participação de leigos no exercício missionário; a *Humani Generis* (1950), que trabalha a questão da orientação teológica, embora muito escolástica. Não dedicou encíclica ao comunismo, mas aplicou aos comunistas a excomunhão, em 1949.⁹³

Com Pio XII houve também avanços na esfera do ecumenismo católico. As encíclicas *Orientalis Ecclesiae Decus* (1944), *Orientalis Omnes Ecclesiae* (1945), *Orientalis Ecclesiae* (1952) indicam claramente que Pio XII, de modo semelhante a seus predecessores imediatos, apostava mais na união com os orientais não-católicos do que com os protestantes. Mas é interessante constatar a evolução das instâncias romanas nesse período. Continuava a haver uma desconfiança básica perante o movimento ecumênico de inspiração protestante. Por isso, houve grande surpresa, em 1949, quando da promulgação da Instrução *Ecclesia Catholica*, do mesmo Santo Ofício: os encontros ecumênicos não só deixaram de ser proibidos, mas foram até encorajados decididamente. Em 1952, surgiu uma “Conferência Católica para as Questões Ecumênicas”, não-oficial, mas representava um esforço de

⁹² ZAGHENI, 1999, p. 310.

⁹³ ZAGHENI, 1999, p. 311-312.

coordenação de tantos trabalhos ecumênicos realizados pelos católicos. Por outro lado, Pio XII, na trilha do prestígio obtido por seu empenho em favor da paz mundial, iniciou os contatos pessoais com hierarcas de outras confissões, recebendo um bom número deles no Vaticano.⁹⁴

Pio XII teve de enfrentar os horrores da Segunda Guerra Mundial, e em inúmeros discursos, pronunciamentos, catequeses etc., condenou severamente as ideologias totalitárias. Sabia bem ele que, por exemplo, Hitler tinha planos para a destruição da Igreja. Diante disso, certa vez afirmou: “Uma vitória do Eixo significará o fim do cristianismo na Europa”.⁹⁵ Seu trabalho consistiu em delimitar o conflito a partir de países ainda não envolvidos; procurou sempre encontrar pontos possíveis para a paz e destacá-los; usou de todos os instrumentos possíveis de que dispõe a Igreja para tentar mediar a paz; até mesmo uma doutrina o papa articulou, como ajuda para uma possível reorganização do mundo após o fim da guerra. Buscou ajudar na reconstrução de uma Europa arrasada, promovendo a unificação europeia, o que viria a acontecer, e, inclusive, apoiando o surgimento da ONU.⁹⁶

Em 1957, a revista *Palestra del Clero*, durante o pontificado de Pio XII, teria sugerido a ideia de um novo Concílio, o que foi recebido com simpatia, aumentando a expectativa de sua possibilidade.⁹⁷

O testemunho do cardeal Tardini, seu colaborador, é comovente: em 12 de março de 1956, o cardeal fora pedir a bênção a Sua Santidade e apresentar cumprimentos, visto que era aniversário de sua coroação. O papa teria olhado para ele com os olhos umedecidos e dito: “Meu caro monsenhor, uma coroa de espinhos”.⁹⁸ Essas palavras ilustram o quão doloroso foi esse pontificado, marcado pelo fim de uma era. Os ideais da modernidade postos em cheque; os totalitarismos em crise; a antropologia desconcertada, frente aos horrores que o homem poderia realizar.

1.2.6 Às portas do Vaticano II

A segunda metade do século XX está marcada por um violento abalo nas estruturas de segurança do homem moderno, após a Europa e o

⁹⁴ HORTAL, 1996, p. 209-210.

⁹⁵ ZAGHENI, 1999, p. 318.

⁹⁶ ZAGHENI, 1999, p. 313-338.

⁹⁷ KLOPPENBURG, 1961, p. 3.

⁹⁸ TARDINI, D. **Pio XII**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1960. p. 25. In.: ZAGHENI, 1999, p. 340.

mundo terem vivenciado os horrores das Guerras Mundiais e a ineficácia dos totalitarismos, já denunciados previamente pela Igreja.

Considerado o século mais violento de todos os tempos foi, ao mesmo tempo, o de maior progresso científico, de grande prosperidade e desenvolvimento.⁹⁹ Um novo mundo estava surgindo, buscando se reerguer das atrocidades recentes, da crise socioeconômica, da crise antropológica e da crise de Deus. E a Igreja, que resposta poderia dar a esse novo momento da história? Ela também foi abalada por sucessivas situações tão abstrusas, já que

as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo.¹⁰⁰

O próximo capítulo dessa pesquisa se ocupará desse retorno da Igreja, que se tornaria, na verdade, o Concílio Ecumênico Vaticano II.

⁹⁹ ZAGHENI. 1999, p. 206-207.

¹⁰⁰ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 539-661. p. cit. 539; GS 1.

2 O CONCÍLIO VATICANO II: PREPARAÇÃO, REALIZAÇÃO, RECEPÇÃO

O papado de Pio XII termina com sua morte em 09 de outubro de 1958, após dezenove anos de pontificado. Seu sucessor é o cardeal Angelo Giuseppe Roncalli, que escolheu como nome pontifício João XXIII.¹⁰¹ Admirador de seu antecessor, afirmou ter respeito à memória

¹⁰¹ Nasceu no dia 25 de novembro de 1881 em Sotto il Monte e nesse mesmo dia foi batizado com o nome de Angelo Giuseppe. Ingressou no Seminário de Bérghamo, onde estudou até ao segundo ano de teologia. Ali começou a redigir os seus escritos espirituais. No dia 1 de março de 1896, o seu diretor espiritual admitiu-o na ordem franciscana secular, cuja regra professou a 23 de maio de 1897. De 1901 a 1905 foi aluno do Pontifício Seminário Romano. Nesse tempo prestou, além disso, um ano de serviço militar. Recebeu a Ordenação sacerdotal a 10 de agosto de 1904, em Roma, e no ano seguinte foi nomeado secretário do novo Bispo de Bérghamo, D. Giacomo Maria R. Tedeschi, acompanhando-o nas várias visitas pastorais e colaborando em múltiplas iniciativas apostólicas: sínodo, redação do boletim diocesano, peregrinações, obras sociais. Às vezes era também professor de história eclesiástica, patrologia e apologética. Foi também Assistente da Ação Católica Feminina, colaborador do diário católico de Bérghamo. Naqueles anos aprofundou-se no estudo de três grandes pastores: São Carlos Borromeu (de quem publicou as Atas das visitas realizadas na diocese de Bérghamo em 1575), São Francisco de Sales e o então Beato Gregório Barbarigo. Após a morte de D. Giacomo Tedeschi, em 1914, o Padre Roncalli prosseguiu o seu ministério sacerdotal dedicado ao magistério no Seminário e ao apostolado, sobretudo entre os membros das associações católicas. Em 1915, quando a Itália entrou em guerra, foi chamado como sargento sanitário e nomeado capelão militar dos soldados feridos que regressavam da linha de combate. No fim da guerra abriu a "Casa do estudante" e trabalhou na pastoral dos jovens estudantes. Em 1919 foi nomeado diretor espiritual do Seminário. Em 1921, tendo sido chamado a Roma por Bento XV como presidente nacional do Conselho das Obras Pontifícias para a Propagação da Fé, percorreu muitas dioceses da Itália organizando círculos missionários. Em 1925, Pio XI nomeou-o Visitador Apostólico para a Bulgária e elevou-o à dignidade episcopal da Sede titular de Areopolis. Tendo recebido a Ordenação Episcopal a 19 de março de 1925, em Roma, iniciou o seu ministério na Bulgária, onde permaneceu até 1935. Visitou as comunidades católicas e cultivou relações respeitadas com as demais comunidades cristãs. Em 1935 foi nomeado Delegado Apostólico na Turquia e Grécia. Quando irrompeu a segunda guerra mundial, ele encontrava-se na Grécia, que ficou devastada pelos combates. Procurou dar notícias sobre os prisioneiros de guerra e salvou muitos judeus com a "permissão de trânsito" fornecida pela Delegação Apostólica. Em 1944, Pio XII nomeou-o Núncio

“querida, abençoada e santa deste *servus servorum Dei*, de quem recebi inúmeros exemplos de vida totalmente consagrada à Igreja, da qual ele foi um Pontífice digno e edificante”.¹⁰² Seu ministério petrino foi muito curto (apenas quatro anos), mas suficiente para promover na Igreja o estopim de uma salutar reforma frente às necessidades do hoje da história.

Como tratado no capítulo anterior, vários foram os fatores que levaram a Igreja ao Vaticano II. A situação social da Europa, as ideologias das massas e os totalitarismos, as Grandes Guerras e a crise dos ideais modernistas. Destacam-se ainda os movimentos pastorais, sobretudo a Ação Católica, que deu ênfase ao fato de que os leigos também são Igreja.¹⁰³

Entre os movimentos que precederam o Concílio brilha o movimento litúrgico, que redescobriu uma liturgia do exercício de Cristo sacerdote, dando valor à comunidade e sua participação. Oficialmente impulsionado em 1909, no Congresso de Malines¹⁰⁴, fez renascer os estudos litúrgicos, trazendo à luz “tudo aquilo que era útil para tornar compreensível o sentido e o valor do culto da Igreja”.¹⁰⁵ Embora oficialmente do século XX, suas raízes estão no XIX, pelas iniciativas de Dom Guéranger, na abadia de Solesmes, em França. Tal movimento impulsionou a redescoberta da liturgia da Palavra e sua dignidade e valor.

Apostólico em Paris. Durante os últimos meses do conflito mundial, e uma vez restabelecida a paz, ajudou os prisioneiros de guerra e trabalhou pela normalização da vida eclesial na França. Em 1953 foi criado Cardeal e enviado a Veneza como Patriarca. Depois da morte de Pio XII, foi eleito Sumo Pontífice a 28 de outubro de 1958 e assumiu o nome de João XXIII. Visitava os encarcerados e os doentes. O seu magistério foi muito apreciado, sobretudo com as Encíclicas "*Pacem in terris*" e "*Mater et magistra*". Convocou o Sínodo romano, instituiu uma Comissão para a revisão do Código de Direito Canônico e convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II. Visitou muitas paróquias da Diocese de Roma, sobretudo as dos bairros mais novos. O povo viu nele um reflexo da bondade de Deus e chamou-o "o Papa da bondade". Faleceu na tarde do dia 3 de junho de 1963. Foi canonizado pelo papa Francisco na praça de São Pedro, em 27 de abril de 2014. BIOGRAFIA DE JOÃO XXIII. **A Santa Sé.** Disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

¹⁰² ZIZOLA, Giancarlo. **A utopia do Papa João**. Trad. Pe. Maurício Ruffier. São Paulo: Loyola, 1983. p. 318.

¹⁰³ LIBANIO, João B. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 21.

¹⁰⁴ LIBANIO, 2005, p. 27.

¹⁰⁵ BOTTE, 1978, p. 21.

Além disso, à necessidade de se conhecer respondeu-se com uma liturgia cognoscível e participativa, reforma essa já iniciada de certo modo por Pio X e Pio XII. O movimento apresentou a necessidade de penetração dos fiéis no mistério celebrado e, como símbolo desses ideais, a celebração litúrgica em língua vernácula, para que cada povo pudesse dirigir-se a Deus, e Este a ele, “em seu próprio idioma”^{106, 107}

O movimento missionário tem origem, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, com a intensificação do processo de descolonização dos continentes asiático e africano. Urgia a redescoberta da dignidade das culturas de cada povo, e o eurocentrismo perdia forças. Isso motivou a Igreja a respeitar com mais consciência a cultura de cada lugar e, por consequência, também dos missionários, que passaram a se preocupar mais com a inculturação do Evangelho do que com sua pura aplicação.¹⁰⁸

O movimento bíblico, que suscitou um aprofundamento dos estudos dos Textos Sagrados, levando-se em consideração, por exemplo, o método histórico-crítico.¹⁰⁹ Um avanço já iniciado por Pio XII na *Divino afflante Spiritu*, de 1943, foi mui significativo. O papa apresentou como de grande valor a consideração de fatores importantes como “os gêneros literários, a liberdade de investigação científica no campo bíblico, o estudo das línguas antigas, da arte, da arqueologia, da história antiga, na interpretação bíblica”.¹¹⁰

Outro movimento digno de consideração foi o dos leigos, que encontra sua fonte principal na Ação Católica de Pio XI. A Ação Católica promoveu com força a participação do laicato na vida eclesial, levando

os colegiais (JEC), os universitários (JUC), os operários (Juventude Operária Católica, JOC; Ação Católica Operária, ACO), o pessoal do campo (Juventude Agrária Católica, JAC) e pessoas dos meios independentes (Juventude Independente Católica, JIC) a inserir-se em seus ambientes específicos a tal ponto que trouxeram para dentro da Igreja toda a problemática moderna que neles se vivia.¹¹¹

¹⁰⁶ BÍBLIA de Jerusalém. 6. ed. São Paulo: Paulus, 2010; At 2,6.

¹⁰⁷ LIBANIO, 2005, p. 27-29.

¹⁰⁸ LIBANIO, 2005, p. 33-34.

¹⁰⁹ ROXO, 1967, p. 12-14.

¹¹⁰ LIBANIO, 2005, p. 24.

¹¹¹ LIBANIO, 2005, p. 35.

Os leigos, portanto, a partir da Ação Católica, passaram a se envolver com suas realidades, promovendo a inserção do Evangelho nos meios específicos em que viviam e trazendo à Igreja os dramas desses mesmos lugares. Além disso, causou uma participação mais ativa dos leigos na vida da Igreja, na sua liturgia e na sua pastoral.¹¹²

O movimento teológico encontrava forças na *nouvelle théologie*, a nova teologia, no pós-guerra, encorpada na Escola de Tübingen, que, já nos inícios do século XIX, havia tentado dialogar com o romantismo e o idealismo alemães, sendo estas expressões da modernidade. Além do mais, no início do século XX, em França, os avanços nos campos exegetico, patristico e histórico deram impulso ao movimento. Essa nova teologia assumiu o diálogo com a modernidade e com as ciências, promovendo uma inteligência do processo e da história dos dogmas, além de dar valor à concepção evolucionista de Teilhard de Chardin.¹¹³

Ainda vale considerar o movimento social, que encontra seus inícios na reflexão social do século XIX, sobretudo com Leão XIII e a questão operária da Revolução Industrial. O papa da *Rerum Novarum* defendeu os proletários contra a opressão desregrada dos monopólios, lembrando que o trabalho é dignidade, não mercadoria. Pio XI insiste no mesmo assunto. O movimento social levantou críticas aos dois sistemas político-econômicos, o liberalismo e o socialismo que, cada um a seu modo, promoviam pobreza. O movimento ajudou na acentuação do Jesus histórico e sua ação no mundo junto dos que mais precisam.¹¹⁴

Recorda-se, do mesmo modo, o movimento ecumênico, que encontra suas raízes na segunda metade do século XIX em âmbito protestante, culminando na Conferência de Missões de Edimburgo, em 1910; dentro do movimento ecumênico, destaca-se o movimento Fé e Constituição (no original inglês, “Faith and Order”), que, em sua segunda conferência em Edimburgo, Escócia, no ano de 1937, levou cinco católicos a participarem do evento. Embora não oficiais, observa-se que a proibição romana de participação havia deixado de existir nesse período, embora se mantivesse uma atitude de desconfiança. Mesmo assim, os papas desse momento deram significativos passos na questão ecumênica, o que resultaria em uma atitude otimista no Vaticano II.¹¹⁵

Este capítulo da pesquisa se reservará a trabalhar o Concílio Ecumênico Vaticano II, não se detendo em pormenores, mas de um

¹¹² LIBANIO, 2005, p. 36.

¹¹³ LIBANIO, 2005, p. 38-40.

¹¹⁴ LIBANIO, 2005, p. 35.

¹¹⁵ HORTAL, 1996, p. 183-186.

caráter mais geral: num primeiro momento, sua convocação, intenções e desenvolvimento; num segundo momento, sua recepção.

2.1 JOÃO XXIII E A CONVOCAÇÃO DO CONCÍLIO

Na segunda metade do século XX, os valores modernos estavam colocados em xeque, graças às últimas experiências da humanidade que desenvolveram uma crise da modernidade: “a absolutização da razão, do progresso, da nação e da indústria. A total crença na razão, no progresso, no nacionalismo, no capitalismo e no socialismo fracassara”,¹¹⁶ e agora o ser humano se via ante um tempo que exigia novas atitudes de compreensão e fraternidade.

Nesse contexto surge o papa João XXIII que, apenas três meses após o conclave que o elegeu, expôs sua intenção de convocar um Concílio¹¹⁷ aos cardeais da Cúria.¹¹⁸ Soou estranho à Igreja europeia, num primeiro momento, a ideia de um Concílio vinda de um papa com uma saúde debilitada e pouco conhecido até então pelos fiéis; o futuro papa Paulo VI, na época cardeal Montini, havia afirmado que o papa não estava se dando conta do vespeiro em que estava se metendo; porém, mais tarde, muda completamente sua opinião. Além disso, a confiança que se tinha na Cúria Romana era tamanha que sua existência era considerada o necessário para o governo da Igreja, mas, mesmo assim, os trabalhos foram levados adiante. Talvez mal sabia João XXIII que ele viria a se tornar o ícone de uma aguçada sensibilidade, pois, após anos de tentativa de se implantar uma ideologia de cristandade como caminho para a superação da crise de Deus, o papa João propõe uma nova perspectiva: um Concílio, não para afirmar uma cristandade, mas para tornar claro para o mundo a beleza da Igreja e as forças do Evangelho que tudo transforma; como em Trento, a Igreja mesma deveria passar por uma profunda reforma, um *aggiornamento*, “uma atualização da Igreja, uma inserção no mundo moderno, onde o cristianismo deveria se fazer

¹¹⁶ SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBONATTO, Vera I (Orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 17-67. p. cit. 19.

¹¹⁷ ZAGHENI, 1999, p. 345.

¹¹⁸ ZIZOLA, 1983, p. 289.

presente e atuante”.¹¹⁹ A Igreja deveria abrir mão do supérfluo para fazer brilhar o essencial.

A ideia de um Concílio para o novo tempo não era novidade, pois seus predecessores já tinham manifestado a intenção de convocá-lo,¹²⁰ pois vivia-se num tempo que “se ajoelhou perante ídolos com pés de barro”¹²¹, e era necessário fazer o mundo ter um contato mais eficaz com o Evangelho. Mesmo com essa necessidade, a Igreja e o mundo receberam estupefatos a notícia da possibilidade de um Concílio próximo.¹²² A intenção sempre era a de se concluir o Vaticano I, mas Roncalli não desejava a reabertura desse último, porém um novo Concílio para o novo hoje. Antes mesmo de convocá-lo, João XXIII já fora dando sinais das mudanças que se desejava na Igreja do século XX.

Deixou de nomear só cardeais italianos ou europeus e alargou seu colégio cardinalício com a nomeação de um negro, um filipino e um japonês. Iniciou contatos ecumênicos com o arcebispo anglicano de Cantuária, com o monge protestante de Taizé Roger Schutz e com o patriarca ortodoxo Athenágoras. No aniversário de 80 anos do líder soviético Khruchtchev, envia-lhe telegrama de felicitações, criando um vínculo de relações com o mundo comunista. Tempos depois, recebeu Alexei Adjubei, diretor do *Isvezstia* e membro do comitê central do partido comunista soviético. [...] Uma atenção especial foi dada às Igrejas cristãs. Fundou-se o Secretariado para a Unidade dos Cristãos.¹²³

O papa, embora se mantivesse rígido em algumas questões, foi apresentando um novo modo de ser Igreja no hoje da história. Todavia, João XXIII nunca impôs um novo modelo eclesial. Toda a reforma foi conciliar. Finalmente, o Santo Padre convoca o Concílio em 25 de dezembro de 1961, na festa do Natal de Jesus Cristo, para ser inaugurado no dia 11 de outubro de 1962, data esta que remetia ao importante

¹¹⁹ SOUZA, 2005, p. 24-27.

¹²⁰ ZAGHENI, 1999, p. 345.

¹²¹ ZIZOLA, 1983, p. 355.

¹²² KLOPPENBURG, 1961, p. 4.

¹²³ SOUZA, 2005, p. 25.

Concílio de Éfeso,¹²⁴ “em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes Concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celeste”.¹²⁵

A ideia de reforma não era um fato isolado, vaidoso, mas partia de uma necessidade frente a um mundo chagado, sedento do Evangelho e em processo de mudanças radicais, pois a humanidade estava “para entrar num tempo novo”.¹²⁶

Vivemos numa época de congressos e convênios de políticos, de diplomatas, de cientistas, de industriais, de homens que pertencem a várias categorias de comércio e de profissões: por que não se poderão reunir também os que concordam em exaltar o fato mais memorável da história, a vitória da civilização na luz de Cristo?¹²⁷

Fazia-se mister a Igreja se reunir; mais que isso, urgia a necessidade dos cristãos se reunirem, pois a divisão mais escandaliza e afasta do Evangelho que atrai. Em suas diversas mensagens, João XXIII foi apresentando, paulatinamente, suas esperanças pelo próximo Concílio: ao clero de Veneza, em 21 de abril de 1959, afirmou que o evento conciliar “renovaria o espetáculo dos Apóstolos reunidos em Jerusalém depois da ascensão”, buscando, junto de Pedro, “aquilo que mais corresponda ao hoje”; na festa de Pentecostes de 1959, disse que o Concílio “promoveria grande santificação do clero, edificação dos cristãos e encorajamento para os que trabalham pela paz”; na encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 29 de junho de 1959, o papa aponta três grandes finalidades do Concílio: “incremento da fé, renovação dos costumes e adaptação da disciplina eclesiástica às necessidades do tempo atual”, além de destacar, como imperativo, a unidade das comunidades cristãs separadas; ao Conselho Geral da Ação Católica, João XXIII afirmou que o primeiro objetivo do Concílio é “apresentar ao mundo a Igreja de Deus com todo o seu vigor”; em Castel Gandolfo, dirigindo-se a fiéis em 11 de setembro de 1960, afirmou que “sua intenção é de tornar cada vez mais

¹²⁴ ZAGHENI, 1999, p. 348.

¹²⁵ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição apostólica *Humanae salutis*. João XXIII. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 12.

¹²⁶ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 09. HS.

¹²⁷ KLOPPENBURG, 1961, p. 5.

compreensível a doutrina da Igreja”, tornando-a clara para o mundo de hoje; em 13 de novembro de 1960, na basílica de São Pedro, o papa Roncalli deixou explícito que sua esperança era a de “apresentar a Igreja tal como o Divino Fundador a fez”, sem mancha nem ruga; no discurso na abertura das Comissões Preparatórias, o papa alegou que era necessário “reconduzir a Igreja às fontes puras da Revelação e da Tradição”,¹²⁸ e à Comissão Central Preparatória do Concílio, apresentou a síntese mais substancial:

O Concílio tem em vista fazer com que o clero se revista de novo fulgor e santidade; o povo seja eficazmente instruído nas verdades de fé e da moral cristã; as novas gerações, que crescem como esperança de tempos melhores, sejam educadas retamente; tem em vista com que se cultive o apostolado social, e os cristãos tenham um coração missionário, que é o mesmo que dizer fraterno e amigo para com tudo e com todos.¹²⁹

As esperanças de João XXIII eram o reflexo de um homem sensível ao seu contexto e dotado de ardor profético. Propôs a reforma em uma nova perspectiva: não aplicar a Cristandade nas estruturas humanas, mas reformar a própria Igreja como em Trento, ou seja, o Corpo de Cristo,¹³⁰ como Povo de Deus,¹³¹ para que este, inserido na realidade do mundo, o transformasse.

2.2 O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

O papa João XXIII quis, de fato, que o Concílio fosse colocado na esteira dos demais que o precederam, “prossequindo assim o caminho que

¹²⁸ KLOPPENBURG, 1961, p. 07-09.

¹²⁹ KLOPPENBURG, 1961, p. 10.

¹³⁰ DENZINGER, Hünermann. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Trad. José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas; Loyola. 2007. p. 448; DH 1747.

¹³¹ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 101-192.

a Igreja percorre há vinte séculos”.¹³² Concomitantemente era uma novidade, pois o Santo Padre “tinha um objetivo bastante claro: *aggiornamento*”.¹³³ Era necessária uma reforma da Igreja no entardecer do segundo milênio e próximo à aurora do terceiro, visto que o mundo estava mudando e as novas exigências se multiplicavam.

Algo interessante sobre a convocação do Concílio Vaticano II é o fato de o papa João XXIII não ter fixado nenhum tema concreto para ser trabalhado no evento. Ao contrário, convidou os bispos do mundo inteiro a propor prioridades, fazendo brotar das experiências vivas da Igreja universal a temática com que o Concílio deveria se ocupar. O colégio episcopal soou em uníssono: a Igreja. O Concílio Vaticano I, interrompido pela guerra franco-prussiana e pelo processo de unificação italiana, não havia conseguido terminar sua síntese eclesiológica. Uma visão global da Igreja deveria ser, agora, a tarefa urgente do Vaticano II.¹³⁴

Com o tema da Igreja posto como prioridade, no dia 11 de outubro de 1962, na abertura do Concílio, João XXIII pronuncia um discurso muito significativo. Diante dos problemas surgidos na época, papa Roncalli manteve-se coerente com a fé, mas pôs em discussão conciliar um novo caminho: o caminho da misericórdia, ao invés da severidade, mostrando a validade do conteúdo doutrinal da Igreja ao mundo de hoje. No entanto, o papa recordava que

Não quer dizer que faltem doutrinas enganadoras, opiniões e conceitos perigosos, contra os quais nos devemos premunir e que temos de dissipar; mas estes estão tão evidentemente em contraste com a reta norma da honestidade, e deram já frutos tão perniciosos, que hoje os homens parecem

¹³² CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Discurso *Gaudet Mater Ecclesia*. João XXIII. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 27.

¹³³ ZANON, Darlei. **Para ler o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2012. p. 15.

¹³⁴ JOSEPH RATZINGER. **Conferencia del cardenal Joseph Ratzinger sobre la eclesiología de la “Lumen Gentium” pronunciada en el Congreso Internacional sobre la aplicación del Concilio Vaticano II, organizado por el comité para el gran jubileo del año 2000**. Vaticano, 2000. Fonte: <http://w2.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfait_h_doc_20000227_ratzinger-lumen-gentium_sp.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

inclinados a condená-los, em particular os costumes que desprezam a Deus e a sua lei, a confiança excessiva nos progressos da técnica e o bem-estar fundado exclusivamente nas comodidades da vida [...]. Assim sendo, a Igreja Católica, levantando por meio desse Concílio Ecumênico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também para com os filhos dela separados.¹³⁵

Com estas palavras, João XXIII dá início ao Concílio, demarcando as linhas gerais do evento, ou seja, a escuta e a misericórdia. Resultado imediato disso foi o expressivo número dos participantes: mais de 2600 bispos, “milhares de pessoas entre padres conciliares, peritos e convidados”.¹³⁶ O mundo cristão estava reunido junto de São Pedro, “onde está o eixo da história da Igreja: onde o céu e a terra estão estreitamente unidos”.¹³⁷ O Santo Padre deixou claro que a convocação do evento pretendeu afirmar uma vez mais a continuidade do Magistério eclesástico, para poder ser apresentado retamente aos homens de hoje, recolhendo no passado o tesouro expresso nos demais Concílios, pois é dever da Igreja conservar esse tesouro. Para o papa, o Concílio deveria promover a adesão a todo o ensino da Igreja, “na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até o Vaticano I”.¹³⁸ Após um longo tempo de repulsa à modernidade, o Concílio Vaticano II deveria determinar de modo novo a relação entre Igreja e mundo moderno.¹³⁹

O primeiro trabalho a ser feito seria a eleição das comissões. Sendo assim, em 16 de outubro foram eleitas tais comissões a partir de listas já preparadas pelas conferências episcopais. Diversos esboços foram produzidos e o menos controverso era o texto sobre a liturgia. Parecendo mais conveniente, João XXIII faz um pedido: que o primeiro tema a ser

¹³⁵ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 21-28; GME.

¹³⁶ ALBERIGO, 1995, p. 400.

¹³⁷ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 31; GME.

¹³⁸ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 28; GME.

¹³⁹ BENTO XVI. **Discurso do papa Bento XVI aos cardeais, arcebispos e prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal**. Vaticano, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

trabalhado no Concílio fosse a liturgia,¹⁴⁰ visto sua centralidade e adesão por parte dos bispos. Assim, começando o Concílio com o tema da liturgia, “foi colocado inequivocamente no centro a primazia de Deus, a prioridade absoluta do tema ‘Deus’. Antes de tudo Deus: e se diz isso, iniciando-se com a liturgia”.¹⁴¹

2.2.1 O desenvolvimento do Concílio

O Concílio Vaticano II foi estruturado em quatro períodos de grandes e profundas discussões. O primeiro se deu de 11 de outubro, data do seu início, a 8 de dezembro de 1962. Durante esse tempo, a reforma litúrgica foi colocada em debate, e os bispos da América Latina, da África e da Ásia pediam uma renovação litúrgica mais significativa daquela que a Cúria propunha. Os esquemas sobre a Revelação e a Igreja são rejeitados. No fim, esse primeiro período foi mais introdutório, como o atestou o próprio João XXIII: “introdução, lenta e solene, à grande obra do Concílio”.¹⁴²

O segundo período ocorre de 29 de setembro a 04 de dezembro de 1963. Antes do início deste, ocorre a morte do papa João XXIII em 03 de junho de 1963,¹⁴³ e segue a eleição de seu sucessor, papa Paulo VI¹⁴⁴, que

¹⁴⁰ ALBERIGO, 1995, p. 403.

¹⁴¹ RATZINGER, Joseph. **Teologia da liturgia**: o fundamento sacramental da existência cristã. Trad. Pe. Cornelius Pfeifer. Brasília: CNBB, 2019. p. 13. Obras Completas. v. XI.

¹⁴² ZAGHENI, 1999, p. 354-356.

¹⁴³ ZANON, 2012, p. 15.

¹⁴⁴ Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini nasceu em 26 de setembro de 1897 em Concesio (Lombardia). Depois da sua ordenação, em 1920, foi enviado a Roma para estudar na Universidade Gregoriana e na Universidade de Roma, mas em 1922 transferiu-se para a Accademia dei Nobili Ecclesiastici para estudar diplomacia e continuar os seus estudos de Direito Canônico na Universidade Gregoriana. Em 1923, foi enviado a Varsóvia como adido da nunciatura, mas foi chamado de volta a Roma (1924). Retornando, foi para a Secretaria de Estado, onde permaneceu durante 30 anos. Além de lecionar na Accademia dei Nobili Ecclesiastici foi nomeado capelão da Federação de Estudantes da Universidade Católica Italiana (FUCI). Em 1937, foi nomeado substituto para os assuntos comuns sob o cardeal Pacelli, o secretário de Estado, acompanhando-o a Budapeste (1938) para o Congresso Eucarístico Internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi o responsável pela organização do extenso trabalho de assistência e os cuidados de refugiados políticos. Em 1953, Montini foi nomeado arcebispo de Milão, mas ainda sem o título de

prossegue o Concílio com afinco, dando maior ênfase ao tema da Igreja. Com essa centralidade, o novo papa definiu como sendo quatro as tarefas do Concílio: um maior aprimoramento da consciência de Igreja, promover a reforma da Igreja, recompor em unidade todos os cristãos e pôr a Igreja em diálogo com o mundo contemporâneo. Paulo VI estava convencido, assim como seu predecessor, da necessidade de uma profunda reforma eclesial.¹⁴⁵ Porém, deixa claro que

Nós não estamos reconhecendo que a Igreja Católica de hoje pode ser acusada de substancial

cardeal. Tomou posse da sua nova diocese em 5 de janeiro de 1955 e rapidamente ficou conhecido como o "arcebispo dos trabalhadores." Revitalizou toda a diocese, pregou a mensagem social do Evangelho, trabalhou para reconquistar a classe trabalhadora, promoveu a educação católica em todos os níveis, com o apoio da imprensa católica. No conclave de 1958 o seu nome foi frequentemente mencionado, e no início do consistório do Papa João, em dezembro do mesmo ano, ele foi elevado ao cardinalato. Foi nomeado para a Comissão Central Preparatória do Concílio Vaticano II e também à Comissão Técnico-Organizacional. Com a morte do Papa João XXIII, Montini foi eleito em 21 de junho de 1963 para sucedê-lo. Na sua primeira mensagem para o mundo, ele comprometeu-se com a continuação do trabalho iniciado por João XXIII. Em 14 de setembro de 1965, anunciou a criação do Sínodo dos Bispos pedido pelos Padres conciliares, mas algumas questões que pareciam adequadas para discussão pelo sínodo foram reservadas para si mesmo. O celibato, removido do debate da quarta sessão do Conselho, foi objeto de uma encíclica, a *Sacerdotalis Caelibatus*, de 24 de junho de 1967; a regulação dos nascimentos foi tratado na *Humanae vitae*, em 24 de julho de 1968. Ele foi um dos papas que mais viajou na história e o primeiro a visitar os cinco continentes. A sua notável capacidade de pensamento pode ser encontrada em muitos dos seus endereços e cartas, bem como nos seus principais pronunciamentos. A sua conclusão bem-sucedida do Vaticano II deixou marca na história da Igreja, mas a história também irá gravar a sua rigorosa reforma da Cúria Romana, o seu discurso bem recebido na ONU, em 1965, a sua encíclica *Populorum Progressio* (1967), a sua segunda carta *Octogesima Adveniens* (1971), um dos primeiros a mostrar uma consciência de muitos problemas que só recentemente foram trazidos à luz e sua exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*. O Papa Paulo VI, o papa peregrino, morreu em 6 de agosto de 1978, na festa da Transfiguração. Foi canonizado pelo papa Francisco em 14 de outubro de 2018. EDUCRIS. Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé. **Paulo VI**: biografia oficial. Disponível em: <<http://www.educris.com/v2/artigos/4338-beato-paulo-vi-biografia-oficial>>.

Acesso em: 28 abr. 2019.

¹⁴⁵ ZAGHENI, 1999, p. 359.

infidelidade ao pensamento do seu divino fundador; antes, a aprofundada descoberta da sua substancial fidelidade enche-a de gratidão e de humildade e infunde nela coragem para corrigir as imperfeições, que são próprias da fraqueza humana. A reforma visada pelo Concílio não é, pois, uma subversão da vida atual da Igreja, ou uma ruptura com sua Tradição, naquilo que ela tem de essencial e de venerável, mas antes uma homenagem a essa Tradição, no ato mesmo de querer despojar-se de todo tipo de defeituosa manifestação, para torná-la genuína e fecunda.¹⁴⁶

Com a consciência ainda mais nítida sobre a identidade do Concílio e sua missão, os trabalhos aceleram, e nesse período são promulgados dois documentos: a constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia (com 2.174 votos a favor e somente 4 contra¹⁴⁷), que Paulo VI reconhece ser o primeiro dos documentos em importância, e o decreto *Inter Mirifica*, sobre os meios de comunicação social, que o papa associa à missão católica no mundo (1.960 votos a favor e 164 contra¹⁴⁸); ambos promulgados em 04 de dezembro de 1963, no encerramento do segundo período.¹⁴⁹ Todavia, a liturgia foi o centro das discussões nessa ocasião, pois há muito se esperava uma reforma litúrgica. Uma grande novidade era a adoção do vernáculo nas celebrações, visto que faria jus ao conceito de participação, ou seja, compreensão do Mistério celebrado.¹⁵⁰

No início do terceiro período (14 de setembro a 21 de novembro de 1964), o papa Paulo VI recordou que a doutrina sobre a Igreja, iniciada no Vaticano I, deveria ser concluída nessa parte do Concílio. Por causa da proclamação do dogma da infalibilidade papal em 1870, o Vaticano II deveria deter-se também sobre o exercício dos bispos, visto que havia a interpretação de que, com a proclamação do referido dogma, os bispos se teriam tornado meros representantes do papa, o que não era verdade e havia a necessidade de tornar isso mais claro.¹⁵¹ Pio XII, com a encíclica

¹⁴⁶ ZAGHENI, 1999, p. 360.

¹⁴⁷ ALBERIGO, 1995, p. 415.

¹⁴⁸ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 87.

¹⁴⁹ ZAGHENI, 1999, p. 362-364.

¹⁵⁰ ALBERIGO, 1995, p. 402.

¹⁵¹ ZAGHENI, 1999, p. 365-366.

Mystici Corporis, já havia buscado dar luz a essa problemática,¹⁵² mas faltava a voz de um Concílio. Após apurado trabalho e inúmeras discussões, são promulgados no dia 21 de novembro de 1964, os seguintes documentos: “a constituição dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja (2.151 votos a favor e 5 contra¹⁵³); o decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo (2.137 votos a favor e 11 contra¹⁵⁴); o decreto *Orientalium Ecclesiarum*, sobre as Igrejas orientais católicas” (2.110 votos a favor e 39 contra¹⁵⁵),¹⁵⁶ reconhecendo as igrejas orientais ligadas a Roma como locais e, por isso, com características próprias.¹⁵⁷

A constituição *Lumen Gentium*, que recebeu a qualificação de dogmática, redescobriu os tesouros da Patrística e bebeu da renovação teológica do século XX. Após quatro mil emendas, foi aprovado.¹⁵⁸ À imagem de Corpo de Cristo, foram associadas tantas outras (Povo de Deus, Redil, Lavoura de Deus, Edifício de Deus, Casa de Deus, Templo Santo, Cidade Santa, Jerusalém do alto)¹⁵⁹ que clareiam sua identidade: a mais importante, sem dúvida, é a Igreja como Povo de Deus, com o qual Ele fez uma aliança eterna no sangue do seu Filho; por obra do Espírito, todos participam do sacerdócio comum, exercendo-o a partir dos carismas derramados pelo mesmo Espírito nos membros da Igreja. A redescoberta de sua mais autêntica identidade fez a Igreja pôr “as premissas para uma sadia desclericalização”.¹⁶⁰ A partir da *Lumen Gentium* há uma intensificação da valorização dos leigos, sendo chamados a viverem a santidade inseridos no mundo.¹⁶¹ Já o decreto *Unitatis Redintegratio*, aprovado com folga, fez o catolicismo pôr-se mais intensamente no caminho do diálogo ecumênico, por tanto tempo rechaçado, dando passos significativos rumo à unidade.¹⁶²

O quarto período, de 14 de setembro a 08 de dezembro de 1965, constitui o último e no qual foram promulgados mais documentos. Em 28 de outubro: “o decreto *Christus Dominus*, sobre o ofício pastoral dos

¹⁵² DENZINGER, p. 825-826; DH 3804.

¹⁵³ ALBERIGO, 1995, p. 429.

¹⁵⁴ ALBERIGO, 1995, p. 429.

¹⁵⁵ ALBERIGO, 1995, p. 429.

¹⁵⁶ ZAGHENI, 1999, p. 366.

¹⁵⁷ ALBERIGO, 1995, p. 431.

¹⁵⁸ ZANON, 2012, p. 16.

¹⁵⁹ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 105-110; LG 6,7.

¹⁶⁰ ALBERIGO, 1995, p. 430.

¹⁶¹ ZANON, 2012, p. 17.

¹⁶² ALBERIGO, 1995, p. 431.

bispos (2.319 votos a favor, 2 contra e 1 nulo¹⁶³); o decreto *Perfectae Caritatis*, sobre a vida religiosa (2.325 votos a favor e 4 contra¹⁶⁴); o decreto *Optatam Totius*, sobre a formação sacerdotal (2.318 votos a favor e 3 contra¹⁶⁵); a declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã (2.290 votos a favor e 35 contra¹⁶⁶); a declaração *Nostra Aetate*, sobre as relações com as religiões não cristãs (2.221 votos a favor, 88 contra e 1 nulo¹⁶⁷).¹⁶⁸ Em 18 de novembro: “a constituição dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação (2.344 votos a favor e 6 contra¹⁶⁹); o decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos” (2.340 votos a favor e 2 contrários¹⁷⁰).¹⁷¹ No dia 07 de dezembro de 1965, encerramento do Concílio: “a declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa (2.308 votos a favor, 70 contra e 6 nulos¹⁷²), que reconhece a plena liberdade de consciência; o decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária (2.394 votos a favor e 5 contra¹⁷³), que busca a renovação do espírito missionário de toda a Igreja; o decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre a vida sacerdotal (2.390 votos a favor e 4 contra¹⁷⁴); a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo contemporâneo”¹⁷⁵ (2.309 votos a favor, 75 contra e 7 nulos¹⁷⁶); após encontrar definição para si mesma, a Igreja deveria definir sua relação com o mundo, dado que ela é diferente dele, mas corresponsável pela sua salvação.¹⁷⁷ Com todos esses trabalhos promulgados, bem se expressou Paulo VI, ao julgar que esse tempo se esqueceu de Deus: “O Concílio, ao invés, trouxe Deus para o centro da vida e o fez meditando sobre a Igreja, sobre o mundo moderno e sobre o homem [...]”.¹⁷⁸ Assim,

¹⁶³ ALBERIGO, 1995, p. 435.

¹⁶⁴ ALBERIGO, 1995, p. 435.

¹⁶⁵ ALBERIGO, 1995, p. 435.

¹⁶⁶ ALBERIGO, 1995, p. 435.

¹⁶⁷ ALBERIGO, 1995, p. 435.

¹⁶⁸ ZAGHENI, 1999, p. 370.

¹⁶⁹ ALBERIGO, 1995, p. 437.

¹⁷⁰ ALBERIGO, 1995, p. 437.

¹⁷¹ ZAGHENI, 1999, p. 371.

¹⁷² ALBERIGO, 1995, p. 438.

¹⁷³ ALBERIGO, 1995, p. 438.

¹⁷⁴ ALBERIGO, 1995, p. 438.

¹⁷⁵ ZAGHENI, 1999, p. 373.

¹⁷⁶ ALBERIGO, 1995, p. 438.

¹⁷⁷ ALBERIGO, 1995, p. 424-439.

¹⁷⁸ ZAGHENI, 1999, p. 373.

os padres conciliares compreenderam de que o grande contributo da Igreja para o mundo seria a renovação da Igreja mesma. Reflexo disso foram os resultados das votações, onde a grande maioria aderiu aos documentos produzidos.

No dia 07 de dezembro de 1965, às vésperas do solene encerramento do Concílio Vaticano II,

foi lida – em São Pedro e em Istambul – a recíproca revogação das excomunhões que tinham sido mutuamente impostas quase mil anos antes (1054) entre Constantinopla e Roma.¹⁷⁹

Esse ato ilustrava a vontade dos cristãos de superar antigas dissensões, e abrir-se ao novo tempo que o século XX estava trazendo, um tempo de fraternidade, diálogo, compreensão e unidade. Isso só foi possível, inclusive, por meio da reforma conciliar, que resgatou o sentido mais autêntico de Igreja.

2.2.2 O encerramento do Concílio Vaticano II

No dia 07 de dezembro de 1965, o papa Paulo VI pronunciou aos veneráveis irmãos participantes do Concílio suas palavras de conclusão solene desse grande evento eclesial. Lembrando o esgotamento das forças, destaca o resultado frutuoso desse esforço. Recordava o papa que o mais importante estava por vir: o pós-concílio. Agora, a Igreja, haurindo das reflexões e dos documentos produzidos acerca de sua identidade, iniciaria sua grande reforma para esse período da história, legando à posteridade uma imagem mais nítida do rosto da Igreja e da sua missão; rosto e missão esses nunca negados e relegados, mas agora mais clarificados e, por isso, mais compreendidos.¹⁸⁰

O papa Paulo VI, ainda na homilia de encerramento, realizou uma apreciação do tempo em que o Concílio acontecera. Assim se expressou:

foi num tempo em que, como todos reconhecem, os homens estão voltados mais para a conquista da terra do que para o Reino de Deus; foi num tempo

¹⁷⁹ ALBERIGO, 1995, p. 438.

¹⁸⁰ CONCÍLIO VATICANO, 1962-1965, Vaticano. Homilia do papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio. Paulo VI. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 663-664.

em que o esquecimento de Deus se torna habitual, como se os progressos da ciência lhe aconselhassem; foi num tempo em que o ato fundamental da pessoa humana, mais consciente de si e da sua liberdade, tende a exigir uma liberdade total, livre de todas as coisas que transcendam a ordem natural das coisas; foi num tempo em que os princípios do laicismo aparecem como a consequência legítima do pensamento moderno e são tidos como norma sapientíssima segundo a qual a sociedade humana deve ser ordenada; foi num tempo em que a razão humana pretende exprimir o que é absurdo e tira toda a esperança; foi num tempo, finalmente, em que as religiões étnicas estão sujeitas a perturbações e transformações jamais experimentadas.¹⁸¹

O Concílio, pela contextualização feita acima pelo papa, parece ter sido convocado na melhor hora. A Igreja, no vértice de uma mudança dos tempos, não se adequa ao mundo – isso seria traição –, mas abre-se para uma postura de diálogo com ele.

2.2.3 A redescoberta dos Santos Padres

Durante a época conciliar, mais especificamente no fim da quarta sessão, celebrou-se em Roma o centésimo volume da coleção *Sources Chrétiennes*, que se dedicou a traduzir naqueles últimos vinte anos textos patrísticos e suas traduções. Graças ao redescobrimento dos Santos Padres, o Vaticano II enriqueceu-se de tal forma que seus resultados ficaram para além de seu tempo. Embora tenha obtido frutos tão iluminadores, alguns documentos careceram dessa riqueza, como a *Gaudium et Spes* e a *Christus Dominus*.¹⁸²

Essa redescoberta faz o Concílio, por exemplo, dar centralidade à Escritura, pois para os Padres da Igreja ela “é o ponto de partida, o meio e o término de todo pensamento [...]”.¹⁸³ Todos eles foram exímios

¹⁸¹ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, Homilia do papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio. p. 665.

¹⁸² MARTELET, Gustave. **Las ideas fundamentales del Vaticano II**: iniciación al espíritu del Concilio. Barcelona: Herder, 1968. p. 32.

¹⁸³ “Es el punto de partida, el medio y el término de todo pensamiento”. (MARTELET, 1968, p. 34, tradução nossa).

comentadores dos Sagrados Textos e todo seu trabalho intelectual girava em torno da busca por compreensão destes. Mesmo quando as heresias exigiram formulações filosóficas, a Escritura era sempre a última medida. “À exemplo do Concílio de Trento, o Vaticano II ressuscita este ponto da tradição patrística”.¹⁸⁴

Junto à Escritura, a liturgia era “o centro da palavra e da ação dos Padres da Igreja”.¹⁸⁵ E justamente esse primado da liturgia ficou nítido após os padres conciliares girarem suas primeiras discussões em torno dessa temática. Aliás, o primeiro documento aprovado foi a *Sacrosanctum Concilium*, dando horizonte ao que deveria ser o Vaticano II. A liturgia é o lugar por excelência onde se educa a fé, e o mistério de Cristo mais participado e conhecido no seu interno, resulta também num florescimento externo. Essa “prática e espírito ressurgiram no Concílio”.¹⁸⁶

A antiguidade patrística é conhecida também pelos Concílios ecumênicos celebrados peculiarmente. A colegialidade, essa corresponsabilidade dos bispos em desenvolver e manifestar a fé da Igreja, é riquíssima nos Santos Padres e redescoberta com maior intensidade no Vaticano II. Resultado imediato é a instituição do Sínodo dos Bispos em 1965, por Paulo VI. Com efeito, todos os bispos não estão consagrados apenas para uma diocese, “mas para a salvação de todo o mundo”.¹⁸⁷

Os textos patrísticos ainda auxiliaram o Concílio na compreensão da preparação evangélica, que nutre também a *Lumen Gentium*¹⁸⁸ sobre os que não tem um conhecimento claro acerca de Deus, expressão esta que tem como autor Eusébio de Cesareia. Evoca ainda a compreensão de como os Padres da Igreja entendiam a relação Evangelho-mundo, ou seja, de forma positiva.¹⁸⁹

Essa redescoberta dos Padres da Igreja, sobretudo a partir do trabalho na *Sources Chrétiennes*, foi um dado fundamental na reforma promovida pelo Concílio. Nunca antes a Igreja teve sob sua posse uma

¹⁸⁴ “A ejemplo del Concilio de Trento, el Vaticano II resucita en este punto la tradición patrística”. (MARTELET, 1968, p. 35, tradução nossa).

¹⁸⁵ “El centro de la palabra y de la acción de los padres de la Iglesia”. (MARTELET, 1968, p. 35, tradução nossa).

¹⁸⁶ “[...] práctica y espíritu resurgieron en nel Concilio”. (MARTELET, 1968, p. 38, tradução nossa).

¹⁸⁷ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 482; AG 38.

¹⁸⁸ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 124; LG 16.

¹⁸⁹ MARTELET, 1968, p. 51.

compilação tão vasta dos textos patrísticos e, por isso, o Concílio Vaticano II é único, pois pôde ter instrumentos de clarificação da natureza e vocação da Igreja como nenhuma outra oportunidade antes havia concedido. Muito feliz foi essa redescoberta de uma eclesiologia de comunhão dos Santos Padres, pois “a Igreja da época dos Padres é o modelo permanente para a Igreja de todos os tempos”.¹⁹⁰

2.3 O PÓS-CONCÍLIO

O Concílio Vaticano II estava concluído e, agora, tendo por base os documentos produzidos, iniciar-se-iam as reformas almeçadas, tanto por católicos, quanto por outros cristãos e pelo mundo. A Igreja havia chegado a um momento especial, depois de passar por tantas situações difíceis, como o enfrentamento dos problemas produzidos pela Revolução Industrial, as ideologias sócio-políticas de massa, os nacionalismos e as Grandes Guerras, a necessidade do ordenamento jurídico da Igreja, a resolução longa e dolorosa da Questão Romana, o problema da unidade litúrgica e catequética, o incremento do laicato na vida ativa da Igreja com a Ação Católica, a crise do homem com o colapso dos ideais modernistas, o avanço do Movimento Ecumênico em campo protestante, e tantas outras iniciativas. Poderia ela agora, após uma mais nítida consciência de sua identidade e missão, reformar suas estruturas para seu ministério no novo mundo que estava se formando. Assim como em Trento, que apresentou uma “estrutura de Igreja bem definida, clara e exigente”,¹⁹¹ o Vaticano II também trabalhou para tal. No entanto, mesmo com a instituição de instâncias para ajudar na larga difusão dos textos conciliares pelo mundo, como a própria história da Igreja evidencia, “a recepção de um Concílio não é evidente”.¹⁹²

Após um longo tempo de repulsa à modernidade, o Concílio Vaticano II determinou de modo novo a relação entre Igreja e a era moderna. Essa relação havia se iniciado problemática com o processo de Galileu Galilei. Agravou-se quando Immanuel Kant definiu a religião no

¹⁹⁰ “la Iglesia de la época de los Padres es el modelo permanente para la Iglesia de todos los tiempos”. (TERRAZAS, Santiago M. La eclesiologia teológica de Joseph Ratzinger. In: MADRIGAL, Santiago (Ed). **El pensamiento de Joseph Ratzinger**: teólogo y papa. Madrid: San Pablo, 2009. p. 218, tradução nossa).

¹⁹¹ LIBANIO, 2005, p. 175.

¹⁹² MOULINET, Daniel. **O Vaticano II contado aos que não o vivenciamam**. Trad. Tiago José R. Leme. São Paulo: Paulus, 2012. p. 131.

contexto da razão pura, e quando, na Revolução Francesa, se propagou uma imagem do Estado e do ser humano que não deveria possuir o mínimo de abertura para a Igreja. Mais tarde, travou-se um conflito entre Igreja e liberalismo radical e também com as ciências naturais, que possuíam a pretensão de abarcar todo o conhecimento possível acerca da realidade, promovendo a exclusão da hipótese de Deus. Tudo desembocou numa reação ferrenha à modernidade.¹⁹³

No entanto, conforme o tempo, desenvolveu-se a própria modernidade, e suas esferas conheceram desdobramentos. A revolução americana apresentara um modelo de Estado diferente dos radicais franceses. As ciências naturais começavam a refletir sobre os próprios limites (e assumi-los), percebendo-se como incapaz de englobar a totalidade. Entre as duas guerras, homens de Estado modernos mostraram ser possível existir um Estado laico que bebe da ética cristã. Além disso, a Doutrina Social da Igreja desenvolveu-se como um modelo saudável entre o liberalismo radical e o marxismo. A aproximação da Igreja com a modernidade fora se tornando, vagarosamente, possível por ambos os lados.¹⁹⁴

Como nos grandes Concílios da história, os grupos de interpretação eram os mais variados. Diante da empolgação, muitos aceitaram o Concílio como uma libertação da Igreja do passado, outros o rejeitaram como uma apostasia à Tradição, outros queriam aceitar apenas alguns textos, outros ainda, numa posição intermediária, queriam buscar amenizações entre os grupos e as decisões conciliares.¹⁹⁵ Além disso, a própria situação sócio-política do mundo era deveras complexa:

Na África, o acesso à independência muitas vezes produz instabilidades. Na América Latina, o desejo do distanciamento em relação ao poderio econômico dos Estados Unidos leva amiúde à emergência dos movimentos revolucionários. Na Ásia, a guerra do Vietnã e a revolução cultural da China ferem duramente as comunidades cristãs. Na

¹⁹³ BENTO XVI. **Discurso do papa Bento XVI aos cardeais, arcebispos e prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal**. Vaticano, 22 dez. 2005a. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

¹⁹⁴ BENTO XVI, 2005a, não paginado.

¹⁹⁵ MOULINET, 2012, p. 131.

Europa Oriental, a prioridade para a Igreja é resistir ao sufocamento do totalitarismo comunista. Na Europa Ocidental, o movimento de secularização se acentua, e as agitações de maio de 1968¹⁹⁶ parecem demolir o abismo entre os jovens, sedentos por liberdade, e a Igreja, amiúde associada à sociedade aburguesada que eles rejeitam.¹⁹⁷

Diante de uma revolução sociocultural tão intensa a nível mundial e de tantas interpretações do Concílio, muito importante foi a criação do Sínodo dos Bispos, que traz a Roma, de forma mais precisa e profunda, as realidades de todo o mundo, intensificando a colegialidade e a eficácia das decisões. A Cúria Romana passa a receber leigos para trabalhar em suas instâncias. A criação de Conferências Episcopais é fomentada, e “de

¹⁹⁶ “O maio de 1968 iniciou-se a partir das mobilizações realizadas por estudantes franceses na Universidade de Paris, em Nanterre (região metropolitana de Paris). Entre os estudantes existia uma insatisfação com as incertezas de sua vida profissional e pelas características do ensino francês, enxergado como antiquado. Entre os trabalhadores, existia insatisfação por causa do aumento do desemprego no país. De modo geral, entre os principais temas de contestação universitária, destacam-se: a recusa do caráter classista da universidade; a denúncia da falsa neutralidade e da falsa objetividade do saber; a denúncia da parcelização e tecnocratização do saber; a contestação dos cursos *ex cathedra*; a denúncia dos professores conservadores ligados à política do governo; o questionamento do lugar que, na divisão capitalista do trabalho, os diplomados irão ocupar; a denúncia da escassez de possibilidade de empregos qualificados [...]. O início das manifestações ocorreu em 2 de maio de 1968, quando os estudantes iniciaram um protesto contra a decisão de realizar a separação dos alojamentos de homens e mulheres em Nanterre (atualmente uma das treze unidades da Universidade de Paris). Após isso, os protestos espalharam-se por outras universidades francesas e chegou a locais importantes, como Sorbonne (unidade mais importante da Universidade de Paris). O movimento que se iniciou exclusivamente estudantil alastrou-se para as classes trabalhadoras, que passaram a exigir melhorias nas suas condições de trabalho. Os protestos organizados pelos estudantes também ficaram marcados por frases de ordem que eram pichadas nas paredes das universidades. Frases como ‘Proibido proibir’, ‘Deus está morto, Marx está morto e eu mesmo não ando me sentindo muito bem’ e ‘Sejam realistas, peçam o impossível’ tornaram-se mundialmente conhecidas”. NEVES, Daniel. **Maião de 1968**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/maio-1968.htm>>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

¹⁹⁷ MOULINET, 2012, p. 131-132.

44, em 1962, elas passam para 96 em 1976, surgindo como verdadeiros interlocutores nos diferentes países”.¹⁹⁸

Mesmo com tantos desafios, constata-se um crescente considerável da participação dos leigos na vida da Igreja. Agora, após o Concílio, já estão presentes na Cúria romana, em sínodos diocesanos (como na França em 1969), em Conselhos Diocesanos de Pastoral, nas animações e conselhos paroquiais e nas administrações diocesanas, entre tantos outros espaços. Além disso, na década de 1970 são ordenados os primeiros diáconos permanentes, o que causou uma certa dificuldade de compreensão pela novidade, mas que foi lentamente aceito pelos bons frutos gerados. Além do fortalecimento do laicato, a relação da Igreja com o mundo realmente mudou: católicos trabalhando socialmente com outras denominações religiosas, participação da Santa Sé em instâncias internacionais, como a ONU, abertura institucional ao diálogo ecumênico e interreligioso são apenas exemplos dessa renovação.¹⁹⁹ Além disso, a participação dos leigos católicos na redemocratização da Europa foi mui significativa e também no processo de uma pluralização saudável que o mundo estava vivenciando.²⁰⁰

Embora os frutos do Concílio sejam tão significativos, o início do pós-concílio não foi tarefa fácil. O diálogo com o mundo moderno provocava alguns confrontos incômodos, mas necessários, para a libertação evangélica dos povos, como por exemplo, o conflito com a industrialização, já presente desde o pontificado de Leão XIII; o confronto com o consumismo, que vê no acúmulo a realização humana e na rejeição de valores sobrenaturais o passo para a liberdade; o conflito com a crise das ideologias e a crescente mentalidade negativa acerca das instituições. Ainda mais: a rapidez com que se disseminava a ideia de secularização, expulsando a religião de qualquer esfera.²⁰¹

Não obstante as esperanças estivessem à flor da pele, os anos que se seguiram ao encerramento do Concílio parecem não ter correspondido àquela intensa expectativa dos papas e padres conciliares. A primavera espiritual tão esperada e o Pentecostes tão almejado num primeiro momento parecia não ter surtido efeito. “Uma redução dramática da vida religiosa, sobretudo das vocações espirituais, e uma superficialidade da

¹⁹⁸ MOULINET, 2012, p. 132-133.

¹⁹⁹ MOULINET, 2012, p. 133-134.

²⁰⁰ ZAGHENI, 1999, p. 380.

²⁰¹ ZAGHENI, 1999, p. 379-381.

fé e a tão esperada irradiação missionária não concretizada”²⁰² foram alguns dos problemas enfrentados no pós-concílio. Obviamente houve luzes, porém, sufocadas pela imagem de um aparente fracasso.²⁰³

Tem-se a impressão de que, em muitos segmentos da vida da Igreja, a renovação desejada pelo Concílio se ateve ao exterior, ao epidérmico, e não incorporou a compreensão do verdadeiro mistério da Igreja.²⁰⁴

Para o teólogo Joseph Ratzinger, nos anos que se seguiram ao Concílio houve o estopim de um progresso na ação missionária da Igreja. No entanto, simultaneamente, foi um período desfavorável para a Igreja, de crises imensas, padres desistindo de seus ministérios e movimentos contrários ao Concílio.

Esperava-se um novo entusiasmo, e tantos acabaram por desencorajar-se e entediar-se. Esperava-se um salto adiante e, pelo contrário, nos encontramos diante de um processo progressivo de decadência, que se desenvolveu, em grande parte, exatamente sobre o signo de um apelo ao Concílio, e que, portanto, contribuiu para desacreditá-lo de muitos [...]. Já, durante as sessões, e depois, de modo sempre mais vasto, circulou aquilo que nós alemães chamamos “Konzils-Ungeist”, aquele “anti-espírito do Concílio”, segundo o qual tudo aquilo que é “novo” (...), seria sempre e de qualquer modo melhor do que aquilo que já existe. Um “anti-espírito” segundo o qual a história da Igreja deveria ser recomeçada pelo Concílio Vaticano II.²⁰⁵

²⁰² KASPER, Walter. **A Igreja Católica**: essência, realidade, missão. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: UNISINOS, 2012. p. 38.

²⁰³ KASPER, 2012, p. 39.

²⁰⁴ GOEDERT, Valter M. **A constituição litúrgica do Concílio Vaticano II**: a Sacrosanctum Concilium a seu alcance. São Paulo: Ave-Maria, 2013. p. 11.

²⁰⁵ RATZINGER, Joseph. Eis porque a fé está em crise: uma avaliação do Vaticano II – “Existe uma só Igreja, não um pré e pós Concílio”. **Communio**: revista internacional de Teologia e Cultura. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 6-7, 2005.

Assim sendo, há a constatação de uma certa crise na Igreja no período imediatamente do pós-concílio. “Para o cardeal Ratzinger não há dúvida: a advertência se dirige, antes de tudo, à crise do conceito de Igreja, à eclesiologia”.²⁰⁶ Ora, a expectativa pelo pós-concílio era enorme.

Os papas e os Padres conciliares esperavam uma nova unidade católica e, pelo contrário, caminhou-se ao encontro de uma dissensão que, para usar as palavras de Paulo VI, pareceu passar da autocrítica à autodestruição [...]. Esperava-se um impulso à frente, e, no entanto, o que se viu foi um progressivo processo de decadência que veio se desenvolvendo, em larga medida, sob o signo de um presumido “espírito do Concílio” e que, dessa forma, acabou por desacreditá-lo.²⁰⁷

Segundo a reflexão de Ratzinger, houve uma crise na era pós-conciliar, sobretudo uma crise no conceito de Igreja. Isso permeou todas as nossas ações eclesiais, levando ao fundamentalismo ideológico em muitas iniciativas da Igreja pelo mundo. No entanto, pode-se dizer que tal crise foi originada pelo Concílio? O Concílio, depois de tantas motivações e trabalhos, teria dado matéria para confusão doutrinária? Essa dúvida é a motivação principal do próximo capítulo dessa pesquisa, que buscará, tendo por base a hermenêutica conciliar de Ratzinger, levar a uma proposta reflexiva sobre tal crise e sua possibilidade de superação.

²⁰⁶ RATZINGER, Joseph; MESSORI, Vitorio. **A fé em crise?:** o cardeal Ratzinger se interroga. Trad. Fernando J. Guimarães. São Paulo: EPU, 1985. p. 29.

²⁰⁷ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 17.

3 O CONCÍLIO VATICANO II COMO CONTINUIDADE

A época pós-conciliar, como se pode perceber na conclusão do capítulo anterior, foi marcada por avanços, mas ofuscados por um aparente fracasso, devido à situação desanimadora que se constatou entre muitos membros da Igreja. Havia a forte impressão de que o modo de ser Igreja de então havia falhado e agora, o Concílio, criou uma nova Igreja, numa tentativa de aprovação popular. Uma espécie de “decepção em relação aos resultados do Concílio”²⁰⁸ pairava no ar.

Para o pensamento de Joseph Ratzinger²⁰⁹, é a chamada hermenêutica da ruptura/descontinuidade que suscita um espírito cítrico

²⁰⁸ LEFEBVRE, Solange. Conflito das interpretações do Concílio: o debate entre Ratzinger e Kasper. **Concilium**: revista internacional de teologia. Petrópolis: Vozes, n. 314, p. 104, 2006/1.

²⁰⁹ Joseph Aloisius Ratzinger nasceu em Marktl am Inn (Alemanha), no dia 16 de abril de 1927. Sua juventude foi dolorosa por conta do Nazismo. Até o mês de setembro de 1944 esteve arrolado nos serviços auxiliares antiaéreos do Exército alemão. Recebeu a Ordenação Sacerdotal em 29 de junho de 1951. Um ano depois, começou a sua atividade de professor na Escola Superior de Freising. No ano de 1953, doutorou-se em teologia com a tese “Povo e Casa de Deus na doutrina da Igreja de Santo Agostinho”. Passados quatro anos, conseguiu a habilitação para a docência com uma dissertação sobre “A teologia da história em São Boaventura”. Depois de desempenhar o cargo de professor de teologia dogmática e fundamental na Escola Superior de Filosofia e Teologia de Freising, continuou a docência em Bonn, de 1959 a 1963; em Münster, de 1963 a 1966; e em Tubinga, de 1966 a 1969. A partir deste ano de 1969, passou a ser catedrático de dogmática e história do dogma na Universidade de Ratisbona, onde ocupou também o cargo de Vice-Reitor da Universidade. De 1962 a 1965, prestou um notável contributo ao Concílio Vaticano II como “perito”; viera como consultor teológico do Cardeal Joseph Frings, Arcebispo de Colônia. Desempenhou importantes cargos ao serviço da Conferência Episcopal Alemã e na Comissão Teológica Internacional. Em 25 de março de 1977, o Papa Paulo VI nomeou-o Arcebispo de München e Freising. A 28 de maio seguinte, recebeu a ordenação episcopal. Escolheu como lema episcopal: “Colaborador da verdade”. Paulo VI criou-o Cardeal, do título presbiteral de “Santa Maria da Consolação no Tiburtino”, no Consistório de 27 de junho desse mesmo ano. Em 1978, participou no Conclave, celebrado de 25 a 26 de agosto, que elegeu João Paulo I; este nomeou-o seu Enviado especial ao III Congresso Mariológico Internacional que teve lugar em Guayaquil (Equador) de 16 a 24 de setembro. No mês de outubro desse mesmo ano, participou também no Conclave que elegeu João Paulo II. Foi relator na V Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos realizada em 1980, que tinha como tema “Missão da família cristã no mundo contemporâneo”,

em relação à Igreja, promovendo mais confusão que comunhão e traido o espírito dos papas e padres conciliares. Essa hermenêutica encontra raízes no pós-guerra, época marcada por atitudes religiosas mais individualistas, anti-hierárquicas e anti-institucionais. A situação ganha

e Presidente Delegado da VI Assembleia Geral Ordinária, celebrada em 1983, sobre “A reconciliação e a penitência na missão da Igreja”. João Paulo II nomeou-o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé e Presidente da Pontifícia Comissão Bíblica e da Comissão Teológica Internacional, em 25 de novembro de 1981. O papa elevou-o à Ordem dos Bispos, atribuindo-lhe a sede suburbicária de Velletri-Segni, em 5 de abril de 1993. Foi presidente da Comissão encarregada da preparação do Catecismo da Igreja Católica, a qual, após seis anos de trabalho (1986-1992), apresentou ao Santo Padre o novo Catecismo. A 6 de Novembro de 1998, o Santo Padre aprovou a eleição do Cardeal Ratzinger para Vice-Decano do Colégio Cardinalício. E, no dia 30 de novembro de 2002, aprovou a sua eleição para Decano; com este cargo, foi-lhe atribuída também a sede suburbicária de Óstia. Desde 13 de Novembro de 2000, era membro honorário da Academia Pontifícia das Ciências. Na Cúria Romana, foi Membro do Conselho da Secretaria de Estado para as Relações com os Estados; das Congregações para as Igrejas Orientais, para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, para os Bispos, para a Evangelização dos Povos, para a Educação Católica, para o Clero, e para as Causas dos Santos; dos Conselhos Pontifícios para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e para a Cultura; do Tribunal Supremo da Signatura Apostólica; e das Comissões Pontifícias para a América Latina, *Ecclesia Dei*, para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canônico, e para a revisão do Código de Direito Canônico Oriental. Entre as suas numerosas publicações, ocupam lugar de destaque o livro *Introdução ao Cristianismo e Dogma e Revelação*. Em 1985 publicou o livro-entrevista *Informe sobre a Fé* e, em 1996, *O sal da terra*. E, por ocasião do seu septuagésimo aniversário, publicou o livro *Na escola da verdade*, onde aparecem ilustrados vários aspectos da sua personalidade e da sua obra por diversos autores. Recebeu numerosos doutoramentos *honoris causa*: pelo College of St. Thomas em St. Paul (Minnesota, Estados Unidos), em 1984; pela Universidade Católica de Eichstätt, em 1987; pela Universidade Católica de Lima, em 1986; pela Universidade Católica de Lublin, em 1988; pela Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha), em 1998; pela Livre Universidade Maria Santíssima Assunta (LUMSA, Roma), em 1999; pela Faculdade de Teologia da Universidade de Wrocław (Polónia) no ano 2000. Em 2005 foi eleito papa, escolhendo o nome de Bento XVI. Em 11 de fevereiro de 2013, renuncia à cátedra petrina, tornando-se papa emérito. **BIOGRAFIA DE BENTO XVI. A Santa Sé.** Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf_benxvi_bio_20050419_short-biography.html>; FRAZÃO, Dilva. **Bento XVI:** Sumo Pontífice da Igreja Católica. <https://www.ebiografia.com/bento_xvi/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

corpo na década de 1960, sobretudo com a grande revolução cultural de 1968²¹⁰, onde a lógica da ruptura atingia todos os âmbitos da vida humana.²¹¹ Ratzinger, que trabalhou no Concílio como *peritus*, contrasta à hermenêutica da ruptura/descontinuidade conciliar a hermenêutica da continuidade/reforma, que será o objeto dessa última parte da pesquisa.

3.1 QUESTÃO PRELIMINAR: *VERUM QUIA FACIENDUM*

Antes de adentrar propriamente na esfera hermenêutica, faz jus à pesquisa situar o pensamento do homem moderno e como esse entende a verdade. É deveras importante, visto que a compreensão de verdade influencia os pensamentos, as crenças e as ações. Para isso, o conteúdo será haurido da obra *Introdução ao Cristianismo*, de Ratzinger, obra reconhecida pela busca de situar a fé no mundo moderno.

O francês Augusto Comte, ao pretender realizar um diagnóstico do desenvolvimento da consciência humana, afirmou que esta passou pelo processo de três estágios: o primeiro, o teológico-fictício, seguido do metafísico-abstrato e finalmente o pensamento positivista, que compreenderia o domínio de toda a realidade. Logo, o mistério cederia lugar ao exato.²¹² Essa premissa escancarou as portas para o pensamento moderno positivista, plasmado pela lógica científica-positivista; agora, a verdade está limitada “aos fenômenos, àquilo que aparece e ao que deve ser manipulado”.²¹³ Essa corrente de pensamento, dentre outros fatores, resultou numa falta de interesse pela procura das coisas em si. A verdade está apenas no provável. Isso fez desenvolver no período moderno um novo conceito de verdade e realidade, limitando a compreensão da realidade e inserindo o homem num profundo imanentismo.²¹⁴

No entanto, antes mesmo de Comte desenvolver sua teoria, pensadores que o precederam deram seu contributo para a redução do homem ao factível e provável. Giambattista Vico, por exemplo, tornou-se o “ousado antecessor da típica fórmula do espírito moderno, quanto ao problema da verdade e da realidade”.²¹⁵ Para a Escolástica, o ente é a

²¹⁰ Já abordada historicamente no capítulo anterior, na nota 196.

²¹¹ LEFEBVRE, 2006, p. 105-110.

²¹² RATZINGER, Joseph. **Fé e futuro**. Trad. Conceição B. de Souza. São João do Estoril: Princípia, 2008. p. 11.

²¹³ RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo: preleções sobre o símbolo apostólico**. São Paulo: Herder, 1970. p. 25.

²¹⁴ RATZINGER, 1970, p. 25-26.

²¹⁵ RATZINGER, 1970, p. 26.

verdade (*verum est ens*); Vico contrapõe com a fórmula *verum quia factum*, ou seja, a verdade é somente aquilo que o homem faz. Para o pensamento clássico, o ente é verdadeiro, reconhecível,

porque Deus, o puro intelecto, o criou; e criou-o pensando [...]. Seu pensar é um criar. [...] Portanto, o pensamento humano é um ‘pensar-depois’, uma reflexão sobre o pensamento que é o Ente. Mas, o homem pode pensar na esteira do Logos, do sentido do ser, porque o seu próprio logos, sua própria razão é logos do único Logos, pensamento do pensamento primitivo e original, do Espírito Criador que dispõe o ser até o fundo de suas raízes.²¹⁶

Porém, como falta ao homem a intuição do sentido duradouro, sua compreensão é limitada. Por isso, o saber do ser humano sobre as coisas é “técnica”, pois não consegue alcançar o nível científico real.²¹⁷

Para Descartes, a certeza real é a certeza racional formal, produto de um processo de purificação das incertezas daquilo que é factível, reconhecendo na matemática a mãe do pensamento racional. Ao contrário, para Vico o homem pode conhecer uma coisa conhecendo sua causa. Resultado disso: o ser humano só pode conhecer aquilo que ele mesmo faz, visto que só ele se conhece a si mesmo.

Só é reconhecível o que é feito, isto é, aquilo que nós mesmos fazemos. Tarefa e possibilidade do espírito humano não é refletir sobre o ser, mas sobre o fato, o feito, o mundo peculiar do homem, único objeto que estamos em condições de compreender verdadeiramente. O homem não produziu o cosmos, que, por isso, lhe permanece impenetrável em suas derradeiras profundezas [...]. Principia o reinado do “fato”, isto é, a volta radical do homem para sua própria obra, como o único elemento que lhe é certo.²¹⁸

²¹⁶ RATZINGER, 1970, p. 26-27.

²¹⁷ RATZINGER, 1970, p. 27.

²¹⁸ RATZINGER, 1970, p. 28-29.

A história, portanto, ora negada, agora retorna ao lado da matemática cartesiana como a única ciência real. Em Hegel, filosofia torna-se história; em Comte, o ser é sufocado pela história; para Baur, teologia torna-se história; Marx repensa a economia pela história; Darwin estrutura seu pensamento biológico na história. O mundo é cognoscível “meramente como feito pelo homem”.²¹⁹ A visão humana torna-se limitada ao horizontal e o homem se autocompreende como mero produto de evoluções sem sentido, como nada mais que um fato.²²⁰

Na virada para o pensamento técnico do século XIX, o homem se depara com uma nova concepção: *verum quia faciendum*, ou seja, a verdade é a capacidade de ser feito. A história cede lugar à técnica. Deste modo, “impôs-se forçosamente e gradativamente a convicção de que, em última análise, é acessível ao conhecimento humano somente aquilo que o homem pode reproduzir quantas vezes quiser [...]”.²²¹ Aquilo que pode ser repetido é o comprovável e a técnica tornou-se poder e possibilidade própria do homem.

[...] torna a deslocar a perspectiva: na antiguidade e na Idade Média, o homem estava voltado para o eterno; a seguir, durante o domínio efêmero do historicismo, para o passado; agora, o factível polariza-o para o futuro daquilo que ele mesmo pode criar.²²²

O sentido não tem mais valor, mas a técnica. O homem se refazer através de seus gostos tem mais valor que sua experiência do passado. O ser humano se compreende como factível, como capaz de moldar-se ao seu bel prazer e, assim, suas estruturas institucionais também.²²³

Assim como no historicismo a teologia pretendeu se transformar em história, agora no período do *verum quia faciendum*, a teologia sente-se inclinada “a colocar a fé, não mais no plano do fato, mas do factível, explicando-a como instrumento de mudança do mundo mediante uma teologia política”.²²⁴

Ratzinger não quer cair numa polarização com essa reflexão, pois bem se sabe que a fé cristã tem sim sua ligação com o fato e com a

²¹⁹ RATZINGER, 1970, p. 30.

²²⁰ RATZINGER, 1970, p. 30.

²²¹ RATZINGER, 1970, p. 31.

²²² RATZINGER, 1970, p. 32.

²²³ RATZINGER, 1970, p. 33.

²²⁴ RATZINGER, 1970, p. 33-34.

história, e a Revelação Divina se deu profundamente nesta. Da mesma forma, a fé cristã não deixa de ter relação com as correntes modernas e isso significa que há a possibilidade de se compreender a fé de modo novo entre o fato e o factível. O que se pretende é apontar para os lugares onde essas categorias se tornam exclusivas e, assim, a fé torna-se sufocada. Pelo *verum quia faciendum*, o homem agora lida apenas consigo mesmo: a *téchne* do homem se tornou o espaço de sua vida.²²⁵

3.2 HERMENÊUTICA CONCILIAR

O Concílio Vaticano II ainda é muito recente e uma análise de seu legado ainda é um tanto incerto. Mesmo passadas quase seis décadas, há na Igreja ainda discussões sobre sua continuidade ou descontinuidade, situação que se repetiu em outros momentos da história dos Concílios. Para Caldeira, é hora de os estudiosos dedicarem-se mais intensamente a essa questão,²²⁶ ou seja, debruçarem-se sobre a hermenêutica conciliar mais propícia à reta interpretação do Concílio, para que as consequências advindas disso estejam de acordo com os anseios dos padres conciliares. A presente pesquisa procurará dar vez à hermenêutica de Ratzinger, que orienta à continuidade, questão que também foi evocada intensamente e dada como central durante seu pontificado.²²⁷ De fato, “Ratzinger quer evitar qualquer dicotomia pré e pós-conciliar”.²²⁸

²²⁵ ASSUNÇÃO, Rudy A. de. **Bento XVI, a Igreja Católica e o “Espírito da modernidade”**: uma análise da visão do papa Teólogo sobre o “mundo de hoje”. São Paulo: Paulus; Campinas: Ecclesiae, 2018. p. 117.

²²⁶ CALDEIRA, Rodrigo C. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. **Estudos Teológicos**: publicação do programa de pós-graduação em Teologia das faculdades EST, São Leopoldo, v. 55, n. 1, p. 60-75, jan./jun. 2015, p. 61.

²²⁷ Vale recordar aqui as duas grandes novidades no brasão papal de Bento XVI, indicativas de sua comunhão com a reforma conciliar: a retirada da tiara papal e a inserção da mitra no seu lugar, indicando seu pastoreio como bispo de Roma; também a inserção do pálio. O pálio é o símbolo não só da jurisdição papal, mas também o sinal explícito e fraterno da partilha desta jurisdição com os Arcebispos metropolitanos, e mediante eles com os Bispos seus sufragâneos. Portanto, ele é sinal visível da colegialidade e da subsidiariedade. MONTEZEMOLO, Andrea Cordero di. **O Brasão de Sua Santidade o Papa Bento XVI**. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/elezione/documents/stemma-benedict-xvi.html>>. Acesso em 04 jun. 2019.

²²⁸ ROWLAND, Tracey. **A fé de Ratzinger**: a teologia do papa Bento XVI. Trad. Carlos P. Alonso. Campinas: Meta Solutions, 2013. p. 57-58.

De modo geral, existem os grupos que se dedicam a compreender o Concílio como ruptura e, por isso, a existência de duas Igrejas, e os grupos que cultivam a hermenêutica da reforma/continuidade. Ratzinger mostra-se plenamente inclinado a esta segunda. Ver-se-á, num primeiro momento os da ruptura.

3.2.1 Os grupos de ruptura

Segundo o teólogo Walter Kasper, o Concílio Vaticano II não pode ser submetido a interpretações meramente subjetivas, pois resultaria na deturpação de seu conteúdo. Antes, é necessário voltar aos textos do Concílio para uma justa hermenêutica, ou seja, respeitar o espírito do Concílio que levou à produção desses textos. Nas suas próprias palavras: “O espírito do Concílio deve ser extraído da história e dos textos do Concílio”.²²⁹ Visando ajudar o hermenêuta, Kasper aponta cinco princípios hermenêuticos que devem ser levados a termo em uma interpretação saudável: os textos conciliares devem ser entendidos a partir de sua história e das discussões que levaram às suas confecções; além disso, é preciso interpretar cada formulação individual a partir do conjunto de todos os documentos do Concílio; num terceiro passo, há a necessidade de estar em comunhão com as fontes com que o próprio Concílio também esteve; destarte, o Concílio deve ser entendido como ele mesmo se entendeu: herdeiro da Tradição e intérprete desta para o homem de hoje; e, não menos importante, levar em conta a recepção que tiveram os enunciados do Concílio na doutrina e na vida da Igreja no pós-concílio, um tempo comumente difícil e exigente.²³⁰

Joseph Ratzinger segue no mesmo raciocínio de seu compatriota, e afirma que nos anos que se seguiram ao Concílio dois grupos distintos, que interpretavam o Concílio pelo mesmo viés, mas por sistemas de ideias distintos, como duas faces de uma mesma moeda, foram os principais responsáveis pelo desvio do espírito do Concílio e pelo declínio do fervor conciliar, visto que não levavam em consideração pressupostos como os supracitados no parágrafo anterior: os “conservadores” e os “progressistas”, como eles assim são popularmente denominados. Esses dois grupos interpretam o Concílio pela hermenêutica da ruptura e da descontinuidade e ambos têm em comum a rejeição do Concílio: “os progressistas [...], como se fosse só uma estação que se deve abandonar

²²⁹ KASPER, 2012, p. 35.

²³⁰ KASPER, 2012, p. 35.

para alcançar outra Igreja; os tradicionalistas [...], como se fosse o inverno da *Catholica*”.²³¹

Para a ‘ala progressista’, há muito tempo ele – o Concílio – é considerado superado e, por conseguinte, um fato do passado, sem importância para o presente. Pela parte oposta, a ‘ala conservadora’, ele é julgado responsável pela atual decadência da Igreja Católica, e até lhe atribui a apostasia com relação ao Concílio de Trento e ao Vaticano I: de tal forma que alguns chegaram a pedir a anulação ou uma revisão que equivaleria a uma retirada.²³²

Ratzinger busca evidenciar a contradição que os dois grupos possuem em relação às suas interpretações. O Concílio Vaticano II está apoiado na mesma autoridade dos Concílios precedentes, inclusive o Vaticano I e Trento, ou seja, a autoridade do Romano Pontífice e do colégio dos bispos em comunhão com ele. Além deste fator, o Concílio mostra-se em profunda comunhão com as anteriores reuniões conciliares, até mesmo retomando pontos em comum.²³³ O Vaticano II está apoiado na mesma autoridade do Vaticano I e de Trento.

Em primeiro lugar, é impossível para um católico tomar posição a favor do Vaticano II contra Trento ou o Vaticano I. Quem aceita o Vaticano II, assim como ele se expressou claramente na letra, e entendeu-lhe o espírito, afirma ao mesmo tempo a ininterrupta Tradição da Igreja, em particular os dois Concílios precedentes. E isto deve valer para o chamado progressismo, pelo menos em suas formas extremas. Segundo: do mesmo modo, é impossível decidir-se a favor de Trento e do Vaticano I contra o Vaticano II [...]. E isso deve

²³¹ GERHARD LUDWIG MÜLLER. **Reflexões sobre os escritos conciliares de Joseph Ratzinger**. Vaticano, 2012. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/muller/rc_con_cfaith_doc_20121128_riflessioni-muller_po.html>. Acesso em: 12 nov. 2018.

²³² RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 15-16

²³³ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 16.

valer para o chamado tradicionalismo, também ele em suas formas extremas.²³⁴

Assim sendo, Ratzinger afirma que esses dois grupos deturpam a mensagem do Concílio e criam confusão. Além disso, são como duas faces de uma mesma moeda, pois ambos veem ruptura conciliar e, firmando esse ponto, alimentam-se mutuamente. Logo, os problemas pós-conciliares não teriam suas raízes no Concílio mesmo, mas nos equívocos acerca dele, nas

forças latentes agressivas, centrífugas, talvez irresponsáveis ou simplesmente ingênuas, de um otimismo fácil, de uma ênfase quanto à modernidade que confundiu o hodierno progresso técnico com um progresso autêntico, integral.²³⁵

Há, porém, uma segunda hermenêutica, a da reforma, que prima pela continuidade. Encontram-se em discussão duas lógicas opostas: a da descontinuidade (nos grupos acima mencionados) e a da reforma.²³⁶

O historiador Roberto de Mattei confirma essas duas leituras que podem ser feitas do Concílio num movimento interpretativo: a teológica e a histórica. Para a primeira, o Concílio deve ser visto num processo de continuidade, à luz da Tradição da Igreja; a segunda leitura corresponde na compreensão do Concílio como evento de rompimento, uma descontinuidade com a história da Igreja.²³⁷

Nos anos seguintes ao evento, essas leituras fizeram-se bem evidentes, mas no próprio Concílio elas tiveram seu início. Na interpretação de Massimo Faggioli, os teólogos estavam divididos em neoagostinianos e neotomistas, e entre eles e em discussão, a relação entre Igreja e mundo. Joseph Ratzinger, por exemplo, ao lado de Henri de Lubac, Jean Daniélou, Hans Urs von Balthasar e Louis Bouyer, eram representantes da primeira vertente.²³⁸

²³⁴ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 15-16

²³⁵ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 17.

²³⁶ MARUJO, António. **Bento XVI**: um perfil biográfico. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 56.

²³⁷ DE MATTEI, Roberto. **O Concílio Vaticano II**: uma história nunca escrita. Porto: Caminhos Romanos, 2012. p. 9.

²³⁸ FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II**: a luta pelo sentido. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 50.

3.2.2 O *depositum fidei*

O Catecismo da Igreja Católica nos recorda que o *depositum fidei*, isto é, o patrimônio sagrado “contido da Sagrada Tradição e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos apóstolos à totalidade da Igreja”.²³⁹ Todo o povo santo, pastores e leigos, fiéis a esse depósito, perseveraram na comunhão com a doutrina apostólica.²⁴⁰ Desde muito cedo, mesmo com a imensa pluralidade de línguas, culturas, povos e nações, a Igreja mantém firme e anuncia sua fé única recebida do Senhor.²⁴¹

Pois, se no mundo as línguas diferem, o conteúdo da Tradição é uno e idêntico. E nem as Igrejas estabelecidas na Germânia têm outra fé ou outra Tradição, nem as que estão entre os celtas, nem as do Oriente, do Egito, da Líbia, nem as que estão estabelecidas no centro do mundo.²⁴²

A doutrina apostólica contida no *depositum fidei*, portanto, é inalterável. O mesmo Catecismo ensina que ao Magistério vivo da Igreja foi incumbido o dever de “interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida [...]. Todavia, tal Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas a serviço dela [...]”.²⁴³ O Concílio Vaticano II estava plenamente consciente disso.²⁴⁴ João XXIII, na *Humanae Salutis*, deixou explícito que não tinha a pretensão de romper com a história da Igreja, mas, permanecendo na esteira da Tradição, irradiar novas luzes, permanecendo sempre a mesma Igreja.²⁴⁵ Paulo VI, fazendo suas as palavras de João XXIII, no encerramento do Concílio afirmou que o que mais importava “ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz”.²⁴⁶

²³⁹ CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000. p. 35. CIC 84.

²⁴⁰ CATECISMO..., 2000, p. 36; CIC 84.

²⁴¹ CATECISMO..., 2000, p. 56-57; CIC 172.

²⁴² CATECISMO..., 2000, p. 57; CIC 174.

²⁴³ CATECISMO..., 2000, p. 36; CIC 85-86.

²⁴⁴ RATZINGER; MESSORI; 1985, p. 21.

²⁴⁵ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 12; HS

²⁴⁶ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, Homilia do papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio.

Como um bom agostiniano, Ratzinger sabe que no essencial deve imperar a unidade. Para ele, o problema do pós-concílio se concentra na deturpação, por vezes inocente, do depósito da fé, que deve ser sempre uno e indivisível. Este nunca pode ser alterado, visto ser fruto da revelação. Aliás, a intenção do Concílio nunca foi a de modificá-lo:

A intenção do Papa que teve a iniciativa do Vaticano II, João XXIII, e daquele que fielmente lhe deu continuidade, Paulo VI, não era de forma alguma pôr em discussão o *depositum fidei*, que, pelo contrário, ambos tinham como indiscutível, como algo já em segurança.²⁴⁷

Com essas palavras, Ratzinger quer deixar explícito que o Concílio não quis mudar a fé, mas apresentá-la de um modo mais eficaz, ou seja, a modificação se deu no modo de transmitir a fé. O diálogo com o diferente só pode se dar quando a identidade própria está clara e, nesse caso, a Igreja deve ter sua identidade bem definida para dialogar de forma mais próxima com o mundo. E foi justamente o que fez o Concílio: escancarou a identidade da Igreja, pois “a identidade firme é condição de abertura”.²⁴⁸

Papa Paulo VI em sua Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, já no pós-Concílio, assim se expressava:

Insistíamos também na mesma ocasião na grave responsabilidade que sobre nós incumbe, mas que nós compartilhamos com nossos Irmãos no Episcopado, de manter inalterável o conteúdo da fé católica que o Senhor confiou aos apóstolos: traduzido em todas as linguagens, este conteúdo nunca há de sofrer amputações ou ser mutilado [...].²⁴⁹

A falta de compreensão dessa intenção fez com que muitos se abrissem ao mundo sem nenhuma espécie de crivo, vivendo mais uma

²⁴⁷ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 21.

²⁴⁸ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 21-22.

²⁴⁹ PAULO VI. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***. In: Documentos de Paulo VI. Trad. Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997. p. 433; EN 65.

“mundanização”²⁵⁰ que uma abertura no sentido conciliar. Isso abalou a fé de muitos, gerando uma crise de identidade devido à instabilidade que se encontrava o *depositum fidei*. Culpa alguma tem o Concílio em relação a isso, pois na verdade “os seus documentos foram imediatamente sepultados por uma avalanche de publicações muitas vezes superficiais ou francamente inexatas”.²⁵¹ O Concílio tinha toda razão em revisar a relação da Igreja com o mundo. E suas conclusões, muito à frente do seu tempo, foram providenciais.²⁵²

Em suma, Ratzinger afirma que não há possibilidade de se romper com o depósito da fé, e isso nem mesmo o Concílio desejou ou fez. Todavia, na parte formal de apresentação desse depósito, deve haver adaptações para torná-lo compreensível ao mundo de hoje. E isso, sim, o Concílio almejou e realizou.²⁵³

3.2.3 Crise na identidade

Ratzinger acusa que a interpretação do Vaticano II como ruptura, ou seja, como interferência no *depositum fidei*, originou uma crise no conceito de Igreja. Para ele, no pós-concílio foi se perdendo de forma tácita o sentido autêntico da compreensão de Igreja, visto que ela foi reinterpretada (não pelo Concílio) como uma realidade meramente humana, não desejada pelo Senhor. Isso levou ao entendimento de que a Igreja e sua constituição são algo a ser construído pelos seus membros, podendo estes reorganizá-las conforme seus gostos. De fato, a forma externa é organizada pelos homens, mas existem estruturas fundamentais inalteráveis, porque provindas do próprio Deus.²⁵⁴

Por trás da fachada humana subsiste o mistério de uma realidade sobre-humana, sobre a qual nem o reformador nem o sociólogo ou o organizador têm autoridade para intervir. Se a Igreja, pelo contrário, é vista como uma construção humana, como um

²⁵⁰ RATZINGER, Joseph. **O novo povo de Deus**. Trad. Clemente R. Mahl. São Paulo: Molokai, 2016. p. 331.

²⁵¹ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 25.

²⁵² RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 22.

²⁵³ SUESS, Paulo. Hermenêutica da continuidade com descontinuidade: leitura dialética do Concílio Vaticano II. **Convergência**: revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil, Brasília, abril, n. 430, p. 257-265, 2010. p. cit. 258.

²⁵⁴ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 29-30.

artefato nosso, também o conteúdo da fé acaba por se tornar arbitrário: com efeito, a fé não possui mais um instrumento autêntico, garantido, através do qual ela se exprime.²⁵⁵

Ratzinger convida a levar em consideração a visão do mistério também no modo sobrenatural e não apenas sociológico. Caso contrário, o Evangelho torna-se o “projeto-Jesus [...], que pode até parecer religioso na aparência, mas que é ateu na substância”.²⁵⁶ Acentuou-se demais nas eclesiologias pós-conciliares o conceito de Povo de Deus em detrimento, muitas vezes, de Corpo de Cristo, que torna mais evidente a identidade neotestamentária da Igreja. Essa acentuação evocou compreensões de Igreja veterotestamentárias, levando a entendimentos coletivistas. Porém, a Igreja não se esgota no coletivo dos crentes: “sendo o ‘Corpo de Cristo’, é bem mais do que a simples soma dos seus membros”.²⁵⁷

Para o teólogo bávaro, é preciso refazer um clima autenticamente católico, buscando sempre reencontrar o sentido de Igreja como Igreja do Senhor, lugar da real presença de Deus neste mundo. Além disso, é preciso crescer a consciência de que a Igreja não é dos seus membros, ela é do Senhor.²⁵⁸ Toda dimensão humana na Igreja é acessório e transitório; só a constituição divina é perpétua. Tal lógica de que a Igreja é mera instituição humana desenvolve uma crise no conceito de obediência, que por sua vez leva ao descrédito de uma hierarquia como serviço aos batizados. Não se crê mais que suas estruturas foram queridas por Cristo. “Mas a Igreja de Cristo não é um partido, não é uma associação e nem um clube: a sua estrutura profunda e inalienável não é democrática, e sim sacramental, portanto hierárquica”.²⁵⁹ Essa hierarquia é baseada na sucessão apostólica, que por sua vez é penhor da realidade do sacramento.²⁶⁰ Essa autoridade não se dá pela votação da maioria, mas na autoridade do Cristo. Redescobre-se a necessidade da Igreja na obediência à sua hierarquia.²⁶¹

Há, portanto, um processo de crise, que se distingue em quatro círculos concêntricos: crise da fé em Deus, crise da fé na Igreja como

²⁵⁵ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 30.

²⁵⁶ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 30.

²⁵⁷ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 31.

²⁵⁸ RATZINGER, 2005, p. 14.

²⁵⁹ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 32.

²⁶⁰ RATZINGER, 2005, p. 14.

²⁶¹ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 32.

mistério, crise da fé no dogma e na ética da Igreja e crise da fé na Escritura, assim como é lida pela Igreja. A primeira diz respeito a uma crise em relação ao Deus Pai Criador, originando uma acentuação do Jesus humano, obscurecendo sua natureza divina, como um resgate do arianismo²⁶². A segunda desacredita a dimensão sobrenatural da Igreja, compreendendo-a mais pelo viés democrático que hierárquico, mais humano que divino. A terceira crise é a do esquecimento por parte de alguns teólogos de que ninguém faz teologia isoladamente, mas com toda a Igreja, com a comunidade católica na sua totalidade. Isso produziu teologias subjetivistas e individualistas, nocivas à fé. A quarta aponta para a pretensão de se transformar a leitura bíblica em algo totalmente científico, como mera compilação de diversas fontes antigas. Assim, separa-se Igreja e Escritura, ou seja, a última palavra sobre a Escritura não estaria mais sob a responsabilidade do Magistério, mas ao especialista e às suas hipóteses; não se lê mais a Bíblia a partir da Igreja e com ela, mas em uma realidade independente. Ratzinger propõe sempre um equilíbrio necessário.²⁶³

3.2.4 Uma Igreja do alto

Em 01 de setembro de 1990, no polêmico discurso de Rimini, Ratzinger aponta um descontentamento popular em relação à Igreja que tem se desenvolvido no entardecer do segundo milênio, mesmo após a grande reforma do Vaticano II. Sendo uma instituição, a Igreja é acusada de limitar a liberdade da pessoa, ou seja, de aliená-la. Tudo o que vem de fora, limita. As leis são como obstáculos e a Igreja, propondo normas de vida interior, é a mais nociva instituição, visto que trabalha com o que há de mais íntimo no ser humano. Na verdade, as normas de vida da Igreja não são como leis de trânsito, mas como luz para a reta vivência da minha liberdade. Porém, não estaria a Igreja impedindo a pessoa humana de viver o que há de mais belo na vida? Paralelamente, há a esperança de encontrar nessa mesma Igreja um oásis de liberdade, onde se pode experimentar total ausência de normas, visto que estas aprisionam. No

²⁶² Doutrina desenvolvida por Ário em 336, que afirmava ser Jesus Cristo a primeira criatura, ou seja, não consubstancial ao Pai, não-Deus. TURNER, Ryan. **Arianismo e sua influência nos dias de hoje**. Trad. David Brito. Disponível em: <<https://carm.org/o-arianismo-e-sua-influencia-nos-dias-de-hoje>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

²⁶³ RATZINGER, 2005, p. 13-17.

entanto, a Igreja é portadora de uma silenciosa esperança, o que irrita o imediatismo liberal dos tempos de hoje.²⁶⁴ Dado que a Igreja, compreendida como mera instituição humana e, por isso, limitadora da liberdade do homem ao invés de ser uma ilha de total alvedrio, onde o homem pode se refugiar das demais instituições,

procuramos desesperadamente fazer com que ela seja como queremos: um lugar onde no qual podemos experimentar todas as liberdades, um espaço no qual são superados todos os nossos limites, onde experimentamos aquela utopia que deve existir em algum lugar.²⁶⁵

O desejo pela construção de um mundo melhor através da atividade política marca o homem nesse período da história. Nessa esteira, dever-se-ia também construir uma Igreja melhor, mais humana, fraterna, criativa, generosa e reconciliadora para com todos. No entanto, como a construção de uma Igreja melhor deveria se dar? Abrindo mão de seu passado? Uma resposta afirmativa a essa última questão é própria de quem não entende a questão e julga os membros antepassados da Igreja como totalmente inexperientes, acusa Ratzinger. Logo, agora o católico teria a coragem e a inteligência para empreender a reforma que os demais nunca tiveram.²⁶⁶

“A Igreja não é uma democracia”.²⁶⁷ Assim, ela não teria ainda integrado a si o grande ideal iluminista de liberdade; teria, portanto, chegado a hora de recuperar a dimensão comunitária da Igreja por meio do termo possessivo “nossa”. Agora, são seus membros que a fazem, não é mais dada do alto. Assim sendo, essa Igreja deve ser reconstruída por conveniência, por discussões, acordos e decisões. A Escritura se torna um obstáculo e por isso precisa ser encaixada numa interpretação conveniente ao grupo. Nessa autogestão, “a minoria deve se curvar à maioria, e essa minoria pode ser muito grande”.²⁶⁸ Além disso, numa democracia, o que uma maioria escolhe hoje, outra maioria poderá escolher outra coisa amanhã. As decisões universais, na democracia,

²⁶⁴ RATZINGER, 2014, p. 55-56.

²⁶⁵ RATZINGER, 2014, p. 57.

²⁶⁶ RATZINGER, 2014, p. 57.

²⁶⁷ RATZINGER, Joseph. **Compreender a Igreja hoje**: vocação para a comunhão. Trad. D. Mateus R. Rocha. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 85.

²⁶⁸ RATZINGER, 2014, p. 59.

possuem prazo de validade. Uma Igreja com essa constituição, substitui a fé pela opinião:

A expressão “creio” significa “nós pensamos”. A Igreja que “se faz” tem, no fim, o sabor do “si mesmo”, que não agrada a outros “si mesmos” e logo revela a sua insignificância. Ela se reduz ao empírico e assim se dissolve também como ideal sonhado.²⁶⁹

Os membros da Igreja, portanto, se fazem ativistas, que é o contrário daquele que contempla, admira. O ativista, por sua vez, tem o seu campo de visão restringido e perde a noção de mistério. A reforma da Igreja deve se dar sempre pelos desígnios de Deus, visto que ela a Ele pertence, e não pelos nossos critérios, desejos e gostos. A verdadeira reforma se dá justamente “quando deixamos de lado nossas próprias construções em favor da luz puríssima que vem do alto e que é ao mesmo tempo a irrupção da liberdade”.²⁷⁰

A preocupação de Ratzinger se estende à possibilidade de se perder a comunhão, noção recuperada pelo Concílio, por meio de uma democratização. A comunhão, assim, estaria em risco, pois a Igreja poderia se tornar uma espécie de federação de Igrejas individuais que elegem seus princípios pelo voto da maioria.²⁷¹

A essa tendência de querer reduzir a Igreja aos gostos pessoais e comunitários, Ratzinger contrapõe a necessidade de se redescobrir a verdadeira reforma que empreendeu o Concílio Vaticano II, que buscou continuar sendo uma Igreja do alto.

3.2.5 A compreensão de *reforma*

Ratzinger afirma que a crise na identidade da Igreja é fruto de uma ausente adequada compreensão de reforma. Por isso, esse assunto é o coração da hermenêutica conciliar de Ratzinger, visto que o Concílio Vaticano II foi, de fato, uma grande reforma eclesial, atingindo todos os âmbitos da vida da Igreja.²⁷²

Como se constatou no ponto anterior, a reforma conciliar se deu pela libertação daquilo que é meramente humano e não pela acentuação

²⁶⁹ RATZINGER, 2014, p. 59.

²⁷⁰ RATZINGER, 2014, p. 60.

²⁷¹ MADRIGAL, 2009, p. 219-220.

²⁷² FAGGIOLI, 2013, p. 47.

desse fator. A partir disso, Ratzinger afirmará que a verdadeira reforma consiste em romper as incrustações que o tempo foi acumulando ao redor da essência da Igreja. Para isso, Ratzinger inspira-se em imagens que encontra em Michelangelo e São Boaventura. Para o primeiro, suas obras não eram produto de algo vindo de fora da pedra, ou seja, não eram exatamente suas mãos que produziam uma escultura; na verdade, sua missão consistia em libertar a imagem que estava no interior do bloco: deveria trazer à luz a essência imagética que já existia. Seu trabalho consistia em liberdade, não em fazer.²⁷³

São Boaventura, também usando o exemplo de um escultor, afirma que este não produz uma imagem, mas todo seu esforço consiste em produzir uma *ablatio*, ou seja, eliminar aquilo que está impedindo a imagem de aparecer, aquilo que não é autêntico. Aplica essa figura em relação ao homem e desenvolve o pensamento do ser humano que se torna autenticamente ele próprio quando elimina aquilo que não lhe é inerente. Assim sendo, com a *ablatio* o resultado é a *nobilis forma* (forma nobre). A verdadeira purificação seria Deus que a faria, libertando o homem das escórias que o desfiguram.²⁷⁴

Ratzinger afirma que a Igreja, no decorrer de sua história peregrina, sempre precisará de estruturas humanas que a ajudem no anúncio do Evangelho em todas as suas fases. Tais estruturas não são ruins, mas necessárias. No entanto, elas envelhecem e, envelhecendo, se não forem eliminadas, desviam o olhar do que é verdadeiramente essencial. Reforma, portanto, “é *ablatio*: uma retirada para que se torne visível a *nobilis forma*, a face da Esposa e com ela a face do Esposo, o senhor vivo”.²⁷⁵ Portanto, a verdadeira reforma é *ablatio*. E a primeira e mais fundamental reforma para a Igreja é o ato de fé, pois rompe o finito e chega ao infinito.²⁷⁶

O homem moderno encontra-se limitado pelo positivismo e esse o leva ao pragmatismo. Com o pensamento científico o homem pode ir à Lua, como o imperador Calígula já almejava. No entanto, mesmo realizando o sonho infinito de Calígula, notou-se que a Lua é mais um pedaço de terra e esse mesmo homem permanece no mesmo lugar. Somente a fé pode fazer saltar para o além-infinito que o ser humano anseia. Essa é a fundamental libertação que a Igreja pode oferecer ao homem. Assim sendo, a fé é a reforma essencial que a Igreja de hoje

²⁷³ RATZINGER, 2014, p. 60.

²⁷⁴ RATZINGER, 2015, p. 88.

²⁷⁵ RATZINGER, 2014, p. 60-61.

²⁷⁶ RATZINGER, 2015, p. 89.

precisa. Todos os crivos devem ser feitos a partir dela, sobretudo das instituições eclesiais. A Igreja deve ser ponte de fé e não espelho para si mesma, pois ao viver para si, trai a sua identidade missionária e se coloca como obstáculo. Portanto, o mundo não precisa de uma Igreja mais humana, mas mais divina, pois assim será realmente humana. Deste modo, tudo na Igreja que é feito pelo homem não deve passar de mero serviço ao inalterável essencial. Não é o desejo da maioria que dará liberdade aos membros da Igreja, mas da vontade do único Senhor.²⁷⁷ Essa foi a *ablatio* do Concílio Vaticano II: uma expropriação do meramente humano, de estruturas caducas e da corroboração do depósito da fé, imutável e irrenunciável. Uma *ablatio* “que deixe transparecer novamente a face autêntica da Igreja”.²⁷⁸

O coração da reforma, destarte, é retirar o que está incrustado naquilo que é essencial para que esse essencial apareça.²⁷⁹ A Igreja, sem deixar de ser ela mesma, ou seja, sem repudiar sua Tradição, apenas rompe as incrustações. Isso permitiu que a Igreja tomasse consciência sobre si mesma e sua missão.²⁸⁰ Para Ratzinger está claro que a missão do Vaticano II é a mesma dos outros Concílios, ou seja, de reformar a Igreja para conservar o carisma original.²⁸¹

3.3 SINAIS DE CONTINUIDADE

O primeiro e segundo capítulos desta pesquisa procuraram evidenciar, de modo geral, os sinais que levariam a Igreja a convocar o Concílio Vaticano II, demonstrando ser o Concílio um resultado de um amadurecimento frente ao tempo e às experiências intra e extra eclesiais. Nesta parte da pesquisa, buscar-se-á apontar alguns sinais de afirmação de continuidade na época conciliar, a começar por João XXIII e, depois e de um modo especial, em alguns dos documentos conciliares.

3.3.1 João XXIII

João XXIII, na Constituição Apostólica *Humanae salutis*, por meio da qual convoca o Concílio, expressa que a intenção de tal

²⁷⁷ RATZINGER, 2014, p. 62.

²⁷⁸ RATZINGER, 2014, p. 64.

²⁷⁹ RATZINGER, 2015, p. 87-88.

²⁸⁰ KASPER, 2012, p. 33.

²⁸¹ ASSUNÇÃO, 2018, p. 100.

convocação é de “pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho”.²⁸² Essa empreitada da Igreja Católica não tinha a pretensão de romper com sua história, mas, permanecendo na esteira da Tradição, numa dinâmica de acréscimo e continuação aos vinte grandes Concílios precedentes na história bimilenar da Igreja, irradiar novas luzes, permanecendo sempre a mesma Igreja.²⁸³ Como a própria constituição dogmática *Lumen Gentium* sinaliza, a Igreja, por ser

sacramento, isto é, sinal e instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo gênero humano, retomando o ensino dos Concílios anteriores, propõe-se explicar com maior clareza aos fiéis do mundo inteiro, a sua natureza e a missão universal.²⁸⁴

O Concílio foi solenemente aberto no dia 11 de outubro de 1962. O Santo Padre João XXIII, no seu discurso inaugural, deixou claro que a convocação do evento pretendeu afirmar uma vez mais a continuidade do Magistério eclesiástico, para poder ser apresentado retamente aos homens de hoje, recolhendo no passado o tesouro expresso nos demais Concílios, pois é dever da Igreja conservar esse tesouro. Para o papa Roncalli, o Concílio deveria promover a adesão a todo o ensino da Igreja, “na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até o Vaticano I”.²⁸⁵

3.3.2 Acenos nos documentos conciliares

Os documentos conciliares buscam sinalizar, hora ou outra, que estão em conformidade com os Concílios que precederam o Vaticano II, visto que este “coloca-se também diretamente na perspectiva dos Concílios de Trento e Vaticano I”.²⁸⁶ Serão feitos, aqui, apenas algumas recordações de sinais presentes em alguns documentos produzidos pelo Concílio.

²⁸² CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 10; HS.

²⁸³ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 12; HS.

²⁸⁴ CONCÍLIO VATICANO II, 2011; LG 2.

²⁸⁵ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 21-28. GME.

²⁸⁶ ZAGHENI, 1999, p. 343.

A Constituição sobre a Sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, tem seu corpo desenvolvido em comunhão com “os princípios dogmáticos estabelecidos pelo Concílio de Trento”.²⁸⁷ Sobre a variedade das celebrações do matrimônio, se utiliza das mesmíssimas palavras do Concílio tridentino acerca do assunto.²⁸⁸

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, já nos seus inícios, deixa claro que o Vaticano II almeja clarificar a natureza e a missão da Igreja, e para isso “retoma o ensino dos Concílios anteriores”.²⁸⁹ Ao trabalhar a constituição hierárquica da Igreja, afirma seguir “a linha do Concílio Vaticano I”, declarando que a Igreja foi instituída por Jesus Cristo, estabelecendo Pedro na chefia dos apóstolos; assim, o Vaticano II propõe de novo “a doutrina da instituição, perpetuidade, poder e natureza do sacro primado do Romano Pontífice e do seu infalível magistério [...]”.²⁹⁰ Sobre a responsabilidade do anúncio do Evangelho por parte dos pastores, o Vaticano II evoca o papado de Celestino no Concílio de Éfeso.²⁹¹ Tratando sobre a comunhão, traz à luz o desejo de continuidade ao afirmar que o Vaticano II

abraça com grande piedade a fé tão venerada dos nossos antepassados acerca da comunhão vital com os irmãos que já se encontram na glória celeste ou estão ainda a purificar-se após a morte, e propõe novamente os Decretos dos Sagrados Concílios de Nicéia II, de Florença e de Trento.²⁹²

No Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, a Igreja afirma que “promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II”.²⁹³ Para isso, o Concílio declara que “renova o que foi declarado pelos

²⁸⁷ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição *Sacrosanctum Concilium*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 33-86. p. cit. 56; SC 55.

²⁸⁸ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 61; SC 77.

²⁸⁹ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 102; LG 1.

²⁹⁰ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 126; LG 18.

²⁹¹ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 135; LG 23.

²⁹² CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 178; LG 51.

²⁹³ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Decreto *Unitatis Redintegratio*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio**

sagrados Concílios anteriores e também pelos Pontífices Romanos”,²⁹⁴ ou seja, de que é preciso “‘não impor nenhum outro encargo além do necessário’ (At 15,28)”,²⁹⁵ em prol da restauração ou conservação da comunhão e da unidade.

A conclusão do Decreto sobre a formação sacerdotal *Optatam Totius*, afirma querer continuar “a obra começada pelo Concílio Tridentino”,²⁹⁶ ou seja, de formar adequadamente “os futuros sacerdotes de Cristo, no espírito da renovação promovida por este mesmo Concílio [...]”.²⁹⁷

Na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a divina Revelação, o texto, em seu primeiro parágrafo, explica que pretende propor a doutrina da Igreja sobre a Revelação Divina e para isso segue “os Concílios Tridentino e Vaticano I”.²⁹⁸ Sobre a iniciativa reveladora de Deus, a participação dos homens nos bens divinos, a Tradição apostólica sob a assistência do Espírito e sua interpretação magisterial, a autoria dos dois Testamentos e a ação de Deus nos hagiógrafos, a *Dei verbum* se utiliza sempre do Vaticano I.²⁹⁹ Das vezes que retoma Trento, a que mais se destaca é a que trata sobre a única fonte de onde emanam a Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura, pois a primeira é a transmissão apostólica fiel da Palavra de Deus à luz do Espírito Santo; e a segunda é Palavra de Deus enquanto escrita por inspiração do mesmo Espírito. Sendo assim, “ambas devem, portanto, ser recebidas e veneradas com igual afeto de piedade”.³⁰⁰

Ecumênico Vaticano II (1962-1965). 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 215-240. p. cit. 215; UR 1.

²⁹⁴ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 235; UR 18.

²⁹⁵ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 235; UR 18.

²⁹⁶ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Decreto *Optatam Totius*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 297-319. p. cit. 318.

²⁹⁷ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 318; OT 22.

²⁹⁸ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição Dogmática *Dei Verbum*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 347-367. p. cit. 348; DV 1.

²⁹⁹ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 351-356; DV 6,8,10,11,12.

³⁰⁰ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 354; DV 9.

No *Presbyterorum Ordinis*, ensinando a Igreja sobre o reto uso dos bens por parte dos presbíteros, toma a voz de Trento para instruir que os cargos eclesiásticos não devem ser usados para acúmulo de bens.³⁰¹

Da mesma forma, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, ao afirmar que “as realidades profanas e as de fé têm origem no mesmo Deus”³⁰² e por isso o diálogo é possível e bom, o faz se utilizando do Vaticano I. Sobre a fé e razão, equilíbrio indispensável para o diálogo com a modernidade,

o sagrado Concílio, recordando o que ensinou o Primeiro Concílio do Vaticano, declara que existem “duas ordens de conhecimento” distintas, a da fé e a da razão, e que a Igreja de modo algum proíbe que as “artes e disciplinas humanas... usem de princípios e métodos próprios nos seus respectivos campos”; “reconhecendo esta justa liberdade”, afirma por isso a legítima autonomia da cultura humana e sobretudo das ciências.³⁰³

A *Gaudium et Spes* assegura ainda em sua conclusão, que tudo o que o Concílio Vaticano II propõe é “tirado dos tesouros da doutrina da Igreja”.³⁰⁴

Da *Sacrosanctum Concilium* à *Gaudium et Spes*, a Igreja está em comunhão com sua Tradição, com seu *depositum fidei*, tão bem guardado e desvelado em sua história bimilenar. Além das referências aos dois Concílios precedentes, as citações a outros Concílios da história da Igreja e a pronunciamentos dos papas e teólogos das mais variadas épocas são abundantes e mostram a intenção do Vaticano II de se pôr no sulco da Tradição. O Concílio soube fazer com maestria o dever essencial da Igreja de confirmar o conteúdo da fé e de se manter em constante reforma. E é “exatamente neste conjunto de continuidade e descontinuidade a diversos níveis que consiste a natureza da verdadeira reforma”.³⁰⁵

³⁰¹ CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Decreto *Presbyterorum Ordinis*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 491-538. p. cit. 529; PO 17.

³⁰² CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 578; GS 36.

³⁰³ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 614; GS 59.

³⁰⁴ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 658; GS 91.

³⁰⁵ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

3.4 A GAUDIUM ET SPES

Para Ratzinger a *Gaudium et Spes* é o documento mais peculiar do Vaticano II, pois é o que mais se distancia dos outros Concílios e o que também melhor define a fisionomia do Concílio.³⁰⁶ Entretanto, é o que mais pode gerar equivocadas interpretações por causa de alguns pontos mantidos em aberto. Levando em conta esses dois pressupostos, pode-se afirmar que, uma interpretação equivocada da *Gaudium et Spes*, pode pôr em xeque a compreensão de todo o Concílio Vaticano II.³⁰⁷

Segundo o teólogo bávaro, o documento é remédio para o tempo presente, ou seja, apresenta ao mundo o que este precisa, “uma nova e audaz antropologia teológica cristocêntrica, e que a responsabilidade da Igreja é ministra-lo”.³⁰⁸ O documento, por exemplo, elimina as categorias estoicas usadas para análise do matrimônio, enriquecendo sua reflexão com o personalismo.³⁰⁹ Além disso, o texto é uma espécie de *Antisyllabus*, promovendo não mais uma negação da modernidade, mas o diálogo com ela. Não sendo isso, porém, uma “decisão isolada e sem raízes em sua história precedente”,³¹⁰ mas como fruto de um amadurecimento do todo da Igreja.³¹¹ Depois de uma relação difícil com o mundo moderno, as relações são estreitadas.

A Igreja, que ainda na época barroca tinha em sentido lato plasmado o mundo, a partir do século XIX entrou de modo cada vez mais evidente numa relação negativa com a era moderna então plenamente iniciada.³¹²

³⁰⁶ ASSUNÇÃO, 2018, p. 111.

³⁰⁷ ROWLAND, 2008, p. 59.

³⁰⁸ ROWLAND, 2008, p. 77.

³⁰⁹ ROWLAND, 2008, p. 69.

³¹⁰ ASSUNÇÃO, 2018, p. 121.

³¹¹ ASSUNÇÃO, 2018, p. 121.

³¹² ASSUNÇÃO, Rudy A. de. *O Antisyllabus* tríplice do Vaticano II: a abertura conciliar ao mundo de hoje segundo Joseph Ratzinger/Bento XVI. In.: HOHEMBERGER, Gilcemar; ASSUNÇÃO, Rudy. A. de. **O Primado do Amor e da Verdade: o patrimônio espiritual de Joseph Ratzinger-Bento XVI.** São Paulo: Fons Sapientiae, 2016. p. 156.

De uma relação que foi se dificultando cada vez mais por ambos os lados, pelos dois também foi sendo facilitada nos últimos tempos. A *Gaudium et Spes* é reflexo disso.

No entanto, para Ratzinger o documento não deixa claro alguns temas, o que ocasiona interpretações distorcidas daquelas intenções que deram origem ao texto. Um dos principais problemas seria o de não ter examinado “cuidadosamente o mundo do pensamento moderno”,³¹³ deixando interpretações em aberto, para além daquilo que entendiam como modernidade. Aquilo que é “essencial e constitutivo da era moderna”³¹⁴ deveria ter sido trabalhado com maior esmero.

Ratzinger recorda que na época de elaboração do Esquema XIII³¹⁵, que viria a se tornar a *Gaudium et Spes*, não havia se desenvolvido ainda uma teologia profunda acerca do assunto.³¹⁶ Por isso que o texto final, resultante daquele Esquema preparado pelos franceses, possui expressões que deveriam ter sido mais esclarecidas, pois elas geram interpretações várias, muitas não concordantes com aquilo que realmente se almejava. É importante ressaltar que há dificuldades, limitações, mas não contradições.³¹⁷

3.4.1 A antropologia da constituição

Para o teólogo da Bavária, o parágrafo central da *Gaudium et Spes* é o 22, que apresenta um aspecto-chave do Concílio e a intenção original do documento. Ali é clarificado que “a pessoa humana compreende sua identidade somente na medida em que está aberta ao relacionamento com Cristo”.³¹⁸ A cristologia é *conditio sine qua non* para uma reta compreensão antropológica. Sem o horizonte de Cristo como novo Adão que conduz o homem à sua forma original, cai-se num inadequado humanismo secular. Essa antropologia cristológica deveria ter irrigado todo documento, mas não foi o que exatamente aconteceu.

Existe um problema inerente à compreensão da antropologia cristã que o documento apresenta. Nos seus inícios, o homem é sempre

³¹³ RATZINGER, Joseph. Em vísperas del Concilio. In: CERVERA, Pablo; GRANADOS, Carlos. **Joseph Ratzinger**: obras completas – sobre la enseñanza del Concilio Vaticano II. Madrid: BAC, 2014. VII/1. p. 3-82. p. cit. 35.

³¹⁴ ASSUNÇÃO, 2016, p. 157.

³¹⁵ ASSUNÇÃO, 2018, p. 110.

³¹⁶ ROWLAND, 2008, p. 59.

³¹⁷ ASSUNÇÃO, 2018, p. 107.

³¹⁸ ROWLAND, 2008, p. 60.

apresentado pela compreensão veterotestamentária, enquanto que para o cristianismo o modelo de perfeição humana é Cristo. Essa ausência cristológica apresenta o ser humano como meramente revestido de um teísmo, estando ausente uma devida escatologia, que é necessária para uma teologia plena do homem. Para Ratzinger, isso acontece porque no documento não foi superada uma doutrina antropológica dividida entre filosofia e teologia. Ao apresentar o natural e o sobrenatural como meramente justapostos, as doutrinas cristãs são postas aí como um acréscimo, uma conclusão. Isso pode levar a entender que a história de Cristo importunou um ser humano já perfeito em si mesmo.³¹⁹

Além disso, Ratzinger aponta para como se desenvolveu a questão da espiritualidade humana, sobretudo nos parágrafos 15-17. O documento trabalha o assunto sobre três aspectos: intelecto, consciência e liberdade.

Nem o conceito de pessoa nem a ideia do amor foram mencionados neste ponto. A filosofia do amor interpessoal, o conjunto completo das perguntas sobre a questão “eu-tu”, estão praticamente ausentes do tratamento da espiritualidade [...].³²⁰

Ao realizar essa observação, Ratzinger teme que alguém possa trabalhar a questão da espiritualidade humana sem levar em consideração o amor cristão, dado irrenunciável.³²¹

3.4.2 A compreensão de *mundo*

A abertura ao mundo é um dos frutos mais recordados quando se fala sobre o Concílio Vaticano II e um dos temas mais centrais das discussões.³²² Para Ratzinger, o parágrafo que mais ilustra isso na *Gaudium et spes* é o 36, que trata sobre a autonomia das realidades temporais. Esse parágrafo deixa claro o tipo de abertura em relação ao mundo, ou seja, não uma mundanização da Igreja, mas uma “restauração da mundanidade do mundo”.³²³ Esse processo leva a uma

³¹⁹ ROWLAND, 2008, p.61-62.

³²⁰ ROWLAND, 2008, p. 70.

³²¹ ROWLAND, 2008, p. 70.

³²² RATZINGER, Joseph. **Dogma e anúncio**. 2. ed. Trad. Pe. Antônio Steffen, SJ. São Paulo: Loyola, 2008a. p. 160.

³²³ ASSUNÇÃO, 2018, p. 112.

desmundanização da Igreja, que procura desfazer-se do seu acúmulo mundano e reassumir sua pobreza.³²⁴

Uma ideia de liberdade do mundo em relação às questões eclesiais e vice-versa. No entanto, surge a dúvida sobre qual a compreensão de mundo que o documento possui. Ora, o mundo é uma realidade de múltiplas camadas e para promover o diálogo deveria se saber com que mundo está a Igreja assumindo esse diálogo.³²⁵

Existem, pois, quatro noções teológicas gerais de mundo:

1) o cosmo, a realidade não feita pelo homem e, portanto, associada à ideia de criação; criado, portanto, apenas como mundo (sem deuses) e para ser não só admirado, mas transformado pelo homem; 2) a realidade diante do homem já transformada por ele; 3) o conjunto de modos humanos de se portar e de se relacionar com a terra, um “mundo” que existe no homem e, obviamente, também no cristão, que não pode, portanto, ser oposto a ele; 4) por fim, no sentido da palavra atribuído ao Evangelho de João, designando todos os modos de agir contra a fé, contra o que é divino.³²⁶

De qual dessas noções a *Gaudium es spes* se ocupou para trabalhar a questão do diálogo? Para Ratzinger, isso não está claro no documento, como já não estava para aqueles que o redigiram. Por conta disso, a constituição pastoral vê esse *mundo* como uma realidade diante da Igreja, ou seja, esta não faz parte do mundo. Desenvolve-se uma mentalidade de “*ghetto*: experimenta-se a Igreja como uma magnitude fechada, mas são feitos esforços para superar essa situação”.³²⁷

Ratzinger não quer contrariar a *Gaudium et spes*. Muito pelo contrário, defende com vigor que o mundo deve ser regido pelas próprias leis, mas rejeita veementemente qualquer vestígio de uma mundanização da Igreja. Essa independência do mundo não pode, no entanto, rejeitar a existência de Deus e sua centralidade em tudo, pois inevitavelmente sucumbirá.³²⁸

³²⁴ ASSUNÇÃO, 2018, p. 112.

³²⁵ ASSUNÇÃO, 2018, p. 114.

³²⁶ RATZINGER, 2008a, p. 162-167.

³²⁷ ASSUNÇÃO, 2018, p. 115.

³²⁸ ASSUNÇÃO, 2018, p. 117.

Em suma, o problema central desse ponto é a falta de clareza em relação ao interlocutor da Igreja. Não foi definida com precisão a modernidade e, por isso, o diálogo não pode se dar de forma plena. É preciso que haja um acréscimo ao documento sobre esta noção. Ratzinger busca esse complemento no próprio Concílio e afirma que à *Gaudium et spes* precisa-se somar outros dois documentos: a *Dignitatis humanae* e a *Nostra aetate*.³²⁹

3.4.3 A compreensão de diálogo

Não é segredo que a categoria fundamental da abertura da Igreja em relação ao mundo é o diálogo. O escopo do diálogo é fazer com haja uma sã construção da sociedade humana através da cooperação mútua. Assim sendo, a *Gaudium et Spes* acaba se concentrando no pragmático, pois os padres conciliares tinham o desejo de fazer algo concreto pela humanidade.³³⁰

Ratzinger irá afirmar que essa busca pelo diálogo por parte da Igreja foi fundamental e irrenunciável. Não obstante, ele defende que esse diálogo, que é inerente à mensagem cristã, possui limite. Resume “em dois pontos os critérios que limitam o diálogo com o mundo”³³¹: o primeiro é o que o diálogo com o mundo nunca poderá substituir o papel missionário da Igreja; o segundo é que o núcleo da missão da Igreja, ou seja, a mensagem de Jesus Cristo como Salvador e Redentor, jamais pode ser objeto de diálogo.³³²

O diálogo, portanto, que deve ser travado em relação ao mundo, deve estar centrado “na tradução da mensagem cristã, tendo por base uma identidade firme que o cristão não se imiscua com o mundo a ponto de desfigurar-se”.³³³ A modernidade não é no seu todo ruim, pois ela tem em si bons valores morais, que aliás provém justamente do cristianismo.³³⁴ É

³²⁹ ASSUNÇÃO, 2017, p. 159.

³³⁰ ASSUNÇÃO, 2017, p. 173.

³³¹ ASSUNÇÃO 2017, p. 173.

³³² RATZINGER, 2016, p. 343-344.

³³³ ASSUNÇÃO, 2018, p. 119.

³³⁴ BENTO XVI; SEEWALD, Peter. **Luz do mundo**: o Papa, a Igreja e os sinais dos tempos. Uma conversa com Peter Seewald. Trad. Paulo E. Valério. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 37.

preciso ter um discernimento salutar, pois “nem tudo o que é moderno é mau nem tudo que é moderno é bom”.³³⁵

No entanto, até que ponto a Igreja deve acompanhar a modernidade? Ratzinger lembra que não é a Igreja que se opõe ao mundo, mas justamente o movimento é contrário. “À Igreja cabe um papel de contradição profética, e tem de ter coragem para isso”.³³⁶ Depois de um período de aberturas indiscriminadas em nome do diálogo, Ratzinger afirma que está na hora dos cristãos tomarem consciência de que fazem parte de uma minoria e “devem reencontrar a coragem do anticonformismo, a capacidade de se opor, de denunciar muitas tendências da cultura que nos cerca [...]”.³³⁷

3.4.4 Compreensões acerca da *Gaudium et Spes*

Existem diversas visões acerca da constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, mas podem ser resumidas em cinco. A primeira enxerga a *Gaudium et Spes* como uma acomodação da Igreja à cultura moderna, considerando isso bom; a segunda, a enxerga da mesma forma que a primeira, mas considerando como uma iniciativa ruim; a terceira acusa a *Gaudium et Spes* de ser um manifesto de uma revolução burguesa dentro do catolicismo moderno, assumindo uma posição de oposição ao mundo moderno; a quarta afirma que o projeto da *Gaudium et Spes* fracassou. A quinta é a posição sustentada por Ratzinger.³³⁸

Para o teólogo bávaro, a constituição nunca teve a intenção de acomodar a Igreja ao mundo e se preocupa com as interpretações secularizadoras do documento. Concorda, também, com o terceiro grupo, afirmando que o documento pode ser lido como se tivesse sido escrito para os países do Norte e que não tem sutileza crítica ao analisar o liberalismo. Por isso, Ratzinger teria simpatia por aqueles que estão preocupados com o problema da pobreza nos países da América Latina.³³⁹

Reconhece ainda que o liberalismo e o capitalismo, estimulados pelos governos anglossaxões [na América Latina], chegaram a ser uma escravidão

³³⁵ RATZINGER, Joseph; SEEWALD, Peter. **O sal da terra**: o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 215.

³³⁶ ASSUNÇÃO, 2018, p. 126.

³³⁷ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 22.

³³⁸ ROWLAND, 2008, p. 73-74.

³³⁹ ROWLAND, 2008, p. 74.

ainda mais dolorosa [por exemplo, do que o domínio colonial espanhol].³⁴⁰

Simultaneamente, rejeita qualquer teoria derivada do Marxismo em relação à etapas progressivas na história humana.³⁴¹

Ratzinger ainda rejeita impetuosamente uma restauração medieval ou barroca. “Sua orientação básica é favorável a um desenvolvimento orgânico da Tradição com referência ao Magistério da Igreja.”³⁴²

Joseph Ratzinger assevera que a *Gaudium et Spes* é um fruto rico do Concílio Vaticano II. Critica aqueles que interpretam de forma equivocada o documento e, por consequência, todo o Concílio, transformando a Igreja numa “loja de quinquilharias mal administrada que está sempre tentando atrair clientes”.³⁴³

3.4.4.1 O *Antisyllabus*

Joseph Ratzinger em momento algum opõe-se ao Concílio Vaticano II. Crê, na verdade, que é preciso “descobrir o Concílio real e aprofundar sua autêntica vontade, à luz das experiências vividas desde então”.³⁴⁴ Contra aqueles que buscam corrigir as deturpações acerca do Concílio propondo uma volta ao *Syllabus* de Pio IX, Ratzinger, sendo, totalmente contrário a essa ideia e invocando a autoridade do Vaticano II, recorda que a Igreja, no seu *aggiornamento*, promoveu uma espécie de *Antisyllabus*, expresso de modo muito especial na *Gaudium et Spes*, reflexo de uma busca de reconciliação da Igreja com o novo tempo estabelecido.³⁴⁵

No entanto, para Ratzinger a constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, não teve pleno êxito em abarcar toda a compreensão da modernidade. Porém, no próprio Concílio encontra-se o complemento para a referida constituição: a declaração *Nostra Aetate*, sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs, e a declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa. Assim, as duas declarações somadas à grande constituição pastoral formam uma trilogia muito importante, e refletem

³⁴⁰ ROWLAND, 2008, p. 74.

³⁴¹ ROWLAND, 2008, p. 74.

³⁴² ROWLAND, 2008, p. 75-76.

³⁴³ ROWLAND, 2008, p. 77.

³⁴⁴ ASSUNÇÃO, 2017, p. 174.

³⁴⁵ ASSUNÇÃO, 2017, p. 175.

juntas, como de um único princípio, a verdadeira relação esperada entre Igreja e modernidade.³⁴⁶

A *Nostra Aetate* foi um grande avanço no bom relacionamento entre cristãos e hebreus, reconhecendo que os judeus são um povo muito amado por Deus³⁴⁷ e que merece nosso respeito e gratidão. Além disso, a declaração progride no respeito aos muçulmanos e fala com grande estima sobre eles, mas também dos fiéis pertencentes às outras religiões, tendo como base a dignidade de todo ser humano.³⁴⁸

A *Dignitatis Humanae* mostra que a missão cristã deve ter sempre como condição o diálogo. Com essa declaração, “a Igreja Católica tornava-se também ela defensora, agora explícita e formalmente, da posição de que não poderia haver qualquer tipo de coação no campo das opiniões religiosas”.³⁴⁹ A *Dignitatis Humanae* prossegue com a compreensão de que a Igreja Católica é a religião verdadeira, mas recorda que a liberdade religiosa é condição necessária para que haja eficácia na missão. Além disso, com essa declaração recuperou o patrimônio mais profundo da Igreja.³⁵⁰ Para Ratzinger, o fato de por muito tempo a Igreja negar a liberdade religiosa, tem sua raiz na falta de compreensão sobre sua missão e sobre o conceito mesmo.³⁵¹ Segundo o autor, muito importante foi a discussão sobre a liberdade religiosa, pois marcou o fim da Idade Média e da Era Constantinaiana.³⁵² Liberdade, aliás, nascida “do sangue dos mártires”.³⁵³ Liberdade essa que é algo bem diverso do relativismo.³⁵⁴

³⁴⁶ ASSUNÇÃO, 2018, p. 109-110.

³⁴⁷ BENTO XVI. **Discurso do papa Bento XVI durante audiência aos rabinos-chefes de Israel.** Vaticano, 15 set. 2005. Não paginado. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20050915_rabbini-israele.html>. Acesso em: 24 junho 2019.

³⁴⁸ BENTO XVI. **Discurso do papa Bento XVI à comunidade hebraica de Colônia.** Colônia, 19 ago. 2005b. Não paginado. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/august/documents/hf_ben-xvi_spe_20050819_cologne-synagogue.html>. Acesso em: 24 junho 2019.

³⁴⁹ ASSUNÇÃO, 2017, p. 176.

³⁵⁰ ASSUNÇÃO, 2017, p. 178.

³⁵¹ ASSUNÇÃO, 2018, p. 123.

³⁵² RATZINGER, 2014, p. 380.

³⁵³ ASSUNÇÃO, 2018, p. 124.

³⁵⁴ ASSUNÇÃO, 2018, p. 124.

Assim, o Concílio Vaticano II e sua nova abordagem acerca da fé indelével da Igreja e sua relação com alguns elementos da modernidade, “corrigiu algumas decisões históricas, mas nesta aparente descontinuidade, manteve e aprofundou a sua íntima natureza e a sua verdadeira identidade”.³⁵⁵

3.5 BENTO XVI

Diante da eleição do cardeal Ratzinger para a Cátedra de Pedro, muitas foram as reações temerosas, sobretudo por uma imagem de sua pessoa construída pela mídia e pela sua reponsabilidade até então: Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Esquece-se, pois, que o mesmo era considerado progressista durante o Concílio, por causa das suas ideias renovadoras.³⁵⁶ Ele mesmo, por diversas vezes, negou essa acusação, pois nunca aprovou o uso de tais termos (conservador/progressista, direita/esquerda, otimista/pessimista).³⁵⁷ O homem não deveria pender para rotulações ideológicas, mas sempre se perguntar se está de acordo com a verdade.

Como último ponto deste capítulo, recordar-se-á sinais no pontificado de Bento XVI, que possui uma linha de continuidade com seu pensamento enquanto teólogo Joseph Ratzinger. Todo seu trabalho como papa da Igreja de Roma foi o de dar cabo à aplicação do Concílio Vaticano II, sempre interpretado sob a hermenêutica da reforma ou continuidade. Bento XVI foi eleito no aniversário de 40 anos de encerramento do Concílio e renunciou no aniversário de 50 anos de início do Vaticano II. Seu pontificado foi um apontar para o Concílio: é preciso que a Igreja volte ao Vaticano II, como o sedento sempre volta à fonte.

3.5.1 O discurso à Cúria Romana

O tradicional costume dos votos de Natal, dados pelo papa à Cúria romana, teria em 2005 mais do que felicitações. O papa Bento XVI, no seu primeiro ano de pontificado, durante a apresentação de tais votos, traçou o que seria um plano de governo de seu pastoreio. O pano de fundo foi a recordação de seu imediato antecessor, João Paulo II e seus feitos e a recordação do aniversário de 40 anos do Concílio Vaticano II.

³⁵⁵ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁵⁶ TERRA, João E. M. **Itinerário teológico de Bento XVI**. 2. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2006. p. 103.

³⁵⁷ RATZINGER; MESSORI, 1985, p. 4.

Bento interroga os seus ouvintes, à título de motivação, sobre o que foi assimilado do Vaticano II, o que foi bom ou ruim no pós-concílio e o que ainda poderia ser feito. De fato, em muitos lugares o Concílio teve uma recepção muito difícil. São Basílio, depois do Concílio de Niceia, descreve a situação da Igreja na época:

Ele compara-a com uma batalha naval na escuridão da tempestade, dizendo entre outras coisas: “o grito rouco daqueles que, pela discórdia, se levantam uns contra os outros, os palavreados incompreensíveis e o ruído confuso dos clamores ininterruptos já encheram quase toda a Igreja falsificando, por excesso ou por defeito a reta doutrina da fé [...]”.³⁵⁸

Bento XVI não quer aqui aplicar a observação de Basílio de forma tão radical ao pós-concílio atual, mas quer recordar que alguma coisa semelhante acontece nesses tempos. Pois bem, por quê a recepção do Concílio tem sido tão difícil em alguns lugares? Isso se dá pela confusão hermenêutica promovida pelos grupos de ruptura, que agradam mais aos *mass media* e a alguma parte da teologia moderna, do que ao Concílio.³⁵⁹

A hermenêutica da descontinuidade corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio. Seriam o resultado de compromissos em que, para alcançar a unanimidade, foi necessário arrastar atrás de si e confirmar muitas coisas antigas, já inúteis.³⁶⁰

Assim, os documentos são meros pontos de partida para uma reflexão posterior, como um incentivo à ruptura. Tais documentos teriam refletido imperfeitamente o espírito do Concílio sendo necessário, portanto, uma abertura total à novidade, pois ali sim, o Concílio se exprimiria de fato. “Em síntese: seria necessário seguir não os textos do Concílio, mas o seu espírito”.³⁶¹ Mas qual seu espírito? Uma pergunta que

³⁵⁸ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁵⁹ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁶⁰ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁶¹ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

abre espaço à inconstância. Nessa lógica, o Concílio seria mais uma Constituinte que elimina a constituição velha e cria uma nova. Todavia, uma Constituinte precisa de um mandante e depois da confirmação deste, a quem ele vai servir. No entanto, os padres conciliares não tinham tal mandato, pois a constituição da Igreja foi dada pelo Senhor “e nos foi dada para que pudéssemos chegar à vida eterna e, partindo desta perspectiva, conseguimos iluminar também a vida no tempo e o próprio tempo”.³⁶² Aos bispos são confiados a administração dos mistérios e seu anúncio: “num Concílio dinâmica e fidelidade devem tornar-se uma só coisa”.³⁶³

Segundo Bento XVI, a compreensão de ruptura desviou a atenção da reta hermenêutica, que seria a da reforma, como já João XXIII apresentou no seu discurso³⁶⁴ de abertura do Concílio e Paulo VI no seu discurso³⁶⁵ de encerramento. O papa recorda as palavras de João XXIII:

O Concílio quer transmitir a doutrina pura e íntegra sem atenuações nem desvios. O nosso dever não é somente guardar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente pela antiguidade, mas dedicar-nos com diligente vontade e sem temor a esta obra, que a nossa época exige... É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e apresentada de modo que corresponda às exigências do nosso tempo. De facto, uma coisa é o depósito da fé, isto é, as verdades contidas na nossa veneranda doutrina, e outra coisa é o modo com o qual elas são enunciadas, conservando nelas, porém, o mesmo sentido e o mesmo resultado.³⁶⁶

Bento reconhece que a reflexão sobre novos modos de expor a fé exige uma nova reflexão sobre a mesma fé e uma nova relação vital com ela. Ou seja, o desejo de João XXIII era extremamente exigente, assim

³⁶² BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁶³ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁶⁴ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, Discurso *Gaudet Mater Ecclesia*. João XXIII.

³⁶⁵ CONCÍLIO VATICANO II, 2011, Homilia do papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio.

³⁶⁶ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

como o foi o Concílio.³⁶⁷ Mesmo diante de tamanha exigência e tantas confusões, o Concílio rendeu incontáveis bons frutos e diz que a boa semente não para de crescer “e cresce também, assim, a nossa profunda gratidão pela obra realizada pelo Concílio”.³⁶⁸

Os padres conciliares esperavam três coisas do Concílio: o novo modo de relação entre fé e ciências modernas; o novo modo de relação entre Igreja e Estado; o novo modo de relação da Igreja com as religiões e a liberdade religiosa. Os três problemas, na verdade, formam um único problema, e que exigiu uma descontinuidade. E de fato houve, dentro de um processo de novidade na continuidade, pois as decisões da Igreja em relação às coisas contingentes são acidentais, visto que fazem parte de uma determinada realidade em si mesma mutável. Essas situações são dependentes dos momentos históricos e podem sofrer mutações. Assim, os princípios permanecem sempre inalteráveis, enquanto as formas de aplicação podem ser sujeitadas a mudanças.³⁶⁹

O papa Bento convida a não permitir que caia no esquecimento de que a Igreja continua sendo um sinal de contradição para o mundo. O passo dado pelo Concílio ao encontro da modernidade, compreendido tão erroneamente pela expressão “abertura ao mundo” é, na raiz, o problema da relação entre fé e razão. Por isso, rejeita qualquer espécie de otimismo que afirma que todos os problemas da relação entre Igreja e mundo estão, finalmente, sanados.³⁷⁰. “A Igreja, quer antes quer depois do Concílio é a mesma Igreja una, santa, católica e apostólica”;³⁷¹ Essa mesma Igreja “continua seu peregrinar entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus”.³⁷²

3.5.2 O Ano da Fé

Em 11 de outubro de 2011, o papa Bento XVI publica uma carta apostólica intitulada *Porta fidei*, ou Porta da Fé, com a qual proclamava o Ano da Fé, que teve início a 11 de outubro de 2012, justamente “no

³⁶⁷ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁶⁸ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁶⁹ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁷⁰ ASSUNÇÃO, 2018, p. 119-121.

³⁷¹ BENTO XVI, 2005a, não-paginado.

³⁷² CONCÍLIO VATICANO II, 2011, p. 112; LG 8.

cinquentenário da abertura do Concílio Vaticano II [...] e dos vinte anos da publicação do Catecismo da Igreja Católica”.³⁷³

Assim como o Ano da Fé já convocado por Paulo VI em 1967, esse também pretendia declarar a validade dos

conteúdos essenciais, que há séculos constituem o patrimônio de todos os crentes e necessitam ser confirmados, compreendidos e aprofundados de maneira sempre nova para dar testemunho coerente deles em condições históricas diversas das do passado.³⁷⁴

Bento ainda explica que decidiu fazer coincidir a data de abertura do Ano da Fé com o aniversário de cinquenta anos da abertura do Concílio, para ajudar na compreensão de que “os textos deixados em herança pelos Padres Conciliares, segundo as palavras do Beato [sic] João Paulo II, ‘não perdem seu valor nem a sua beleza’”.³⁷⁵ O papa quer dar impulso ao conhecimento e assimilação dos textos conciliares, como documentos “qualificados e normativos do Magistério, no âmbito da Tradição da Igreja”.³⁷⁶ Os documentos são frutos da grande graça da Igreja no século XX, que foi o Vaticano II.

Se o lermos e recebermos guiados por uma justa hermenêutica, o Concílio pode ser e tornar-se cada vez mais uma grande força para a renovação sempre necessária da Igreja.³⁷⁷

Mais uma vez, Bento XVI convida toda a Igreja a voltar ao Concílio, aos seus documentos, pois ali está a “bússola segura para nos orientar no caminho do século que começa”.³⁷⁸

³⁷³ BENTO XVI. *Carta Apostólica sob forma de “Motu proprio” Porta Fidei*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 5; PF 4.

³⁷⁴ BENTO XVI, 2011, p. 7; PF 4.

³⁷⁵ BENTO XVI, 2011, p. 7; PF 5.

³⁷⁶ BENTO XVI, 2011, p. 8; PF 5.

³⁷⁷ BENTO XVI, 2011, p. 8; PF 5.

³⁷⁸ BENTO XVI, 2011, p. 8; PF 5.

3.5.3 O discurso ao clero de Roma

No dia 14 de fevereiro de 2013, três dias após o anúncio de sua renúncia, o papa Bento XVI encontra-se com o clero de sua diocese de Roma. O discurso foi uma “breve conversa sobre o Concílio Vaticano II”,³⁷⁹ assim como ele viveu. Um discurso, portanto, não preparado com argumentações teológicas, mas do coração. Nessa ocasião, o papa recorda o discurso de Gênova³⁸⁰, que o levaria ao Concílio Vaticano II. O discurso ao clero romano é demasiado longo e será exposto aqui o que interessa à pesquisa.

Bento recorda a grande expectativa da época em relação ao Concílio, pois esperava-se um novo impulso, onde a Igreja voltasse a ser a força do presente e do futuro. “Sabíamos que a relação entre a Igreja e o período moderno tinha sido, desde o princípio, um pouco contrastante, a começar pelo erro da Igreja no caso de Galileu Galilei”.³⁸¹ A riqueza do Concílio Vaticano II é tamanha que “vale a pena voltar sempre, mais além

³⁷⁹ BENTO XVI. **Encontro do Papa Bento XVI com o clero de Roma.** Vaticano, 14 fev. 2013. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_benxvi_spe_20130214_clero-roma.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

³⁸⁰ Recordar-se aqui o episódio de 19 de novembro de 1961. Ocorreria em Gênova, sob a iniciativa do cardeal Siri, uma série de conferências sobre o futuro Concílio. Vários cardeais europeus foram convidados, inclusive o arcebispo de Colônia, Joseph Frings. O prelado convidara o mais novo dos professores de sua arquidiocese para redigir um projeto de discurso. Lera, aprovara e proferira em Gênova. Pouco tempo depois, o próprio pontífice João XXIII o chamara em Roma para uma conversa. Frings, temeroso de ter falado asneiras na conferência, foi preparado para receber uma severa advertência, com medo, inclusive, de perder seu título cardinalício. Ao chegar diante do Santo Padre, este o saudou e o parabenizou pela conferência em Gênova, pois havia uma feliz sintonia de ideias. João XXIII teria dito: “Obrigado, Eminência! O senhor disse as coisas que queria dizer eu, mas não tinha encontrado as palavras”. O professor novato que redigira o discurso do cardeal Frings, discurso este elogiado pelo pontífice, era Joseph Ratzinger. [Fontes: SEEWALD, Peter. **O último testamento.** Trad. Petê Rissati. São Paulo: Planeta, 2017. p. 150; BENTO XVI, 2013, não-paginado. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130214_clero-roma.html>. Acesso em: 01 out. 2018.]

³⁸¹ BENTO XVI, 2013, não-paginado.

das aplicações práticas, ao próprio Concílio, à sua profundidade e às suas ideias essenciais”,³⁸² presentes em seus textos.

Havia, ainda, o desejo intenso de se concluir a abordagem eclesiológica do Vaticano I. Devido à sua interrupção, apenas um fragmento de tudo o que se pretendia trabalhar naquele Concílio foi o que restou. Assim, Pio XII já preocupado em completar o Vaticano I, escreve a *Mystici Corporis Christi*, retomando o conceito de Corpo de Cristo, já pretendido pelo Vaticano I, numa busca por completar a síntese doutrinal. Tal conceito foi trazido ao Vaticano II e a ele foi associado o conceito de Povo de Deus³⁸³. Ora, o cristão torna-se autêntico membro do Povo de Deus não por origem, mas por adesão a Cristo. Em comunhão com ele, a pessoa se torna membro autêntico deste Povo. Logo, o conceito Povo de Deus implica a continuidade entre os dois Testamentos e a continuidade da história de Deus no mundo³⁸⁴. Só por meio de Cristo, portanto da cristologia, o cristão e torna membro do Povo de Deus, combinando assim

³⁸² BENTO XVI, 2013, não-paginado.

³⁸³ Vale aqui recordar a opinião do autor Roberto Repole sobre o pontificado de Francisco: que com este pontífice adentrou-se em uma nova fase de recepção do Concílio, pois para Francisco a categoria mais importante é *Povo de Deus*, afirmado pelo papa desde o início do seu pontificado, pois Deus elegeu os homens num povo, num povo cultiva-se identidade e num povo aprende-se a não viver isoladamente. Viver num povo é o antídoto contra o individualismo e o indiferentismo. Além disso, entender-se como parte do Povo de Deus, é entender-se como integrante ativo da missão da Igreja, pois esta não está reservada à hierarquia eclesiástica. O Povo de Deus não é algo estático, mas dinâmico, messiânico, pneumático. Portanto, o *sensus fidei* dos fiéis, graças à unção do Espírito Santo, é fundamental à Igreja, colocando cada membro desse povo como corresponsável pelo trabalho evangelizador. [Fonte: REPOLE, Roberto. **O sonho de uma Igreja evangélica**: a eclesiológica do Papa Francisco. Brasília: CNBB, 2018. p. 37-52].

³⁸⁴ Interessante é fazer uma analogia do modo como Bento XVI compreende a hermenêutica acerca da Escritura, exposta na *Verbum Domini*, com o Concílio Vaticano II: falando de cumprimento na relação entre Antigo e Novo Testamento, Bento XVI afirma que há “um aspecto fundamental de *continuidade* com a revelação do Antigo Testamento, um aspecto de *ruptura* e um aspecto de *cumprimento* e *superação*”. Pode se afirmar que o pontífice compreende a dinâmica do Concílio Vaticano II na mesma lógica. [Fonte: BENTO XVI. **Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 80; VD 40].

os dois conceitos. A Igreja é “Povo de Deus Pai, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo”.³⁸⁵

Dentre tantos outros elementos desse discurso, o que vale recordar é a sua conclusão, onde Bento XVI volta a defender o verdadeiro Concílio.

Havia o Concílio dos padres – o verdadeiro Concílio – mas havia também o Concílio dos meios de comunicação, que era quase um Concílio a parte. E o mundo captou o Concílio através deles, através dos *mass media*. Portanto, o Concílio que chegou de forma imediata e eficiente ao povo, foi o dos meios de comunicação, não o dos padres.³⁸⁶

Bento lembra que enquanto um Concílio se desenvolvia no âmbito da fé, sob o princípio *fides quaerens intellectum*, o “Concílio” dos jornalistas se realizou para fora da fé, sob o signo do sensacionalismo e pela lógica do mercado. Para a mídia, o Concílio não passava de um ato político por busca de poder. Por Povo de Deus, os *mass media* transmitiam ao povo a interpretação de que o poder estava com eles, de que haveria uma soberania popular, tão almejada por essas épocas. A própria visão de poder aqui é completamente deturpada. O mesmo aconteceu com a liturgia: não se transmitia ao povo a mensagem de uma reforma equilibrada e salutar, mas que, a liturgia deveria passar a ser uma obra criativa da comunidade, onde não reinaria mais a comunhão, mas a criatividade. Visto que Cristo morreu no mundo profano, fora das portas da cidade, assim a liturgia deveria perder sua sacralidade e se tornar algo profano, reduzindo o conceito de participação por plena atividade criativa. Nasceu, portanto, um Concílio distinto daquele que acontecia na basílica de São Pedro.³⁸⁷ Este Concílio jornalístico, que era muito mais acessível ao mundo do que o oficial, gerou resultados catastróficos: “seminários fechados, conventos fechados, liturgia banalizada [...]. O Concílio virtual era mais forte que o Concílio real”.³⁸⁸ No entanto, após cinquenta anos, “vemos como este Concílio virtual se desfaz em pedaços e desaparece, enquanto se afirma o verdadeiro Concílio com toda sua força espiritual”.³⁸⁹

³⁸⁵ BENTO XVI, 2013, não-paginado.

³⁸⁶ BENTO XVI, 2013, não-paginado.

³⁸⁷ BENTO XVI, 2013, não-paginado.

³⁸⁸ BENTO XVI, 2013, não-paginado.

³⁸⁹ BENTO XVI, 2013, não-paginado.

CONCLUSÃO

Reza a lenda que um certo menino conhecido por Joãozinho, era possuidor de uma riquíssima pepita de ouro. Achando ele a pepita pesada demais para carregar de um lado para outro, trocou-a por um cavalo; ao se cansar, trocou-o por uma vaca; a vaca por um ganso e o ganso por uma pedra de afiar. No final das contas, jogou a pedra no rio e creu ter encontrado a liberdade tão sonhada: livre da pepita, do cavalo, da vaca, do ganso e da pedra de afiar. Até quando teria durado seu fascínio por uma presumida liberdade?

A pesquisa que aqui se conclui, buscou evidenciar o risco do cristão pós-conciliar de se tornar o lendário Joãozinho. Na compreensão do Concílio Vaticano II como ruptura, cai-se facilmente na tentação de se barganhar a pepita de ouro até uma pedra qualquer, de teologia em teologia, de interpretação em interpretação, de fé em fé, até ser depois jogada fora por causa da sua inutilidade.

O primeiro capítulo buscou evidenciar que o futuro Vaticano II não foi um entusiasmo qualquer de João XXIII, mas fruto de um processo de desenvolvimento consciente da Igreja. Desde a incompleta eclesiologia do Vaticano I interrompido por conta do processo de unificação italiana, passando pela infalibilidade papal que salvou a Igreja do ultramontanismo, do galicanismo e promoveu a independência frente os Estados modernos; pelo interesse social de Leão XIII, o zelo litúrgico de Pio X e sua abertura ecumênica, o Ordenamento Jurídico de Bento XV e seu trabalho contra a Grande Guerra, a Ação Católica de Pio XI e a eclesiologia de Pio XII, entre tantos outros fatores. Tudo isso, entre tantos outros fenômenos, alimentaram o processo de reforma.

No segundo capítulo uma busca histórica pelo contexto do Concílio, apresentando-o como herdeiro da Tradição e fiel a ela e não como um impulso para a criação de uma nova Igreja. As motivações de João XXIII, o processo de preparação e organização, a eleição de Paulo VI, a condução do Concílio pelo tema *Ecclesia*, a aprovação dos documentos e o complexo pós-concílio.

No terceiro capítulo foi apresentada a hermenêutica da reforma de Joseph Ratzinger-Bento XVI, entendendo o Concílio como continuidade com seu inalterável e irrenunciável *depositum fidei*. O leitor foi levado a compreender o sentido da palavra “reforma” pelos exemplos figurados de Michelângelo e São Boaventura, que partem da ideia de *ablatio*, de retirar a crosta que esconde o essencial. O Vaticano II foi compreendido como uma busca da Igreja por oferecer o seu melhor ao mundo de hoje, ou seja, o Evangelho, por meio de uma reforma de suas estruturas humanas.

Durante a época conciliar, apresentaram-se “dois Concílios”: o Concílio dos padres e Concílio midiático. O primeiro, embasado na fé e na continuidade. O segundo, baseado no sensacionalismo, confundindo as pessoas que tinham na mídia secular sua fonte de informações.

Em suma, a pesquisa quer ser um convite à reflexão hermenêutica do Concílio Vaticano II e uma motivação à abertura para novas pesquisas. Além disso, a pesquisa não tem a pretensão de dar um final ao debate hermenêutico, mas quer ser um amigo conselheiro que orienta ao Joãozinho a não se desfazer de sua valiosa pepita de ouro.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano I (1869-1870). In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ASSUNÇÃO, Rudy A. de. **Bento XVI, a Igreja Católica e o “Espírito da modernidade”**: uma análise da visão do Papa Teólogo sobre o “mundo de hoje”. São Paulo: Paulus; Campinas: Ecclesiae, 2018.

_____. O *Antisyllabus* tríplice do Vaticano II: a abertura conciliar ao mundo de hoje segundo Joseph Ratzinger/Bento XVI. In: HOHEMBERGER, Gilcemar; ASSUNÇÃO, Rudy. A. de. **O Primado do Amor e da Verdade**: o patrimônio espiritual de Joseph Ratzinger-Bento XVI. São Paulo: Fons Sapientiae, 2016.

AULETE DIGITAL. **Galicismo**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/galicismo>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BENTO XVI. **Carta Apostólica sob forma de “Motu proprio” *Porta Fidei***. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Discurso do papa Bento XVI à comunidade hebraica de Colônia**. Colônia, 19 ago. 2005b. Não paginado. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-vi/pt/speeches/2005/august/documents/hf_ben-xvi_spe_20050819_cologne-synagogue.html>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Discurso do papa Bento XVI aos cardeais, arcebispos e prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal**. Vaticano, 22 dez. 2005a. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

_____. **Discurso do papa Bento XVI durante audiência aos rabinos-chefes de Israel**. Vaticano, 15 set. 2005c. Não paginado. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20050915_rabbini-israele.html>. Acesso em: 24 junho 2019.

_____. **Encontro do Papa Bento XVI com o clero de Roma.** Vaticano, 14 fev. 2013. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_benxvi_spe_20130214_clero-roma.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

_____. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*.** 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Pensieri sul Concilio Vaticano II.** Lucio Coco (Org.). Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2012.

_____; SEEWALD, Peter. **Luz do mundo: o Papa, a Igreja e os sinais dos tempos.** Uma conversa com Peter Seewald. Trad. Paulo E. Valério. São Paulo: Paulinas, 2011.

BÍBLIA de Jerusalém. 6. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

BIOGRAFIA DE BENTO XVI. **A Santa Sé.** Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf_ben-xvi_bio_20050419_short-biography.html>; <https://www.ebiografia.com/bento_xvi/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BIOGRAFIA DE JOÃO XXIII. **A Santa Sé.** Disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BIOGRAFIA DE PIO IX. **A Santa Sé.** Disponível em: <www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html> Acesso em: 26 mar. 2019.

BOTTE, Bernard. **O movimento litúrgico.** Trad. Solange L. Nogueira. São Paulo: Paulinas, 1978.

CALDEIRA, Rodrigo C. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. **Estudos Teológicos:** publicação do programa de pós-graduação em Teologia das faculdades EST, São Leopoldo, v. 55, n. 1, p. 60-75, jan./jun. 2015.

CÂMARA, Jaime de B. **Apontamentos de História Eclesiástica.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1957.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000.

CLEMENTE, Manuel. **Os papas do século XX**. São Paulo: Paulus, 2004.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. Constituição apostólica *Humanae salutis*. João XXIII. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Constituição Dogmática *Dei Verbum*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Constituição *Sacrosanctum Concilium*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Decreto *Optatam Totius*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Decreto *Presbyterorum Ordinis*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Decreto *Unitatis Redintegratio*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____, Vaticano. Discurso *Gaudet Mater Ecclesia*. João XXIII. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Homilia do papa Paulo VI na conclusão solene do Concílio. Paulo VI. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

DE MATTEI, Roberto. **O Concílio Vaticano II: uma história nunca escrita**. Porto: Caminhos Romanos, 2012.

DENZINGER, Hünermann. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Trad. José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas; Loyola. 2007.

EDUCRIS. Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé. **Paulo VI: biografia oficial**. Disponível em: <<http://www.educris.com/v2/artigos/4338-beato-paulo-vi-biografia-oficial>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II: a luta pelo sentido**. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRAZÃO, Dilva. **Bento XVI: Sumo Pontífice da Igreja Católica**. <https://www.ebiografia.com/bento_xvi/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

GERHARD LUDWIG MÜLLER. **Reflexões sobre os escritos conciliares de Joseph Ratzinger**. Vaticano, 2012. Disponível em:<http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/muller/rc_con_cfaith_doc_20121128_rifless_ioni-muller_po.html>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GOEDERT, Valter M. **A constituição litúrgica do Concílio Vaticano II: a Sacrosanctum Concilium a seu alcance**. São Paulo: Ave-Maria, 2013.

HORTAL, J. **E haverá um só rebanho**. São Paulo: Loyola, 1996.

JOSEPH RATZINGER. **Conferencia del cardenal Joseph Ratzinger sobre la eclesiología de la “Lumen Gentium” pronunciada en el Congreso Internacional sobre la aplicación del Concilio Vaticano II, organizado por el comité para el gran jubileo del año 2000**. Vaticano, 2000. Fonte: <http://w2.vatican.va/roman_curia/congregation/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000227_ratzinger-lumen-genti_um_sp.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

KASPER, Walter. **A Igreja Católica**: essência, realidade, missão. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Às portas do XXI Concílio Ecumênico**. Petrópolis: [s.n.], 1961.

LAGE, Ana Cristina P. **Ultramontanismo**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm>. Acesso em: 01 abr. 2019.

LEFEBVRE, Solange. Conflito das interpretações do Concílio: o debate entre Ratzinger e Kasper. **Concilium**: revista internacional de teologia. Petrópolis: Vozes, n. 314, p. 104, 2006/1.

LIBANIO, João B. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTELET, Gustave. **Las ideas fundamentales del Vaticano II**: iniciación al espíritu del Concilio. Barcelona: Herder, 1968.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero aos nossos dias. III: a era do liberalismo. Trad. Orlando S. Moreira. São Paulo: Loyola, 1996.

MARUJO, António. **Bento XVI**: um perfil biográfico. São Paulo: Paulinas, 2014.

MONTEZEMOLO, Andrea Cordero di. **O Brasão de Sua Santidade o Papa Bento XVI**. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/elezione/documents/stemma-benedict-xvi.html>>. Acesso em 04 jun. 2019.

MOULINET, Daniel. **O Vaticano II contado aos que não o viveram**. Trad. Tiago José R. Leme. São Paulo: Paulus, 2012.

NEVES, Daniel. **Mai de 1968**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/maio-1968.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2019.

ORLANDIS, José. **História breve do cristianismo**. 4. ed. Lisboa: Diel, 2008.

PAULO VI. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***. In: Documentos de Paulo VI. Trad. Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

RATZINGER, Joseph. **Compreender a Igreja hoje: vocação para a comunhão**. Trad. D. Mateus R. Rocha. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **Dogma e anúncio**. 2. ed. Trad. Pe. Antônio Steffen, SJ. São Paulo: Loyola, 2008a.

_____. Eis porque a fé está em crise: uma avaliação do Vaticano II – “Existe uma só Igreja, não um pré e pós Concílio”. **Communio**: revista internacional de Teologia e Cultura. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 6-7, 2005.

_____. En vísperas del Concilio. In: CERVERA, Pablo; GRANADOS, Carlos. **Joseph Ratzinger: obras completas – sobre la enseñanza del Concilio Vaticano II**. Madrid: BAC, 2014. VII/1.

_____. **Fé e futuro**. Trad. Conceição B. de Souza. São João do Estoril: Princípia, 2008b.

_____. **Introdução ao cristianismo**: preleções sobre o símbolo apostólico. São Paulo: Herder, 1970.

_____. **O novo povo de Deus**. Trad. Clemente R. Mahl. São Paulo: Molokai, 2016.

_____. **Teologia da Liturgia**: o fundamento sacramental da existência cristã. Trad. Pe. Cornelius Pfeifer. Brasília: CNBB, 2019. Obras Completas. v. XI.

_____; MESSORI, Vitorio. **A fé em crise?: o cardeal Ratzinger se interroga**. Trad. Fernando J. Guimarães. São Paulo: EPU, 1985.

_____; SEEWALD, Peter. **O sal da terra**: o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

REPOLE, Roberto. **O sonho de uma Igreja evangélica**: a eclesiologia do Papa Francisco. Brasília: CNBB, 2018.

ROWLAND, Tracey. **A fé de Ratzinger**: a teologia do papa Bento XVI. Trad. Carlos P. Alonso. Campinas: Meta Solutions, 2013.

ROXO, Roberto M. **O Concílio**: teologia e renovação. Petrópolis: Vozes, 1967.

SEEWALD, Peter. **O último testamento**. Trad. Petê Rissati. São Paulo: Planeta, 2017.

SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo S. L.; BOMBONATTO, Vera I (Orgs.). **Concílio Vaticano II**: análise e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

SUESS, Paulo. Hermenêutica da continuidade com descontinuidade: leitura dialética do Concílio Vaticano II. **Convergência**: revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil, Brasília, abril, n. 430, p. 257-265, 2010.

TARDINI, D. **Pio XII**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1960. p. 25. In.: ZAGHENI, 1999.

TERRA, João E. M. **Itinerário teológico de Bento XVI**. 2. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2006.

TERRAZAS, Santiago M. La eclesiologia teológica de Joseph Ratzinger. In: MADRIGAL, Santiago (Ed). **El pensamiento de Joseph Ratzinger**: teólogo y papa. Madrid: San Pablo, 2009.

TURNER, Ryan. **Arianismo e sua influência nos dias de hoje**. Trad. David Brito. Disponível em: <<https://carm.org/o-arianismo-e-sua-influencia-nos-dias-de-hoje>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

WOLLPERT, Rudolf F. **Os Papas**. 5. ed. Trad. Antônio E. Allgayer. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea**: curso de história da Igreja. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

ZANON, Darlei. **Para ler o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2012.

ZIZOLA, Giancarlo. **A utopia do Papa João**. Trad. Pe. Maurício Ruffier. São Paulo: Loyola, 1983.